



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

O Lampion da Esquina:

Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)

ALEXANDRE MAGNO MACIEL COSTA E BRITO

Brasília
Julho de 2016

ALEXANDRE MAGNO MACIEL COSTA E BRITO

O Lampiono da Esquina:

Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Edlene Oliveira Silva

Brasília
Julho de 2016

ALEXANDRE MAGNO MACIEL COSTA E BRITO

O Lampião da Esquina:

Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Edlene Oliveira Silva

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Edlene Oliveira Silva
Universidade de Brasília
(Presidente)

Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto
UNICAMP

Prof. Dr. Sullivan Charles Barros
Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira
Universidade de Brasília – UNB
(Suplente)

Aos meus amigos que ficaram pelo caminho,
assassinados de forma estúpida e cruel por serem
bichas. Aos que sobreviveram e que dizem não à
cultura da homofobia.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento a minha vida se curva em gratidão por todas as pessoas, que de alguma forma me ajudaram a trilhar esse caminho. À minha família eu agradeço por nunca ter me deixado sozinho nesse mundo tão violento e homofóbico, sem vocês teria sido tão difícil seguir – meu pai amaria esse meu momento. Em especial, meu agradecimento ao meu irmão Rafinha, que mesmo morando do outro lado do mundo, sempre esteve tão perto; aos meus filhos que estão comigo todos os dias, mesmo os que partiram, em especial meu Khalilzinho, cujas palavras não conseguem descrever a falta que você me faz; À minha orientadora e amiga Edlene eu agradeço pelo amparo, pelo carinho e por esse mundo novo que você abriu para minha vida e para a vida de tantas pessoas, saiba que o mundo é diferente por sua causa; agradeço a minha amiga Ana Flávia, que me acalma, que me traz de volta quando o meu temperamento tenta me arrancar do caminho, ao mesmo tempo que me ilumina com sua inteligência, obrigado por me ensinar a lutar; gratidão ao meu amigo Maurício Borges, menino inspirador, inteligente e doce, que, como ventania, me arrancou do conforto e me convenceu a viver esse caminho, e agora não consigo mais sair dele; agradeço aos amigos Edmo e Fábio por tornar meus dias alegres, leves e mais pintosos; ao meu amigo Luciano Maia e minha amiga Thaís Rocha, sou grato pela benevolência que tiveram comigo em momentos tão complicados, além de trazerem música e livros para minha vida; aos meus amigos que são puro amor, lutadores pela justiça, que dizem não a cultura da homofobia e do estupro, agradeço a todos através de Oliver e Hofmann; ao amigo Sullivan, gratidão pelo cuidado e carinho que tem com nossos sonhos e nossas palavras; agradeço ao Chico por compartilhar afetos e livros; aos meus amigos e minhas amigas do mestrado, que me fazem rir, gargalhar, dar pinta e sonhar; aos amigos da secretaria do PPGHIS da UnB, obrigado pela presteza e companheirismo... vocês são arrasam!

“É lindo demais. É atrevido demais. É novo, sadio.
Deu uma luz na minha cabeça, sabe quando a coisa
te ilumina?” (Caio Fernando Abreu)

RESUMO

As lutas políticas dos homossexuais durante a ditadura militar no Brasil tiveram como um dos grandes instrumentos de combate à homofobia, o jornal *Lampião da Esquina*. Conhecido também como Lampião, o periódico circulou durante os anos de 1978 a 1981, marcando parte importante da história brasileira por meio de suas influências na construção do movimento homossexual, além de veicular nas suas publicações mensais, demandas de vários outros movimentos sociais, como o Movimento Negro e o Movimento Feminista. A pesquisa objetiva compreender as representações de violência contra a população LGBT nos discursos textuais/imagéticos do Lampião e as representações sociais das identidades de gênero presentes nesse jornal em diálogo com as relações estabelecidas entre a imprensa homossexual e a ditadura militar no período que compreende os anos finais do Governo Geisel (1974-1979) e o Governo Figueiredo (1979-1985), quando o jornal encerra seus trabalhos.

Palavras-chaves: Homossexuais. Lampião. Identidades de Gênero. Imprensa. Ditadura.

ABSTRACT

The political queer struggle that took place during the military dictatorship period in Brazil had, as its main combat tool against homophobia, the newspaper “Lampião da Esquina”. Also known as “Lampião”, the journal was published from 1978 to 1981, establishing an important part of the Brazilian history through its influence on the queer movement, besides monthly publishing the demands of different social movements, such as the Black and the Feminist Movements. The research intends to comprehend the representations of violence against the LGBT population, in the text and image speeches of “Lampião”. In addition, it seeks to understand the social representations of gender identities, in this journal, in dialogues with the established relationships between the queer press and the dictatorship period, in the final years of Geisel government (1974 – 1979), and Figueiredo’s (1979 -1985), when the journal finishes its work.

Key words: Homosexual, Lampião, Gender Identities, Press, Dictatorship

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Primeira Logomarca do Lamião.....	21
Figura 02. Logomarca do Lamião da Esquina	21
Figura 03. Capa da Edição Nº 26.....	34
Figura 04. Reportagem – Edição Nº 26	39
Figura 05. Reportagem – Edição Nº 26	39
Figura 06. Manifestação contra homofobia.....	42
Figura 07. Crucificação no Esporte I.....	44
Figura 08. Crucificação no Esporte II.....	44
Figura 09. Capa da Edição Nº 06.....	45
Figura 10. Capa da Edição Nº 25.....	55
Figura 11. Capa da Edição Nº 28.....	63
Figura 12. Reportagem – Edição Nº 12.....	67
Figura 13. Capa da Edição Nº 05.....	75
Figura 14. Capa da Edição Nº 29.....	75
Figura 15. Entrevista – Edição Nº 29.....	77
Figura 16. Reportagem – Edição Nº 12.....	78
Figura 17. Reportagem – Ninuccia Bianchi – Edição Nº 12.....	86
Figura 18. Trabalhadores gays no 1º de maio de 1980.....	93
Figura 19. Trabalhadores gays no 1º de maio de 1980.....	93
Figura 20. Chana com Chana Nº 11.....	95
Figura 21. Reportagem – Edição Nº 4.....	100
Figura 22. Reportagem – Edição Nº 4.....	100
Figura 23. Reportagem – Edição Nº 4.....	100
Figura 24. Reportagem – Edição Nº 4.....	100
Figura 25. Policiais civis prendem uma travesti em São Paulo – 1980.....	110
Figura 26. Delegado José Wilson Richetti comandando a Operação Limpeza, durante uma ação contra travestis em SP em 1980.....	110
Figura 27. Policiais comandados por Richetti (à direita, de terno) abordam travesti durante ronda policial no centro de São Paulo em 1980	110
Figura 28. Reportagem – Edição Nº 35.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. “Homens” e “entendidos”: Sistema B.....	30
--	----

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional Nº 5
CIE	Centro de Informações do Exército
CMB	Centro da Mulher Brasileira
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CRS	Cirurgia de Redesignação Sexual
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DCDP	Divisão de Censura de Diversões Públicas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
SNI	Serviço Nacional de Informações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Tempos de Fúria	13
“Enfim, um jornal maravilha!”	20
1 VIOLÊNCIA E HOMOSSEXUALIDADES NO LAMPIÃO DA ESQUINA	26
1.1 Que jornal é esse? O Lampião da Esquina se apresentando a partir de suas capas.....	26
1.2 Quando a violência se institucionaliza.....	30
1.3 Homossexualidades e religião	34
1.4 Crimes sexuais: tem cheiro de morte no ar!	45
1.5 Bichas em perigo.....	65
2 É MAIS FÁCIL SER UMA LÉSBICA DO QUE SER BICHA?” A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES LÉSBICAS NA DITADURA MILITAR	67
2.1 Os perigos de ser lésbica no Brasil e discutir homossexualidade feminina no período do regime militar no Brasil: o caso Cassandra Rios.....	73
2.2 A luta política das mulheres lésbicas	90
3 A RUA, UM TERRITÓRIO EM DISPUTA: TODOS CONTRA AS TRAVESTIS	97
3.1 Agora é a vez das bonecas: entre maquiagens, plumas, pau e porrada	99
3.2 Transexuais ou travestis? Pergunte a elas!	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

Tempos de Fúria

O período correspondente à ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por violências de diversos tipos e intensidades, tais violências e repressões foram fundamentais para que o regime militar pudesse se estabelecer por mais de duas décadas no Brasil. Mariana Joffily, afirma que a repressão “abarca uma diversidade extensa de atos, [...] cassações, intervenções, censura, leis autoritárias, ameaças, vigilância, suspeição exacerbada, demissões injustificadas. [...] provocando medo, perda dos meios de subsistência [...] (JOFFILY, 2014, p. 158)”.

Segundo Carlos Fico, “esse sistema implantou uma polícia política bastante complexa no país – que mesclava polícia civil, polícia militar, militares das três forças e até mesmo bombeiros e polícia feminina – e foi responsável pelos principais episódios de tortura e extermínio”¹. Dentro desse contexto, a censura da imprensa e de diversões públicas foi um aspecto fundamental para o funcionamento do regime. Sob alegações políticas de Segurança Nacional, a censura foi imposta a temas políticos e se constituiu como instrumento central do projeto moralizador e de disciplinarização da sociedade, interditando e vigiando temas e condutas julgados como inapropriados, buscando silenciar o teor transgressor, crítico e inconformista dos conteúdos da produção musical, teatral, cinematográfica, televisiva e da imprensa escrita.

O Decreto-lei Nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970 revela claramente a preocupação do Estado com a influência dos meios de comunicação na sociedade brasileira, considera-os uma perigosa ameaça aos valores morais e aos bons costumes. Para os militares, a degradação moral da sociedade pelos meios de comunicação obedecia a um plano subversivo que visava colocar em risco a Segurança Nacional. Segundo o Decreto,

Essa norma visa proteger a instituição da família, preservar-lhes os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade; Considerando, todavia que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários a moral e os bons costumes. Considerando que tais publicações estimulam a licença, insinuem o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira. Considerando que o emprego desses meios de comunicação obedecem a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional, decreta:

Art. 1 Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

¹ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100003&script=sci_arttext. Acessado em: 25 de abril de 2015.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.²

O aparelho repressivo do Estado era bastante complexo, além da censura aos meios de comunicação, a espionagem, a polícia política e o controle de censura de diversões públicas se constituíram em componentes centrais da ditadura por meio da estruturação de diversos órgãos: Conselho Superior de Censura e Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Segundo Carlos Fico, “TV, cinema e teatro contavam com um serviço próprio de censura, o DCDP. Mesmo no contexto da ‘abertura’ já no governo Figueiredo, o DCDP mantinha o controle estatal da ‘moralidade e bons costumes’ (2001, p.172-174)”. Para demonstrar a complexidade da censura no período militar, Fico exemplifica o interdito da peça de teatro *Calabar*, o elogio da tradição, escrita em 1973 por Chico Buarque e Ruy Guerra. O autor mostra que além da participação do DCDP, a ação envolveu vários outros órgãos estatais como o Centro de Informação do Exército (CIE).

Mas os especialistas em censura do DCDP não eram os únicos a se preocuparem com o teatro. O onipresente Centro de Informações do Exército (CIE) fez um longo parecer sobre *Calabar, o elogio da traição*. Vale a pena transcrever alguns trechos deste parecer, que fala por si só: A peça teatral em epígrafe é da autoria dos subversivos Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra (...). Vários heróis de nossa história, inseridos no fato, são ridicularizados e acusados de traidores, na tentativa de desmoralizar aspectos fundamentais da formação da nacionalidade brasileira, cujo berço se assenta, exatamente, no episódio da luta contra a dominação holandesa no Nordeste (2001, p. 172-174).

Tanto a ideologia da Segurança Nacional e a ideia de combate à subversão modulavam o pensamento militar com relação aos meios de comunicação de massa. A luta contra a subversão ao regime e a manutenção da Segurança Nacional, presente em todo aparato discursivo da ditadura, é composição fundamental da organização imposta pelos militares no Brasil. Na segunda metade da década de 1980, foi preparado pelo CIE um documento que trazia as justificativas militares para o golpe. Com quase mil páginas, foi intitulado *ORVIL: Tentativas de tomada do poder*. Nesse documento encontra-se o que os militares denominavam de processo subversivo.

Em julho de 1969, o Governo, considerando o processo subversivo, bem caracterizado em suas ações e amplitude, e suas ligações com acontecimentos internacionais semelhantes, julgou ser imperativo neutralizá-lo, para garantir a paz interna e preservar sua política de desenvolvimento, e baixou novas

² Decreto-Lei Nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acessado em: 14 de julho de 2015.

diretrizes. Esse documento, denominado Diretrizes para a Política de Segurança Interna, atribuía um papel preponderante aos comandantes militares de área, quanto ao planejamento e à execução das medidas antissubversivas, e considerava indispensável à integração de todos os organismos responsáveis por essa área (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 472).

É nesse contexto de censura, que a imprensa alternativa formada por inúmeros periódicos – Pasquim (RJ), Opinião (RJ), Movimento (SP), *Lampião da Esquina* (RJ), Em Tempo (SP), Brasil Mulher (SP), Beijo (RJ), Ex (SP), Versus (SP) e tantos outros – teve grande relevância, visto que debateu/problematizou temas políticos, de humor, feministas, homossexuais, raciais (movimento negro), étnicos (movimento indígenas) e culturais invisibilizados/censurados pelo autoritarismo do regime militar e pela “moral e os bons costumes”.

A resistência da imprensa alternativa representa uma oposição à ditadura, por meio de comunicação popular e comunitária, alinhando-se ao desejo de liberdade política e de expressão dos movimentos populares. Segundo Bernardo Kucinski “[...] entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica (1991, p. 05)”.

O Pasquim surgiu meses depois da instauração do AI-5³ (13/12/1968) durante o governo do presidente Artur Costa e Silva (15/03/1967 a 31/08/1969). Nesse período o jornal foi alvo de diversos atos de repressão por se opor à censura imposta à imprensa, como a prisão de parte dos seus jornalistas e cartunistas, ocorrida em 01 de novembro de 1970 e fundamentada no Decreto-Lei Nº 510, de 20 de março de 1969, que em seu artigo 14 afirma: “divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas. Pena: Detenção, de 3 meses a 1 ano.”

Especificamente se tratando do recorte de gênero e sexualidades, Garcia e Schultz pontuam que “através da imprensa alternativa, há a produção de um discurso politizador acerca das questões referentes à sexualidade, especialmente aos homossexuais, garantindo os direitos a um grupo até então reprimido e “invisível” para o Estado”⁴. Os autores lembram que no final

³ O Ato Institucional N. 5 foi promulgado em 13 de dezembro de 1968 pelo presidente marechal Artur da Costa e Silva e re presenta um dos instrumentos mais autoritários da ditadura vivida pelo Brasil (1964-1985).

⁴ GARCIA, Gabriela Mesquita; SCHULTZ, Leonardo. *O Lampião da Esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970*. Revista de Estudos da Comunicação, v.15, n.36, 2014. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/comunicacao?dd1=12580&dd99=view&dd98=pb>. Acessado em: 24 de abril de 2014.

da década de 1960 e nos anos de 1970 surgiram grupos que debatiam politicamente a temática homossexual no Brasil, como o “Grupo Somos”, formado em 1978 em São Paulo. Sua estratégia política era a construção e o fortalecimento da identidade homossexual, através da valorização positiva das categorias “bicha” e lésbica, ao mesmo tempo em que combatiam o autoritarismo do Estado e as estruturas do regime: “[...] não serviam para resgatar uma fala ou cultura homossexual reprimida [...] mais do que sendo descoberta, uma identidade estava sendo construída (MacRae, 1985, p. 257)”. Da mesma forma que o grupo Somos, o *Lampião da Esquina* pautava sua discussão na transformação do olhar que o próprio homossexual lançava sobre si mesmo e nas mudanças do imaginário social homofóbico. Em sua edição número Zero o jornal levanta essa questão da seguinte forma:

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais, que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor - que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.⁵

A imprensa alternativa durante a ditadura no Brasil não se configurou apenas um instrumento de oposição ao regime, mas um fator politizador de segmentos invisibilizados socialmente, pois estava vinculada às diversas lutas de minorias que foram sufocadas historicamente, como os negros, as mulheres, os homossexuais e tantos outros grupos e pessoas. Schwarcz e Starling asseveram que:

A discussão sobre a tolerância associada à pauta dos direitos civis entrou no debate público animada por novas formas de militância política que se organizaram durante os anos de 1970: o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), o Centro da Mulher Brasileira (CMB) e o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Os movimentos de minorias políticas alargaram os contornos da luta democrática e fizeram circular seus pontos de vista em publicações próprias que combinavam um novo ativismo político, no qual se reivindicava o reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduzia novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade: Nós mulheres, *O Lampião da Esquina* e Sinba (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 474).

⁵ Esse trecho foi extraído do editorial da Edição Zero, de abril de 1978, que é uma edição experimental do jornal *Lampião*, cujo título é “Saindo do Gueto”. É relevante lembrar que nesse primeiro momento o jornal ainda não é chamado de *Lampião da Esquina*.

Apesar da abertura política realizada por Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) alterar lentamente a censura à imprensa no Brasil, algumas temáticas continuavam vigiadas pelo Estado, sociedade, grandes jornais e meios de comunicação de massas como a TV, pois eram consideradas um risco aos valores morais da “família brasileira”. Entre os temas interditados estavam aqueles que eram ligados às homossexualidades: direitos; despatologização; combate à intolerância; e a liberdade de expressão das múltiplas identidades de gênero.

Aqui é interessante atentar que, se com a abertura política os grandes jornais passaram a ter mais autonomia sobre os conteúdos que queriam veicular, alguns assuntos continuavam silenciados porque no imaginário social da época e na estrutura ideológica da grande imprensa, temas como as homossexualidades ou relacionados a outras expressões de gênero não heteronormativas, eram considerados *tabus* e representavam perigo à moral e aos bons costumes, portanto, deveriam ser interditados.

As noções de moral e bons costumes que condenam os homossexuais nesse período estão baseadas principalmente na fé cristã, na heteronormatividade e heterossexualidade, ambas compulsórias⁶. A religião era um parâmetro regulatório dos comportamentos sociais considerados corretos dentro do discurso sobre subversão presentes na doutrina de Segurança Nacional. Com relação ao Estado e sua política disciplinar, as homossexualidades eram associadas às subversões, criando assim, um álibi oficial no combate aos gays. O volume II do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – CNV discute a relação entre homossexualidade e subversão. Segundo o documento,

essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica algo, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. Acentuou-se, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos “bons costumes”. Essa visão legitimava a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores (2014, p. 291).

⁶ A heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade compulsória estão presentes nos trabalhos de Judith Butler, que afirma existir na sociedade, uma “ordem compulsória” vista como normal, e que, é obrigatoriamente heterossexual, definindo os direcionamentos relacionados às questões de gênero, sobretudo, em relação aos desejos e suas práticas, normas sociais, entre outras questões. Da mesma forma, tudo aquilo que não obedece tais normas – heterossexuais – vistas como obrigatórias, são consideradas desvios, e, portanto, são condenadas por esse regime compulsório. Essa questão pode ser aprofundada a partir da seguinte referência bibliográfica: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

As ideias que relacionavam a homossexualidade à subversão tanto influenciavam os participantes dos cursos da Escola Superior de Guerra, um centro ideológico fundamental para o regime militar, quanto informavam a linha política das agências de repressão, desde o Serviço Nacional de Informações (SNI), Destacamento de Operações Internas (DOI) – Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), passando também pelas divisões de censura de televisão, teatro, filmes e imprensa. No final dos anos 1960 e começo dos 1970, os ideólogos ampliaram o raciocínio sobre os perigos da homossexualidade e a associaram a um submundo de degenerados – “pederastas”, alcoólatras, prostitutas e outros desviantes e não conformistas – que representavam uma ameaça à segurança nacional (2014, p. 292).

Ainda no relatório da Comissão Nacional da Verdade, pode-se encontrar documentos do CIE que associam o “movimento gay” ao comunismo e à ideologia de esquerda.

Em um relatório do CIE de 1978 relacionava-se claramente “o esquema de apoio à atividade de homossexuais” “esquerdistas” na imprensa e o “alto interesse” que “comunistas” tinham em promover esse “proselitismo”. Em 1980, há registro de um relato de que organizações comunistas tinham recrutado “homossexuais” e “prostitutas” para seus “núcleos de base” e várias “entidades de homossexuais estariam integradas aos movimentos de subversão, portanto ligadas às diversas organizações clandestinas atuantes no País” (2014, p.303).

Na ditadura, o preconceito, discriminação e violência, atingiram os homossexuais, especificamente gays e lésbicas, provocando a restrição de seus direitos básicos à cidadania, compreendido nessa pesquisa como direitos civis. Essas questões se agravavam quando se tratava das travestis, pois, ao construírem seus corpos, maneiras de ser e agir, em que a expressão do feminino não era contida ou escondida, ficavam sujeitas às piores formas de repressão policial.

Segundo James Green, nesse período muitos espetáculos de travestis e transformistas dos principais salões do eixo Rio - São Paulo foram fechados e houve a detenção de homossexuais que buscavam encontros furtivos nas ruas (2000, p.03). A resistência das travestis ao regime militar estava diretamente ligada à sobrevivência, mas pode ser encarada como ação política, já que suas atividades sexuais se configuravam como transgressão e um ataque à família tradicional e à moralidade social segundo o imaginário hegemônico da época. Tal resistência pode ser evidenciada em São Paulo, quando um grupo de “travestis que a polícia expulsou do centro da cidade acabaram indo prostituir-se em bairros de classe-média mais ermos, no começo dos anos 80 (TREVISAN, 1986, p. 246)”, provocando verdadeira revolta entre moradores locais.

As rondas policiais – também conhecidas como “rondões”, foram utilizadas para perseguição da população LGBT. Segundo Ocanha, “o caráter oficial da política de rondões

acirrou o clima de medo sobre os segmentos LGBTs, já que a repressão por meio do policiamento ostensivo era certa e não tinha data para acabar (2014, p. 163)”. Alguns delegados de polícia se destacam nessas operações policiais: o delegado Francisco de Assis Gouveia (Belo Horizonte), delegado Wilson Richetti (São Paulo) e Deraldo Padilha (Rio de Janeiro). Os “rondões” eram considerados uma operação de limpeza/higienização das ruas:

Em maio de 1980, o delegado José Wilson Richetti assume a delegacia Seccional Centro, órgão responsável por todas as delegacias da área central de São Paulo. Dois dias depois de sua posse, em 22 de maio, é anunciada a Operação Cidade, a primeira grande operação de rondão com o objetivo de limpar a cidade anunciada por Richetti, composta de 20 delegados e 100 investigadores que atuavam 24 horas por dia (2014, p.161)

A assimetria de poder entre o Estado e os mais variados grupos e pessoas que pensavam diferente do regime militar, podem ser percebidas a partir da metáfora utilizada pelo general Adyr Fiúza de Castro, em que comparava a relação entre o Estado e seus inimigos a um martelo de pilão, pronto para esmagá-los: “[...] matar uma mosca com um martelo-pilão [...] o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la⁷”.

O *Lampião da Esquina* denunciou que os rondões tinham o objetivo de atingir diretamente os homossexuais (p. 8) – Edição 21 de 1980 – e que essa repressão era uma campanha contra as travestis que se prostituíam nas ruas de São Paulo (p.18) – Edição 26 de 1980. O relatório da Comissão da Verdade, afirma que a repressão de Richetti,

contribuiu para a unificação dos movimentos sociais que emergiam com mais força nesse momento de abertura política: estudantil, feminista, LGBT e negro. Todos convocaram um ato público contra a violência policial para o dia 13 de junho, na frente do Teatro Municipal. Em carta aberta à população, 13 entidades pediam a destituição de Richetti do comando da Delegacia Seccional. Ele e o secretário de Segurança Pública Octavio Gonzaga Junior foram convidados a prestar esclarecimentos aos deputados na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (CNV, Relatório, volume II, textos temáticos, dezembro de 2014, p. 298).

Apesar da reação dos movimentos sociais, os episódios de violência contra homossexuais e travestis continuaram a ocorrer ostensivamente. Trevisan, um dos criadores do jornal *Lampião da Esquina*, relata que durante abertura política, o periódico foi objeto de inquérito policial e seus editores ameaçados de prisão, sobretudo, por tratar de temáticas de interesses das comunidades homossexuais

⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. *Tudo sobre a ditadura*. 2014. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-ditadura.html>. Acessado em: 20 de abril de 2015.

(...) no Rio de Janeiro, as coisas não iam nada bem para o jornal *Lampião*. Já desde agora de 1978, vínhamos sofrendo, sob acusação de atentado à moral e aos bons costumes, um inquérito policial que estava sendo levado a efeito tanto no Rio quanto em São Paulo. A carta da polícia federal solicitando o inquérito referia-se a nós editores como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”, de modo que constituímos casos situados – segundo eles – na fronteira da Medicina Patológica: a carta pedia que processados judicialmente e penalizados dentro da chamada Lei da Imprensa, segundo a qual poderíamos receber até um ano de prisão (1986, p. 209).

“Enfim, um jornal maravilha!”

O Lampião da Esquina surgiu em 1978 a partir de um coletivo formado por intelectuais para a criação de um jornal voltado aos gays, a partir de discussões relacionadas à temas *tabus* sobre a homossexualidade, ao preconceito, à discriminação e às violências homofóbicas⁸, contribuindo assim, para a organização política dos movimentos LGBT no Brasil. Sua formação editorial era composta por: Darcy Penteado (artista plástico), Adão Costa (jornalista), Agnaldo Silva (jornalista), Antonio Chrysóstomo (jornalista), Clóvis Marques (jornalista), Francisco Bittencourt (poeta e crítico de arte), Gasparino Damata (jornalista), Jean Claude Bernardet (crítico de cinema), João Antônio Mascarenhas (jornalista), João Silvério Trevisan (cineasta e escritor) e Peter Fry (antropólogo).

Seu grande objetivo inicial era construir um jornal que “se propunha a ‘sair do gueto’⁹ e ser um veículo pluralista aberto aos diferentes pontos de vista sobre diferentes questões minoritárias.” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 86). Um aspecto importante do jornal está em seu nome, que a princípio nos remete ao cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, mas essa nomenclatura não possui relação com o cangaço e pode ser compreendida como um interessante *marketing*, por ser um jornal de viado com nome de cangaceiro. Todas as edições do jornal trazem um símbolo que remete a Virgulino, um chapéu de cangaceiro, porém, a outra parte do desenho que forma os óculos e o nariz, é uma referência a um pênis, como mostra a imagem a seguir:

⁸ Termos como *homofobia* (rejeição ou aversão a homossexual e à homossexualidade), *transfobia* (rejeição ou aversão a transexual e à transexualidade) e derivados, da mesma forma que a sigla LGBT, não pertencem ao vocabulário do período no qual se refere o recorte da pesquisa, porém, não há problemas com a utilização dos mesmos, já que remetem a discursos e práticas “semelhantes” aos dos dias atuais com relação a definição de homofobia e de LGBT.

⁹ Sair do gueto é uma referência ao editorial da edição “zero”, publicada em abril de 1978, de circulação restrita, considerada edição experimental, que tinha como título a expressão “*saindo do gueto*”.

Figura 01 – Primeira Logomarca do Lâmpião



Fonte: Lâmpião da Esquina – Abr/1978

Figura 02 – Logomarca do Lâmpião da Esquina



Fonte: Lâmpião da Esquina – Jan/1981

A consciência política dos editores do Lâmpião da Esquina reflete diretamente na criação do jornal. O fato de ser composto por intelectuais gays, possibilitou que o periódico pudesse tratar de questões que não tinham espaço nos meios de comunicação da época. João Silvério Trevisan em depoimento concedido à Flávia Péret, afirmou que a “ideia era produzir um jornal que tivesse, sobretudo, uma discussão política intrincada e séria sobre questões de direitos homossexuais (PÉRET, 2011, p. 124)” e isso surge da necessidade de aproximar a luta dos gays a outras demandas, tendo em vista que até então esses espaços eram ocupados, na maioria das vezes, pela luta de classe, bandeira da esquerda brasileira.

A escolha do nome do jornal é explicada por Agnaldo Silva nos fins de 1977 para uma matéria da revista *Isto É*, cujo título era “O poder homossexual”. Agnaldo Silva enfatiza as diversas possibilidades que o nome do Lâmpião da Esquina sugere: “[...] o que me agrada é *Lâmpião*. [...] um jornal de bicha com nome de cangaceiro? Segundo, pela ideia de luz, caminho, etc. [...] Lâmpião um personagem até hoje não suficientemente explicado: [...] não saiu das sombras (Apud SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 83).

Com publicação mensal, o *Lâmpião da Esquina* teve 38 edições e mais três extras. A primeira tiragem foi de 10 mil exemplares (distribuída gratuitamente) e logo aumentou para 15 mil. É importante destacar que o Lâmpião é um documento histórico relevante para os estudos a respeito das homossexualidades durante o regime militar. Embora importante na defesa da

livre expressão de gênero, da diversidade e do seu papel político, a história, trajetória, organização e os discursos textuais/imagéticos do periódico são pouco estudados¹⁰.

O jornal foi editado e publicado no Rio de Janeiro, no entanto, grande parte da equipe era de São Paulo. Segundo Agnaldo Silva, essa questão ocasionava desentendimentos com relação às propostas do *Lampião da Esquina*, sobretudo, porque seus editores apresentavam tendências diferentes no que diz respeito às questões políticas e culturais relacionadas à comunidade LGBT. Essa cisão vivenciada pelo *Lampião da Esquina*, explicita a dificuldade encontrada por muitos sujeitos ligados aos movimentos sociais em compreender que aspectos culturais não estão desvinculados de aspectos políticos e vice-versa. Para ele,

havia um grupo, mais paulista, que achava que o jornal deveria ser panfletário e não se preocupar em ter uma linguagem mais jornalística. Queriam que ele fosse puramente dedicado ao ativismo. E isso era um problema, porque um jornal só ativista acaba limitado. Nas reuniões de pauta, sempre havia discussão em torno dessa questão. E eram muito cansativas (*Apud PÉRET, 2011, p. 117*).

O *Lampião da Esquina* foi fechado em junho de 1981 e teve como causas: desentendimento entre seus editores, questões financeiras e a concorrência com outros jornais. Trevisan elenca alguns motivos que levaram ao fim do jornal:

por um lado, questões financeiras, mas, por outro, certo esgotamento ideológico. Não de ideias, mas ideológico. Quer dizer, nós começamos a ter a concorrência da grande imprensa, e o jornal estava ficando medíocre, com capas muito chamativas. O número mais político foi o que menos vendeu e isso me aborreceu extremamente. Eu fui para o Rio em determinada ocasião, disposto a impedir que o jornal continuasse, porque os problemas estavam demasiados e o custo-benefício não estava a gosto. Então propus que o jornal terminasse, sob o pretexto de que, de fato, o *Lampião* já tinha cumprido a sua função naqueles três anos (*apud PÉRET, 2011, p. 126*).

Por todas as questões apresentadas, investigar o *Lampião da Esquina* na perspectiva da história é relevante por diversos motivos, como problematiza Michael Pollak (1989): é necessário narrar, estudar, analisar as “histórias/memórias” dos excluídos que se opõem à “memória/história oficial”, no caso a memória nacional que construiu, por exemplo, negros como inferiores, índios como preguiçosos, homossexuais como doentes, pervertidos e anormais. Portanto, a escolha de temas ou a exclusão deles na historiografia cria e (re)cria a memória presente sobre o passado, ao mesmo tempo em que traz outras abordagens para história.

¹⁰ Entre os trabalhos que abordam de forma mais aprofundada o *Lampião da Esquina* destaca-se o de Flávia Péret, *Imprensa gay no Brasil* e o Jorge Caê Rodrigues, *Impressões de Identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*. Ambos estão listados no referencial bibliográfico dessa pesquisa.

Segundo Pierre Nora, a memória é fenômeno sempre atual, como “um elo vivido no eterno presente” (1993, p.09) que alimenta e reconstrói a história. Já a história, como “representação incompleta e problemática do passado” (1993, p.09), é rememorada segundo as necessidades presentes de cada sociedade. Pensar as relações entre história e memória é necessário para se entender como o *Lampião da Esquina* é parte da memória LGBT e da sua resistência durante a ditadura, contribuindo com a visibilidade de sujeitos historicamente silenciados. Segundo James Green, “as lésbicas, os gays e as travestis também foram e seguem sendo vítimas da repressão, do discurso moralizador e do conservadorismo na política (2014, p. 25)”, portanto, não podem ser condenados ao esquecimento, tendo em vista que são sujeitos históricos e “[...] protagonistas da enorme mobilização que logrou enfraquecer e derrubar a ditadura para criar uma nova situação mais democrática [...] (2014, p.25)”.

O estudo do *Lampião da Esquina* se justifica, também, por problematizar que a ditadura não perseguiu apenas guerrilheiros e comunistas, mas também a população LGBT e que a repressão às identidades de gênero consideradas desviantes era parte estruturante da política do regime militar.

O jornal *Lampião da Esquina* é compreendido nessa pesquisa como discurso, forma de linguagem e comunicação elaborada dentro de um contexto histórico, que (re)produz valores, ideologias e visões de mundo. O discurso se constitui em, “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1960, p. 43). Também é compreendido como portador e reproduzidor de representações sociais. Segundo Denise Jodelet, as representações sociais, é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. [...] Geralmente, reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. [...] Como fenômenos cognitivos, envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a elas estão ligadas. [...] seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a abordagem da vida mental individual e coletiva. [...] como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e elaboração psicológica e social dessa realidade (2001, p.22).

A complexidade do *Lampião da Esquina* devido suas múltiplas possibilidades de leitura exige dessa pesquisa a utilização de alguns conceitos centrais, tendo em vista que os

mesmos representam uma espécie de norte nesse cruzamento de teorias que servirão de lente, à leitura de suas páginas.

O conceito de invisibilidade perpassa todas as categorias a serem estudadas nos capítulos a seguir. Segundo Moscovici,

a observação familiar de que nós não estamos conscientes de algumas coisas bastante óbvias; de que nós não conseguimos ver o que está diante de nossos olhos. É como se nosso olhar ou nossa percepção estivessem eclipsados, de tal modo que uma determinada classe de pessoas seja devido a sua idade – por exemplo, os velhos pelos novos e os novos pelos velhos – ou devido a sua raça – por exemplo, os negros por alguns brancos, etc. – tornam invisíveis quando, de fato, estão “nos olhando de frente” [...] Essa invisibilidade não se deve a nenhuma falta de informação devida à visão de alguém, mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis (1978, p. 30-31).

A forma na qual gênero é utilizado nesse trabalho é a que compreende o gênero como construções sócio históricas, tal qual concebe Guacira Lopes Louro que afirma que: “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (1997, p. 25)”.

Outro caminho teórico fundamental é a noção de *performance* de Judith Butler, pois aponta para a desnaturalização do sexo/gênero, tratando-o como uma superfície, regulada a partir de diversos arranjos culturais, econômicos, científicos e políticos, e não mais a partir de regras fixas do binarismo de gênero, em que corpos e gênero nasçam juntos, concebidos de formas naturais. Essa concepção de Butler compreende gênero como algo performativo, e que de certa forma dá sentido ao corpo. Nesse sentido, a autora afirma:

Na minha leitura de Beauvoir, sugeri que os corpos marcados pelo gênero são “estilos de carne”. Esses estilos nunca são plenamente originais, pois os estilos têm uma história, e suas histórias condicionam e limitam suas possibilidades. Consideremos gênero, por exemplo, como um estilo corporal, um “ato”, por assim dizer, que tanto é intencional como performativo, onde “performativo” sugere uma construção dramática e contingente do sentido (BUTLER, 2015, P. 240).

O conceito de *performance*, problematiza a “divisão natural” de ser homem/mulher, homossexual/hétero e normal/anormal. A ideia de *performance* de Judith Butler, como ela afirma, se aproxima da ideia defendida por Simone de Beauvoir quando aponta que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. A performance está no verbo “*tornar*”, que desconstrói a concepção de identidades essencialistas, fixa, imutáveis e imóveis, dando primazia a transitoriedade identitária.

Nas poucas pesquisas sobre a homossexualidade na ditadura militar, destaca-se James N. Green, professor de História do Brasil na *Brown University*, autor da obra referência no assunto “*Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*”. Green é ainda um dos autores do relatório final da Comissão Nacional da Verdade *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. Esse relatório é pioneiro na temática e evidencia as perseguições sofridas pela comunidade LGBT durante a ditadura militar no Brasil, além de trazer aspectos importantes da trajetória do Lamião da Esquina durante esse período.

Um dos conceitos centrais nessa investigação é o de violência, em função do seu caráter polissêmico, apropriado de formas diferentes por inúmeros autores, no entanto, usaremos o conceito de violência de Zizek que a dividiu em três grandes classificações:

a) Uma violência subjetiva que representa a decisão, vontade, de praticar um ato violento. A violência subjetiva representa a quebra de uma situação de (aparente) não violência por um ato violento. A normalidade seria a não violência, a paz e o respeito às normas (normalidade) que é interrompida por um ato de vontade violento. b) A violência objetiva, diferente da violência subjetiva é permanente. A violência objetiva são as estruturas sociais e econômicas, as permanentes relações que se reproduzem em uma sociedade hierarquizada, excludente, desigual, opressiva e repressiva. c) A violência simbólica é também permanente. Esta violência se reproduz na linguagem, na gramática, na arquitetura, no urbanismo, na arte, na moda, e outras formas de representação (MAGALHÃES, 2012, 94)¹¹.

É importante sublinhar que as identidades – gay, lésbica, travesti e transexual – serão trabalhadas de maneira interseccional como definida por Kinberle Crenshaw. Para ela,

a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições (2002, p. 8.)

O *corpus* documental engloba 38 edições do Lamião da Esquina e três edições extras¹²; documentos do Arquivo Nacional de Brasília, relacionados às diversões públicas; jornais da grande imprensa do período e da imprensa alternativa disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹³.

¹¹ MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *VIOLÊNCIA*. Revista JurES, v. 4, n. 7, 2013. Disponível em: <http://revistas.es.estacio.br/index.php/juresvitoria/article/view/102/99>. Acessado em 02/12/2015.

¹² Todas as edições do Lamião da Esquina estão disponibilizadas na página do Grupo Dignidade. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acessado em: 15 de março de 2014

¹³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acessado em: 20 de setembro de 2014.

CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA E HOMOSSEXUALIDADES NO LAMPIÃO DA ESQUINA

1.1 Que jornal é esse? O Lampião da Esquina se apresentando a partir de suas capas

Quando partirmos daquela máxima que diz que “a primeira impressão é a que fica”, percebemos então que o Lampião é realmente um jornal maravilha. A forma incisiva em que apresenta suas capas é de uma riqueza discursiva incontestável, ao mesmo tempo em que impressiona por sua ousadia na luta contra os preconceitos sofridos pelas homossexualidades. Vale ressaltar que, se o olhar que parte do agora se impressiona com existência do Lampião da Esquina, no período da ditadura o jornal vinha como um artefato explosivo.

O jornal Lampião da Esquina, como produto cultural e político destinado ao público homossexual, de acordo com o seu perfil editorial e de seus receptores no contexto da ditadura militar, desenha em suas chamadas de capa os assuntos e questões mais importantes: erotismo, “moral e bons costumes”, aborto, “lesbianismo”, feminismo, feminicídios, movimentos negros, anistia, carnaval, Igreja, “michês”, masturbação, sadomasoquismo, travestis, política sexual e violência contra as homossexualidades por parte do Estado e da sociedade.

Entre os assuntos com maior destaque no jornal, a violência ocupa a maior parte dos assuntos veiculados, como evidencia o texto das capas listadas a seguir:

- Edição Zero – Abril/1978 – “*Homo eroticus*: Um ensaio de Darcy Penteadado”
- Edição 01 – Junho/1978 – “Cinelândia, Alaska, São João – As relações perigosas: Este é ‘Gaúcho’, um rapaz de vida fácil. Ele matou um homem a socos e pontapés”
- Edição 02 – Julho/1978 – “Sou tarado (Lenne Dale confessa sob protestos gerais)”
- Edição 03 – Agosto/1978 – “Norma Bengell solta o verbo: eu não quero morrer muda”
- Edição 04 – Setembro/1978 – “Travestis! (Quem atira a primeira pedra?)”
- Edição 05 – Outubro/1978 – “Cassandra Rios ainda resiste: Com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever”
- Edição 06 – Novembro/1978 – “Crimes sexuais: Décio Escobar, Fred Feldman, o Cupido de Ouro: uma nova versão para estas mortes”
- Edição 07 – Dezembro/1978 – “Latinamérica: Na terra dos hombres, paulada nas bonecas!”
- Edição 08 – Janeiro/1979 – “Gay-macho (uma tragédia americana?)”
- Edição 09 – Fevereiro/1979 – “Moral e bons costumes?”

- Edição 10 – Março/1979 – “Minorias exigem em São Paulo: Felicidade deve ser ampla e Irrestrita”
- Edição 11 – Abril/1979 – “Lesbianismo Machismo Aborto Discriminação: São as mulheres fazendo política”
- Edição 12 – Maio/1979 – “Amor entre mulheres (elas dizem onde, quando, como e porquê)”
- Edição 13 – Junho/1979 – “A matança de homossexuais de Sodoma a Auschwitz”
- Edição 14 – Julho/1979 – “Alô, alô classe operária: e o paraíso, nada? Lula fala greves, bonecas e feministas: chumbo grosso!”
- Edição 15 – Agosto/1979 – “Negros: qual é o lugar deles?”
- Edição 16 – Setembro/1979 – “Homossexuais se organizam”
- Edição 17 – Outubro/1979 – “Corre, que lá vem os home! Estão matando mulheres”
- Edição 18 – Novembro/1979 – “Povo Gay já pode falar”
- Edição 19 – Dezembro/1979 – “Anistia apoia homossexuais”
- Edição 20 – Janeiro/1980 – “Aconteceu no Rio: encontro nacional do povo gay”
- Edição 21 – Fevereiro/1980 – “Tudo sobre o carnaval das bichas”
- Edição 22 – Março/1980 – “Carnaval das bichas é o maior do mundo”
- Edição 23 – Abril/1980 – “Tudo sobre o encontro do povo gay”
- Edição 24 – Maio/1980 – “Homossexuais a nova força”
- Edição 25 – Junho/1980 – “A volta do esquadrão mata-bicha: três crimes abalam a comunidade guei”
- Edição 26 – Julho/1980 – “A Igreja e o homossexualismo (20 anos de repressão)”
- Edição 27 – Agosto/1980 – “A incrível metamorfose de Andrea Casparelly”
- Edição 28 – Setembro/1980 – “Em agosto foi assim: Crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais que morrer”
- Edição 29 – Outubro/1980 – “3 entrevistas para derrubar: 1) Cassandra Rios: Pornográfica? Então leiam a Bíblia. 2) Roger Peyrefitte: Um listão com Paulo VI, Pompidou... 3) Ruddy, de Ipanema: Na zona eu me divertia muito mais”
- Edição 30 – Novembro/1980 – “Prostitutos: Estes michês (nem tão maravilhosos) e suas incríveis máquinas de fazer sexo! (Um dossiê completo sobre a prostituição masculina)”
- Edição 31 – Dezembro/1980 – “Masturbação: O prazer da maioria!”
- Edição 32 – Janeiro/1981 – “Brasil, campeão mundial de travestis”

- Edição 33 – Fevereiro/1981 – “Cuba: Os órfãos de Sierra Maestra”
- Edição 34 – Março/1981 – “Hotéis de pegação homem com homem”
- Edição 35 – Abril/1981 – “A bicha que virou mulher com uma discussão sobre transexualismo”
- Edição 36 – Maio/1981 – “A praça é das bichas”
- Edição 37 – Junho/1981 – “Viado gosta de apanhar? Uma viagem ao mundo dos sadomasoquistas”
- Edição Extra 01 – Dezembro/1979 – “Libertários: as mais explosivas entrevistas já feitas no Brasil sobre Política Sexual”
- Edição Extra 02 – Maio/1980 – “Ensaio selvagens”
- Edição Extra 03 – 1980 – Entrevistas: 1) Manuel Puig fala das bichas sonhadoras e mulheres submissas 2) Sartre, antes da morte, abre o jogo e fala de homossexuais 3) 2 travestis dão o depoimento vivo sobre o sufoco paulista 4) Movimento Louco-Lésbico: mulher com mulher não dá jacaré”.

É possível ainda perceber que, das 41 capas, 30 fazem referência às homossexualidades e ao universo LGBT, seja através dos gays, lésbicas, travestis ou transexuais. A bissexualidade aparece poucas vezes no jornal, talvez por ter sido no passado, como ainda é no presente, incompreendida e invisibilizada, inclusive pelos próprios homossexuais que veem nela uma espécie de oportunismo ou covardia, por não assumirem uma suposta homossexualidade.

O termo *homossexual* foi utilizado sete vezes nos títulos principais das capas listadas, sobretudo em matérias que estivessem ligadas às questões políticas, isso demonstra que o termo homossexual no jornal, frequentemente é utilizado de maneira mais formal para discutir “intelectualmente” o assunto.

A palavra *bicha*, usada seis vezes, teve grande parte de sua utilização vinculada à violência, ao universo folclorizado da homossexualidade e ao feminino, isso demonstra como a semântica estabelece hierarquias aos homossexuais com base nos padrões heteronormativos. A bicha por ser mais afeminada, é colocada em um padrão subalterno em relação a outros homossexuais. Nos dias atuais o termo bicha tem sido ressignificado pela comunidade LGBT, trazendo para seu interior um teor político e de empoderamento. Ser bicha, a partir dessa visão significa resistência e reconhecimento.

O vocábulo *gay/guei*, usado cinco vezes, é antecedido da palavra comunidade. Sobre essa grafia abreviada, Jorge Caê Rodrigues traz a seguinte explicação: “[...] mudam a grafia

da palavra ‘*gay*’ para ‘*guei*’: uma forma de abrigar um termo que começa a se impor como sinônimo de homossexual masculino ou feminino” (2010, p. 55-56). Na maioria das referências a palavra *gay* foi antecedida pelo vocábulo povo – povo *gay*, dando um sentido de comunidade/coletividade, com exceção da palavra *gay-macho*, utilizada para caracterizar um tipo de *gay* que se apresenta como heterossexual.

A palavra *viado* aparece uma única vez e tem sua utilização vinculada ao sadomasoquismo, como evidenciado na chamada – “Viado gosta de apanhar? Uma viagem ao mundo dos sadomasoquistas”. É importante perceber que o termo está associado à violência e à representação hegemônica social pejorativa da passividade natural dos “viados”, tanto no sentido sexual, quanto no sentido de dignidade, retirando-lhes e/ou rebaixando-lhes a condição de sujeito histórico ativo. Nos dias atuais, a palavra *viado* também tem sido ressignificada pelos homossexuais.

O vocábulo *lésbica*, utilizado duas vezes, assim como a palavra homossexual, foi vinculado às questões políticas. *Travesti*, aparece três vezes, sempre no plural e também está relacionada aos assuntos políticos, diferente da palavra *boneca*, que designa as travestis em momentos de diversão, como por exemplo, nas matérias sobre o carnaval. A palavra, “*transexualismo*”, também é usada nas questões políticas. No entanto, apresenta um significado diferente do termo “*transexualidade*” utilizado nos dias atuais. Nas matérias do Lampião da Esquina, a transexualidade, chamada de “*transexualismo*”, na maioria das vezes, é sinônimo de travestilidade.

A análise dos significados desses termos das chamadas de capa do Lampião da Esquina é fundamental para se entender o uso desses conceitos pelo jornal durante o período da ditadura militar, os nos diversos outros significados que essas palavras podem ter no tempo e espaço. Koselleck lembra que “o sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso” (2012, p. 109), mas que essa palavra só se torna um conceito “se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela (2012, p.109)”.

Peter Fry afirma que no fim da década de 1960, no Rio de Janeiro e São Paulo, predomina um sistema classificatório das identidades sexuais masculinas a partir do binarismo heterossexualidade/homossexualidade. Um exemplo fornecido por ele refere-se ao conceito de “entendido” surgido na década de 1970. De acordo com o autor, a homossexualidade antes desse período, estava ligada à passividade na relação sexual – o homem penetrado era o *gay* – e o que penetrava não tinha a sua identidade sexual questionada. Com o advento do termo

“entendido”, a identidade sexual do sujeito ativo passa a ser problematizada, e a partir de então, ativos e passivos, dentro de uma relação entre homens, são compreendidos como gays.

A tabela abaixo apresentada por Fry ajuda na compreensão das transformações ocorridas no imaginário sobre os homossexuais a partir do surgimento dos entendidos na década de 70 no Brasil.

Tabela 01: “Homens” e “entendidos”: Sistema B

	IDENTIDADE	HOMEM	BICHA
1	Sexo fisiológico	Macho	Macho
2	Papel de gênero	Masculino	Masculino/Feminino
3	Comportamento sexual	“Ativo”	“Ativo” / “Passivo”
4	Orientação sexual	Heterossexual	Homossexual

(Fonte: FRY, 1982 p. 93)

A tabela está dividida em três colunas (identidade, homem e bicha) e mostra a homossexualidade a partir da década de 1970. Podemos visualizar que na categoria “bicha”, o papel de gênero é masculino e feminino e não apenas feminino e o comportamento sexual é ativo e passivo e não somente passivo. Essa é uma mudança significativa na representação da homossexualidade no período.

1.2 Quando a violência se institucionaliza

A leitura e análise da violência contra homossexuais no Lamião da Esquina, especificamente gays, percorrem dois caminhos importantes que ajudam a se pensar como a intolerância relacionada às questões de gênero durante o período da ditadura militar no Brasil encontrou um terreno fértil para se manter e se reproduzir como prática aceitável. Um: diz respeito à sociedade civil, sob a ótica da moralidade e dos bons costumes. O outro: sobre o Estado, controlado pela ideologia militar e seus aparatos de controle e disciplina. Ambos formam os discurso oficial.

O emprego da violência utilizada contra os homossexuais pelo discurso e práticas oficiais do Estado foi convertido em legalidade, legitimidade, e principalmente, em força policial. Esse tipo de violência contra aqueles que representam uma ameaça aos “verdadeiros cidadãos brasileiros” e contra as pessoas consideradas indesejáveis, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista político, passa a ser institucionalizada porque as forças do Estado encontram brechas nas leis para que ela seja justificada, um exemplo disso é a lei da Vadiagem.

O crime de vadiagem não tem sua origem na ditadura militar, no entanto, estatísticas policiais realizadas em 1975, apontam que esse crime era o segundo mais praticado. De acordo com O Acervo O Globo,

a definição de vadiagem e a sua punição estão previstas num artigo da Lei de Contravenções Penais, instituída por decreto em 3 de outubro de 1941. O artigo faz parte do capítulo VII da lei, que tem o sugestivo título “Das contravenções relativas à polícia de costumes”. No seu artigo 59, a lei considera vadiagem “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A pessoa classificada como “vadia” poderia ser levada à prisão simples, com pena de 15 dias até três meses. Na época da criação da lei, existiam a chamada Delegacia da Vadiagem e a figura do delegado de Costumes e Diversões, encarregados de reprimir também os contraventores do jogo do bicho. Até os anos 70, era comum a prisão por vadiagem estar ligada à falta de documentos. Policiais que faziam a ronda diária pelas ruas do Rio de Janeiro, por exemplo, levavam de camburão as pessoas “flagradas” sem documentos para a autuação nas delegacias. Lá eram enquadradas por infração ao artigo 59 da Lei de Contravenções Penais. Em dezembro de 1975, balanço das estatísticas policiais da cidade mostrava que “vadiagem” era o segundo crime mais “praticado” na região metropolitana, com 1.956 casos, superando os “flagrantes de tóxicos” e perdendo apenas para lesão corporal culposa.¹⁴

Essas perseguições aos homossexuais são anteriores ao Lampião da Esquina e também podem ser percebidas nas relações trabalhistas, como nos casos ocorridos no Itamaraty no ano de 1969, em que diplomatas foram investigados e punidos sob a acusação de “homossexualismo”. Ao todo, sete diplomatas tiveram suas carreiras interrompidas e foram submetidos ao excesso de rigor dessa homofobia instalada nos serviços públicos.

É importante ressaltar que essas perseguições são estruturais. Com relação a esse Ministério das Relações Exteriores do Brasil, chefiado por Magalhães Pinto, foi criada uma Comissão de Investigação Sumária, cujo principal objetivo era identificar casos de homossexualidade, para que se pudesse manter o perfil moral da instituição. Os horrores cometidos contra esses trabalhadores estão presentes nas determinações feitas pelo Estado que,

para aferir a orientação sexual dos diplomatas que eram alvo dos trabalhos da Comissão, o chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do ministro Fernando Cardoso de Souza, recomendou que fossem realizados exames “psiquiátricos e proctológicos” (FICO, 2014, p. 308).

O resultado dessa Comissão foi desastroso para sete diplomatas que foram cassados sob a justificativa de práticas homossexuais. Um desses casos se refere ao “primeiro-secretário

¹⁴ Disponível no seguinte endereço: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298>. Acessado em 08/07/2014.

Raul José de Sá Barbosa, que servia na Embaixada do Brasil em Jacarta”, informado por meio de um “telegrama com a notícia de sua aposentadoria compulsória (CNV, 2014, p. 294)”.

A censura foi amplamente utilizada no combate à homossexualidade dentro do serviço público, se aparentemente não existiam leis para punir homossexuais, o Estado buscou mapear suas presenças, inclusive nos contratos entre órgãos públicos e jornais da imprensa nanica. Muitos documentos traziam informações de que “várias empresas vinculadas à administração pública federal estavam divulgando anúncios de propaganda em publicações que se caracterizavam pela oposição sistemática e radical ao Governo e mesmo de contestação ao regime (INFORMAÇÃO Nº 197/DSI/MA/78)”.

Essa postura do governo era uma forma de isolar a imprensa alternativa, marcando-a em todos os órgãos públicos, ao mesmo tempo em que evitava que o dinheiro público fosse investido na imprensa inimiga. Em outro documento sobre o mesmo assunto, só que informando “a relação dos órgãos da imprensa (jornais e revistas), cuja linha de atuação recomenda não sejam colocados anúncios de propaganda de órgãos vinculados ao Governo Federal (INFORMAÇÃO Nº 228/DSI/MA/78)”, havia uma lista de jornais/revistas referentes aos órgãos proibidos e entre as publicações proibidas, estava o *Lampião da Esquina*. Tal questão ratifica o monitoramento da questão homossexual nos contratos públicos.

Tanto no caso do Itamaraty como nos casos relacionados à vadiagem, como exemplo de institucionalização da homofobia, temos uma presença violenta por parte do Estado em vários níveis e intensidades. Partindo desse ponto, é importante que se compreendam as estruturas e dinâmicas das violências empregadas. Como apresentado anteriormente, o suporte teórico escolhido para se pensar a violência foi a teoria defendida por Zizek, sobretudo, porque os três tipos de violência classificados por ele – *violência subjetiva*, *violência objetiva* e *violência simbólica* – foram cometidos cotidianamente contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, durante a ditadura militar.

No trecho a seguir do jornal *Lampião da Esquina*, escrito por Luíz Carlos Lacerda, cujo título é “*Vítimas da falta de espaço*”, contribui para exemplificar como as categorias de Zizek podem servir para a compreensão da violência contra os homossexuais na ditadura. Segundo Lacerda,

Como disse muito sabiamente um psicanalista amigo meu, as relações chamadas heterossexuais que são na realidade relações homossexuais na medida em que estabelecem uma relação "do mesmo sexo" com o Sistema. Este, no entanto, travestido de ditador dos parâmetros de “normalidade” e “anormalidade”, marginaliza os homossexuais na medida em que estes não aceitam os espaços "permitidos" por ele. Quais são esses espaços? O masculino e o feminino. Sem outra opção ou saída, alguns homossexuais,

vítimas inconscientes dessa claustrofobia de papéis pré-conceituais (preconceituosos) passam a "ocupar" os espaços delimitados pelo Sistema seguindo à risca o que manda o figurino. Ai surge a bicha louca e o sapatão (não confundir com os homossexuais assumidos). Cada um deles passa a assumir na vida cotidiana e portanto, inclusive, sexual, os papéis de macho ou fêmea. Ao contrário de deixar fluir dentro da personalidade, harmonicamente, essas duas forças existentes em todo e qualquer ser humano na sua totalidade como pessoa. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1981, p. 4).

A violência subjetiva contra os homossexuais poderia ser um ataque repentino na rua por parte de algum grupo intolerante, ou até mesmo pela polícia. Embora o agente da violência pudesse ser reconhecido no momento da sua prática, os motivos geradores muitas vezes permanecem obscuros. No entanto, essa forma de violência se relaciona a outras duas: violência objetiva e violência simbólica. Elas estão presentes nas estruturas, representações, palavras negativas, ditam os “parâmetros de ‘normalidade’ e ‘anormalidade’ que marginalizam os homossexuais”, como explicita o texto de Lacerda.

A linguagem nesse sentido, é forma de comunicação de repressão, estigmas e exclusão. A violência objetiva, enquanto estrutural, se encontra nas relações sociais, nos discursos médicos, religiosos e morais, colocados cotidianamente contra os homossexuais, e, portanto, são estruturantes na ditadura, entendidos como discursos normais e naturais. Dessa forma a violência homofóbica se naturaliza.

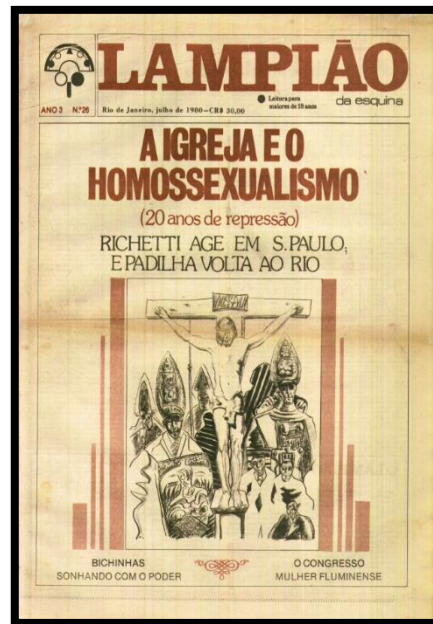
Como explicado anteriormente, a violência subjetiva é um tipo de violência que “aparentemente” surge do nada, sem um fator estrutural perceptível e sempre ocasional. Essa classificação de violência é muito utilizada quando se pretende esconder crimes de intolerância contra homossexuais, classificando-os como violência sem motivação específica, impulsionando a invisibilidade de crimes conhecido hoje como homofobia. Em uma sociedade preconceituosa, discriminatória e repressiva, como a do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), os homossexuais, “passam a ‘ocupar’ os espaços delimitados pelo Sistema”.

As palavras de Lacerda evidenciam a violência contra os homossexuais, principalmente, a partir da noção de espaço. Metaforicamente simbolizada no espaço “masculino” e “feminino” e reiterada na metáfora da clausura, já que essas pessoas não se encaixavam na lógica binária “machos” e “fêmeas”.

Há um ponto interessante sobre a violência contra homossexuais, o seu aspecto sutil, que faz com que essas violências mesmo permanentes, se tornem silenciosas e quase imperceptíveis. Isso reafirma a importância do Lampião da Esquina, não só como oposição ferrenha aos discursos homofóbicos produzidos na sociedade heteronormativa, mas como uma importante ferramenta política de questionamentos e de desnaturalização dessas atrocidades.

1.3 Homossexualidades e religião

Figura 03 – Capa da Edição N° 26



Fonte: Lampião da Esquina – Jul/1980

A edição nº 26 – julho/1980 – do Lampião da Esquina traz em sua capa a imagem de um homossexual na cruz em uma clara referência a crucificação de Jesus. O personagem aparece com vestimentas semelhantes às de Cristo e há na cruz uma inscrição que substitui a palavra INRI por homossexual. No lugar dos soldados que açoitaram Cristo, como descrito nos relatos bíblicos, são colocados membros do alto clero da Igreja Católica. Essa substituição é uma metáfora para criticar os discursos da Igreja sobre a homossexualidade como uma forma de violência contra os gays e a contestação dos discursos hegemônicos religiosos que pregam o respeito ao próximo, mas na prática cotidiana hostilizam gays, lésbicas, bissexuais travestis e transexuais.

Essa questão se dá porque historicamente as concepções religiosas foram fundamentais na construção da imagem negativa dos homossexuais, que são vistos como modelo de anormalidade. Essencialista, tal discurso busca desqualificar os homossexuais em dois momentos. Um: nas noções de pecado, onde o binarismo (homem/mulher) é visto como a única possibilidade natural e normal nas relações de gênero. O outro: nas questões biológicas, onde a procriação da espécie humana é o principal objetivo das relações sexuais entre homens e mulheres.

A reprodução, como bem asseverou Luiz Mott é uma “ideologia demográfica *pró-natalista* (MOTT, 2003, p.43)” pilar da história da humanidade dentro da visão judaico-cristã.

Na Bíblia existem vários exemplos de condenação da sodomia¹⁵, como no *Levítico* que prega “condenar à pena de morte os que praticassem a masturbação, o coito interrompido (“onanismo”), o bestialismo e a homossexualidade (2003, p.43)”, além de considerar as relações sexuais entre homens como abominação: “Não deitarás com um homem como se fosse uma mulher: isto é uma abominação” (LEVÍTICO, 18:22).

Esse tipo de pensamento não é uma exclusividade do Levítico, outros livros do antigo testamento apontam para a abominação da homossexualidade, prevendo punições rigorosas, que vão dos castigos físicos até a pena capital. É importante compreender que essas punições previstas nos discursos religiosos fundamentaram diversos tipos de violências contra homossexuais.

Na Idade Média, além dos discursos dos livros sagrados, a perseguição aos “sodomitas perfeitos” encontrou argumentos em discursos proferidos pelos santos da Igreja Católica. Mott destaca o papel de São Pedro Damiani (1007-1072), que em sua obra “*Livro de Gomorra*”, condenou práticas homossexuais, como um atentado contra a "ordem moral" resultantes das tentações demoníacas, da loucura associada ao desejo carnal excessivo e da lascívia. O discurso proferido por Damiani evidencia a visão que a Igreja, na condição de principal formadora de pensamento do período, tinha sobre os homossexuais.

A sodomia ultrapassa a sordidez de todos os vícios. É a morte dos corpos, a destruição das almas. Este vício possui a carne, extingue a luz da mente. Expulsa o Espírito Santo do templo do coração humano, introduz o Diabo, que incita à luxúria. Induz ao erro, remove completamente a verdade da mente que foi ludibriada, abre o inferno, fecha a porta do paraíso. Este vício tenta derrubar as paredes da casa celestial e trabalha na restauração das muralhas reconstruídas de Sodoma, pois viola a sobriedade, mata a modéstia, sufoca a castidade e extirpa a irreparável virgindade com a adaga do contágio impuro. Conspurca tudo, desonrando tudo com sua nódoa, poluindo tudo. Não permite nada puro, nada limpo, nada além da imundície (2003, p.49).

No Brasil colonial, as ideias da Igreja sobre a homossexualidade são semelhantes às do período medieval. Segundo Vainfas, “do século XVI ao XVIII, pelo menos 165 moradores nas mais diversas regiões coloniais, foram acusados ao Santo Ofício lisboeta de praticar a

¹⁵ A palavra sodomia tem sua origem no Antigo Testamento e se encontra no Gênesis, quando se narra a destruição de Sodoma. Segundo Vainfas, o castigo de Sodoma serve de base para a condenação judaica das relações homossexuais (VAINFAS, 2010, p. 195). Tal vocábulo é utilizado para designar perversões sexuais, mais especificamente a penetração anal por um pênis. Nesse sentido é importante elucidar que durante o período colonial no Brasil não havia o termo homossexual, mas, sodomita.

sodomia homossexual (2010, p. 214)”. As travestis também eram condenadas pela Inquisição, como demonstra o caso de “Negra Vitória”:

Grande de corpo, imberbe e muito negro, Antônio transformava-se então na “negra Vitória”, irritando-se quando lhe chamavam pelo verdadeiro nome, e fazia concorrência às prostitutas da Ribeira como se fosse mulher pública. Descoberto por um cliente mais observador, pois trazia o pênis “amarrado com uma fita vermelha por entre as pernas”, acabaria preso e condenado ao degredo perpétuo nas galés del Rei (2010, p.218).

Em períodos como a ditadura militar no Brasil (1964-1985) em que a liberdade civil é amplamente contestada, a “anormalidade” com relação às questões da homossexualidade é posta em prática em vários discursos, entre eles, o discurso religioso defendido pela Igreja Católica nesse período, como uma espécie de preservação daquilo que já havia sido apontado por essa pesquisa nos trabalhos sobre o Brasil durante o Período Colonial. Apoiando-se em velhos dogmas, a fé cristã ajudou na construção do modelo de moral e bons costumes defendido pelo Estado e pela sociedade durante esses anos.

Na contramão do pensamento clerical sobre a sexualidade humana, havia algumas pessoas na Igreja Católica que contestavam essa dura repressão aos homossexuais. Se por um lado a homossexualidade era vista como tabu para as alas mais conservadoras nos fins da década de 1960, por outro temos as vozes dissidentes em relação aos velhos modelos. Esses posicionamentos divergentes provocaram um embate entre membros da Igreja.

O caso diz respeito ao pensamento do Pe. Jaime Snoek¹⁶ sobre homossexualidade, duramente contestado por Dom Marcos Barbosa (monge beneditino e padre católico). O padre holandês sempre se mostrou preocupado com a forma na qual a homossexualidade era tratada pela Igreja Católica, reconhecendo inclusive os dramas vividos por essas categorias, sobretudo, no que diz respeito ao esforço que a mesma precisa para sobreviver aos dramas impostos a esse grupo.

Em 1967, partindo desse pensamento considerado dissidente, e buscando dentro da própria fé cristã as justificativas necessárias para que homossexuais não fossem tratados de forma brutal pela sociedade e pela própria Igreja, escreveu o seguinte artigo: “Eles também são da nossa estirpe – Considerações sobre a homofilia”¹⁷. As linhas iniciais do artigo apontam para a preocupação do Pe. Snoek: “Tabu, censura social – os homossexuais são considerados como

¹⁶ O Pe. Jaime Snoek (1920-2013) foi o fundador da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF).

¹⁷ O seguinte artigo pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/outras-publicacoes/Jaime%20Snoek%20-%20art%201967.pdf>.

degenerados, perversos, criminosos, – e uma repulsa espontânea e generalizada talvez sejam os principais responsáveis por esta conspiração do silêncio (1967)”.

Dessa forma, Pe. Snoek provoca uma reação por parte da Igreja, que vê em seus pensamentos, uma espécie de risco aos modelos defendidos pelos católicos, como ocorreu na publicação do *Jornal do Brasil* do dia 26/09/1969, em que esse pensamento foi rechaçado por Dom Marcos Barbosa em sua coluna¹⁸. Em resposta a uma indagação feita por um leitor, Dom Marcos defende que a homossexualidade deve ser sublimada, como uma cruz que precisa ser carregada, sem que haja vacilo ou deslize. Nesse sentido, o sacerdócio seria um meio ideal para que essas pessoas alcançassem a santidade:

Como não lhe dizer a minha admiração e respeito (uma referência ao leitor) por vê-lo carregar sem quedas uma cruz que lhe fecha um caminho, mas que lhe abre tantos outros que foram abertos por outra cruz? Sim, porque muitas vezes a renúncia a uma vida impossível foi a oportunidade e até a causa, já não digo de grande obras de arte, ciência e generosidade, mas da maior de todas: santidade (*JORNAL DO BRASIL*, 1969, p. 28).

Dom Marcos Barbosa segue em seu combate à homossexualidade e aos seus “defensores” dizendo que,

[...] justamente por não pretender como certos teólogos (holandeses) declarar lícitas certas uniões, quero dizer aqui a esse confidente, cujo endereço não possuo, que todo o rigor (mas não piadas) da linguagem bíblica, não se refere ao seu caso, mas aos que se entregam sem luta, incapazes de aceitar uma lei que não está inscrita em seu corpo (*Ibidem*).

As questões colocadas representam o pensamento “oficial” da Igreja que vê homossexualidade no período da seguinte forma: como anormalidade, pecado, tabu, imoralidade e muitos outros adjetivos. Embora toda essa discussão tenha como base o “amor entre iguais”, a justificativa para ambos os pensamentos tornam evidentes os preconceitos com os homossexuais.

O discurso religioso apresentado por Dom Marcos sobre a homossexualidade está alinhado ao próprio Catecismo da Igreja Católica, que apresenta suas regras (permissões e interdições) sobre as vivências das sexualidades segundo o catolicismo. Essa estrutura discursiva, suas questões “morais” e seus “dogmas” servem para rebater o pensamento de Snoek. James Scott sobre “Fazer caso com discurso público” nos lembra que “a elaboração do discurso público requerido por um determinado sistema de dominação é ela própria essencial

¹⁸ Essa edição do jornal pode ser acessada a partir do seguinte endereço eletrônico: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19690926&printsec=frontpage&hl=pt-BR>

para estabelecer com exatidão o que seria um ato subversivo nesse contexto (SCOTT, 2013, p. 154-155).”

Se por um lado as forças hegemônicas se manifestam nas falas conservadoras, por outro, Snoek, tenta desconstruir por meio de contestação e utilização dos próprios elementos da religiosidade a visão que trata a homoafetividade como algo a ser condenado. A dinâmica desse discurso, também, pode ser explicada a partir da teoria defendida por Scott:

Independentemente da forma de dominação em particular, podemos afirmar com segurança que uma parte essencial do discurso público coreografado pelas elites consiste em manifestações visuais e auditivas de estatuto, precedência e dignidade. Refiro-me a expressões de dominação tais como os termos de dialogação, os modos, os níveis de linguagem, os códigos de alimentação, de indumentária e de higiene, os gostos culturais, as normas sobre quem-fala-primeiro, quem-da-o-lugar-a-quem, etc. Da mesma maneira, quando se abre uma brecha no discurso público – seja por uma ação deliberada, seja inadvertidamente – podemos igualmente afirmar com segurança que essas brechas irão perturbar ou profanar as manifestações rituais da reverência uma vez que atos de insubordinação deste gênero representam uma insurreição em pequena escala no discurso público (p. 155).

Como afirmado anteriormente, a discriminação por parte da Igreja Católica em relação à comunidade LGBT está presente em documentos do catolicismo que continuam reproduzindo uma visão milenar de que os homossexuais são seres abjetos que desafiam de forma irresponsável e imoral as “leis naturais” da reprodução humana, bem como o padrão “correto” das relações de gênero. A última versão do Catecismo da Igreja Católica (1992) em sua alínea 2357, afirma que,

a homossexualidade designa as relações entre homens, ou entre mulheres, que sentem atração sexual, exclusiva ou predominante, por pessoas do mesmo sexo. Ela assume formas muito variáveis ao longo dos séculos e das culturas. [...] a tradição declarou incessantemente que “os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados”. Eles são contrários à lei natural [...] ao dom da vida.

As lutas políticas dos homossexuais estão presentes, também, no uso de novos conceitos e vocábulos utilizados para designar ou se referir a estas categorias. Aparentemente, algumas palavras parecem não dizer nada, ou até mesmo, parecem não ter nenhum efeito sobre a vida das pessoas na sociedade, porém, são carregadas de intensões, efeitos danosos e preconceitos. A edição nº 26 traz em seu título um desses exemplos de vocábulos – *homossexualismo* – que mostram como os homossexuais são vistos durante o período. A partir daí, é possível compreender como essas expressões são superadas nos dias atuais, sobretudo, com a intervenção do movimento homossexual.

Durante o século XIX com o advento dos estudos sobre sexualidade (sexologia) e seus estudos biomédicos sobre a homossexualidade, as relações sexuais/afetivas entre pessoas do mesmo sexo, eram classificadas como patológicas, sob a alcunha de homossexualismo. Esse termo foi utilizado de forma recorrente durante a ditadura militar no Brasil, trazendo em si todos esses elementos discursivos da questão patológica, do desvio psicológico e moral. Nos últimos anos, o movimento homossexual vem se empenhando na luta pela utilização de outros termos para ser referir ao que antes era chamado de homossexualismo, destaca-se aqui o termo *homossexualidade*.

Não se trata apenas de uma mudança de vocábulo, mas de uma mudança política, tendo em vista que a homossexualidade não faz mais parte do rol de doenças, mas de uma possibilidade de vivência da sexualidade, tão legítima quanto qualquer outra manifestação da sexualidade, afetividade e compromisso.

Figura 04 – Reportagem – Edição N° 26



Fonte: Lampião da Esquina – Jul/1980

Figura 05 – Reportagem Edição – N° 26



Fonte: Lampião da Esquina – Jul/1980

A edição n° 26 traz a tradução de um dossiê sobre a Igreja e a homossexualidade, originalmente publicado em outubro de 1979 na revista canadense *Le Berdache*, da Associação para os Direitos da Comunidade Gay de Quebec, cedido ao Lampião. O conteúdo do dossiê é rico em informações detalhadas de como a Igreja vem tratando os homossexuais historicamente, criticando as formas nas quais a mesma, utiliza para condenar a homossexualidade, substituindo as fogueiras por tratamentos psiquiátricos (1979, p. 03), uma expressão clara de que, embora tenha havido mudanças na postura da instituição, muitas outras posturas reacionárias são

utilizadas contra as homossexualidade. Mesmo se tratando do Canadá, esse dossiê aponta para questões bem semelhantes às vividas no Brasil durante o Regime Militar.

Ainda que haja várias críticas à Igreja Católica, principalmente porque o dossiê faz um levantamento histórico da postura que a mesma tem em relação à comunidade LGBT, há um reconhecimento da força que a herança judaico-cristã tem sobre as pessoas, reclamando assim, mudanças nos modelos nos quais a Igreja se organiza, para que outras categorias possam viver sem conflitos os dogmas do cristianismo. É nesse sentido que o reconhecimento das estruturas da religiosidade são importantes para se contestar essa forte instituição religiosa, principalmente na relação assimétrica e autoritária com homossexuais, ou na própria Bíblia, que em muitos momentos reforça esses preconceitos.

O dossiê também apresenta teólogos que questionam essa postura conservadora da Igreja em relação à sexualidade, lembrando em alguns momentos, o que ocorreu no Brasil com o trabalho do Pe. Jaime Snoek. Tal fato é entendido no dossiê como “uma abertura mais liberal (p. 03)”. Essa abertura, ainda é muito discreta e distante do ideal, embora reconhecida como um avanço. O exemplo trazido pelo dossiê, se refere ao Pe. Oraison, que,

em sua posição com relação ao homossexualismo está marcada por muita inteligência, serenidade e simpatia. E, no entanto, Oraison continua, apesar de tudo, tributário de uma visão bastante ortodoxa da psicanálise (freudiana), para a qual a homossexualidade continua sendo uma "anomalia" séria (mesmo se vivida de maneira profundamente humana) (p. 3).

Ainda que o pensamento religioso (judaico-cristão) seja considerado forte, o discurso fundamentado pela medicina também se apresenta de forma bastante incisiva nesse período. No caso específico, tal discurso é muito presente pelo fato de Oraison, além de padre, ser médico e psicanalista, por isso bebe em tantas fontes de conhecimento, ao mesmo tempo tão expressivas e influentes na vida das pessoas. Esse pensamento mais ameno com pessoas homossexuais está presente em vários outros setores da sociedade.

Sob o título de “Atitude Nova e Positiva”, o *Le Berdache* traz uma outra categoria de cristãos que não tomam como base discursiva a heterossexualidade compulsória, entendendo que a homossexualidade é tão normal quanto a heterossexualidade. Um ponto interessante em relação a essa questão, é que alguns grupos pelo mundo assumem tal postura, como destacado no dossiê: “*Dignity*, nos Estados Unidos, e no Canadá; *David et Jonathan*, na França; certos grupos homossexuais da Alemanha e da Holanda, etc. Várias Igrejas protestantes também contam com grupos semelhantes (p. 04)”.

Outro destaque dado por esse dossiê e com um contorno mais político e diria que muito próximo das questões relacionadas aos direitos humanos, que prega o respeito pelos

homossexuais parte de dentro da própria Igreja, como afirma o dossiê: Antes de fazer um “julgamento moral” sobre uma realidade também “deformada” (em parte) pela opressão, concluem certos teólogos, compreendamos que é preciso primeiro lutar para libertar o mundo guei dessa opressão sob todas as formas (p. 04).

Essa mudança de comportamento dentro da Igreja, seja por parte dos seus integrantes (clero), seja por parte dos fiéis, está entre as grandes responsáveis pelo surgimento de igrejas “gueis”, conhecidas como “igrejas inclusivas” primeiramente no Estados Unidos, e em seguida no Canadá. O surgimento dessas igrejas está ligado a um fator importante na vida dos homossexuais que se sentiam rejeitados, e que, a partir da necessidade de acolhimento e respeito criaram igrejas moldadas em suas necessidades:

O fenômeno das "igrejas gueis" permanece pelo menos muito significativo no que diz respeito aos cristãos gueis, desiludidos de suas respectivas comunidades, e que desejaram criar eles próprios comunidades cristãs capazes de respeitar sua condição homossexual (como muitos outros cristãos, aliás, que abandonaram a Igreja oficial para se entregar ao trabalho em comunidades de base de dimensões mais humanas e talvez, também, mais cristãs) (p. 04)

Todo esse movimento pró-homossexualidade presente dentro da Igreja apresentado por esse dossiê, parte do posicionamento ativo dos homossexuais em relação aos preconceitos sofridos. Embora a publicação traga uma noção destacada das transformações, é preciso afirmar que ainda é muito tímida quando posta diante das necessidades dessa comunidade. A exigência por mudanças parte de um movimento de resistência (por não abrir mão de suas sexualidades) e de uma postura crítica, que lança um olhar mais aguçado sobre as estruturas nas quais a Igreja se ergueu e que permanece.

Ao questionar o posicionamento da religiosidade diante dos gays, da forma como os mesmos são tratados nas passagens bíblicas, na postura do clero diante das pessoas homossexuais, novas possibilidades se abrem, tanto para quem permanece, quanto para aquelas pessoas que se lançam na construção de uma nova igreja, mais solidária, mais humana e mais respeitosa. O Lampião da Esquina ao veicular esse dossiê em suas páginas em plena ditadura, de certa forma, acaba questionando as estruturas eclesiásticas e a própria estrutura social conservadora no Brasil. Se relacionarmos o caso do Pe. Holandês ao dossiê, veremos que existe um movimento que se coloca contra o tradicionalismo/conservadorismo cristão que persegue a comunidade LGBT historicamente pelo mundo.

Na 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em 2015, ocorreu uma performance da atriz e transexual Viviany Beleboni simulando uma crucificação. Sobre sua cabeça havia uma tábua de madeira com a inscrição "Basta de homofobia." As imagens desse episódio se

espalharam rapidamente através das redes sociais e dos meios de comunicação de massa, provocando fortes críticas de religiosos, ao mesmo tempo em que resultou em diversas ameaças à atriz. Esse episódio serve para problematizar três questões. Primeira: o significado da crucificação no contexto da “Parada Gay”. A segunda: analisar alguns significados da crucificação no contexto histórico, como por exemplo, no Império Romano; Por último: questionar o porquê de uma transexual não pode representar Jesus se quisesse e a reação de parte da sociedade?

Figura 06 – Manifestação contra homofobia



Fonte: Reuters/Joao Castellano – Jun/ 2015

A performance executada por Viviany Beboni na Parada Gay de São Paulo a partir do diálogo com a crucificação, é uma referência às injustiças, às violências cotidianas gratuitas, a um golpe no direito à cidadania dos homossexuais. Outra crítica trazida nessa performance da crucificação, é justamente em relação ao discurso religioso do cristianismo que em teoria prega o amor ao próximo, mas na prática, na grande maioria das vezes, cultiva a intolerância e o desrespeito em relação à comunidade LGBT e às diversas identidades de gênero. O que deveria resultar em reflexão por parte dos cristãos, principalmente em relação às demandas por respeito, gerou um efeito contrário na comunidade cristã que se sentiu ofendida, e uma parcela dela, partiu para o ataque.

A performance de Viviany Beboni foi executada de forma séria e sem exageros, a mensagem que ela trazia era igualmente séria, isso leva a crer que a ofensa se dá pelo fato de uma transexual/travesti estar encenando a crucificação. Retornando a uma discussão anterior sobre “os espaços”, com certeza não seria esse lugar o reservado a essa categoria, já que para a mesma foi reservado os lugares da marginalidade.

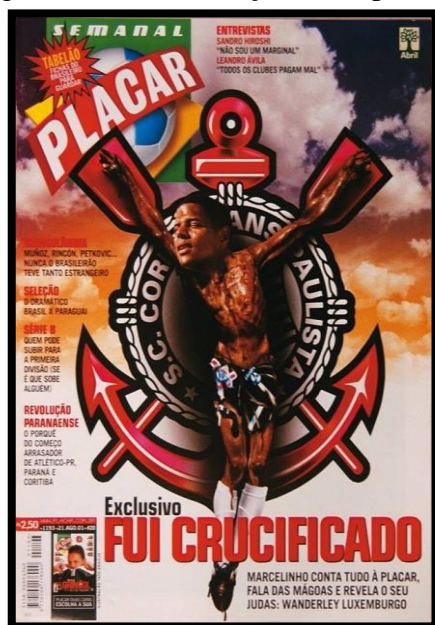
A transfobia torna as ocorrências de violência contra travestis e transexuais algo bem recorrente. Recentemente, em entrevista concedida a UOL Notícias, Viviany Beleboni relata ter sido cruelmente atacada enquanto ia ao supermercado:

“A todo momento falavam que eu era um demônio, que essa raça tinha que morrer. Recitavam passagens da Bíblia ou que diziam alguma coisa relacionada à Bíblia. Falavam em Romanos e coisas como ‘não te deitarás com um homem, como se fosse mulher’ e muitas palavras que não entendia, como se fosse em outro idioma. Eles diziam também ‘traveco vira homem’, ‘praga da humanidade’. Ofensas e Chutes. Quero esquecer.” (UOL Notícias, 11/07/201)

Outros episódios de crucificação trazidos pelos meios de comunicação (imprensa escrita) e com maior visibilidade do que o episódio da Parada Gay de São Paulo, foram encarados de forma menos polêmica, ratificando assim o peso das diversas orientações sexuais dissidentes e das diversas identidades de gênero nas relações sociais e religiosas. Essa questão está presente nas estruturas, e por isso, quando essas estruturas são questionadas, as bandeiras conservadoras se levantam por toda parte.

Segue as imagens dos jogadores de futebol apresentados pela revista Placar – Neymar e Marcelinho – cujas crucificações foram encaradas de melhor forma, sobretudo, porque não questionavam essas estruturas:

Figura 07 – Crucificação no Esporte I



Fonte: Revista Placar – Ago/2001

Figura 08 – Crucificação no Esporte II



Fonte: Revista Placar – Out/2012

É preciso que fique claro que a utilização da crucificação na qualidade de recurso discursivo ganha vários significados de acordo com seu contexto, no episódio relacionado à

transexual, a utilização da crucificação busca chamar a atenção dos sofrimentos vivenciados pela comunidade LGBT em seu cotidiano, bem como os resultados da intolerância presentes na espiação, humilhação pública, vingança, entre outros; com relação aos atletas, a morte no madeiro busca refletir as cobranças sofridas, as insatisfações e a responsabilidade depositada sobre os mesmos em competições, principalmente, quando os resultados são negativos, um teor puramente meritocrata, o que diferencia completamente no caso da Viviany Beleboni, cujo teor é político e voltado aos direitos humanos.

É inegável que esse recurso discursivo além de polêmico em alguns casos é extramente eficaz quando se quer passar determinada mensagem, algo que o cristianismo utiliza com bastante primor, porém, vale reforçar que a crucificação como castigo “de fato” é bem anterior ao cristianismo podendo ser identificada na Pérsia Antiga nos registros de Heródoto:

CXXVIII — Informado da derrota vergonhosa dos Medos, Astíages prorrompeu em ameaças contra Ciro. “Não, — disse ele — Ciro não terá motivos para regozijar-se”. Isso dizendo, mandou, sem demora, crucificar os magos que lhe haviam aconselhado a deixar partir o neto. Em seguida, fez pegar em armas todos os Medos que ainda restavam na cidade — jovens e velhos — e conduzindo-os contra os Persas, deu-lhes novamente combate. Foi derrotado e caiu, ele próprio, nas mãos dos Persas. (HERÓDOTO, 484 a.C – 425 d.C.)

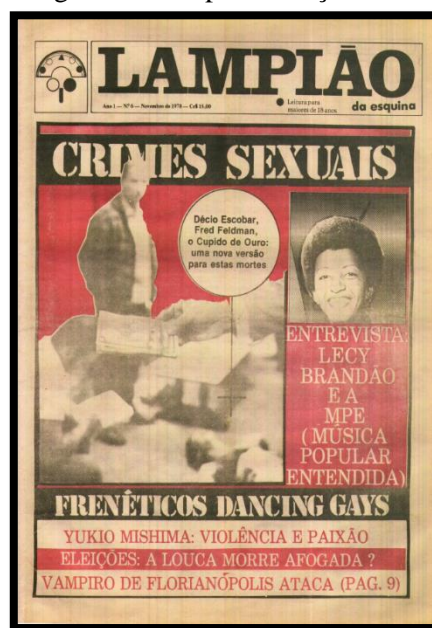
Além dos persas, a crucificação estava presente em vários outros povos: gregos, macedônicos, romanos, japoneses. No século XX, a crucificação ainda existiu entre os sudaneses, que a utilizavam para castigar aquelas pessoas condenadas por roubo, primeiro executavam para que em seguida os corpos fossem crucificados. Esse rápido histórico foi utilizado como forma de reafirmar que a crucificação, embora relacionada aos cristãos, é muito anterior a história de Cristo, e por motivos variados. Porém, um dos principais símbolos que o madeiro traz é o da injustiça, e foi sob essa simbologia, que Viviane, revisitou a história da crucificação, com o próprio corpo, ainda que em performance.

Nessa perspectiva a imagem da crucificação presente no Lampião na década de 1980, comparada à imagem da transexual em 2015, evidencia que muitas demandas políticas reivindicadas no jornal pela população LGBT ainda não foram resolvidas quase 40 anos depois, ao mesmo tempo em que nos revela um Lampião da Esquina atual e audacioso ao trazer uma imagem como essa durante o Regime Militar vivido no Brasil de 1964-1985, sob a batuta da Lei da Imprensa.

1.4 Crimes sexuais: tem cheiro de morte no ar!

A violência contra as homossexualidades ocupa grande parte do conteúdo do *Lampião da Esquina*. Nas matérias – “Crimes sexuais” (edição n. 06), “A volta do esquadrão mata-bicha: três crimes abalam a comunidade guei” (edição n. 25) e “Em agosto foi assim: Crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais é que morrer” (edição n. 28) – é possível problematizar diversas questões relacionadas à violência contra homossexuais e compreender o imaginário social do período da ditadura que legitimou tais agressões.

Figura 09 – Capa da Edição N° 06



Fonte: *Lampião da Esquina* – Nov/1978

Na edição nº 6 de 1978, uma reportagem traz o seguinte título: “*Anormal assassinado em Copacabana... (cada um tem a morte que fez por merecer?)*”. Nela, o *Lampião* relata quatro assassinatos de homossexuais ocorridos entre 1969 e 1971, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que são questionados os papéis da justiça com relação às punições e a naturalização desses crimes, o periódico denuncia a ineficiência das investigações policiais nesses casos (homofobia institucionalizada) e as construções narrativas que transformam as vítimas em culpadas.

Uma primeira questão importante a ser discutida é o título da reportagem “*Anormal assassinado em Copacabana*”. O uso do termo *anormal* por um jornal que defende os direitos dos gays é uma crítica a heteronormatividade compulsória baseada no sexo “enquanto categoria reguladora” (BUTLER, 2015) fundada nos binarismo de gênero, em que “homem/mulher”

classifica e relega as pessoas homossexuais ao território discursivo e prático da “*anormalidade*”.

A homossexualidade como algo anormal, bem como os “supostos” motivos que levaram a sua existência, foram construídos historicamente a partir de múltiplos discursos – jurídico, educacional, médico, religioso (sobre natureza dos homossexuais) –, porém, é importante ressaltar que essa *anormalidade* antes mesmo de se referir aos homossexuais, se referia a outras categorias, como assevera Miskolci¹⁹:

O discurso eugênico e psiquiátrico da virada do século XIX para o XX, devidamente associado a práticas sociais, constituiu os anormais como categorias da sociedade burguesa. Um ponto a ser ressaltado nessa criação dos anormais é a ênfase na sexualidade como forma de os caracterizar. O temor de degeneração pairou sobre o discurso que versava sobre os desvios do padrão burguês de sexualidade. No começo do século XIX, a masturbação era vista como o desvio mais problemático, mas progressivamente o alvo dos cientistas voltou-se para a mulher e, por fim, para o homossexual (MISKOLCI, 2002/2003, p. 119-120).

É significativo perceber que a partir dessas ideias pejorativas e explicativas das homossexualidades que os grupos e estudos gays puderam reagir, e reivindicar para si mesmos, legitimidade. O aparecimento, no século XIX,

na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas também, possibilitou a constituição de um discurso de “reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico (FOUCAULT, 2006, p. 112).

No Brasil essas vozes vão ganhando força no Século XX, algumas delas surgiram antes mesmo do *Lampião da Esquina* (1978-1981), porém, é preciso reconhecer sua importância, tendo em vista que abre caminho para as discussões sobre homossexualidade. O *Snob* (1963-1969) foi um desses jornais de valor histórico imensurável para a causa homossexual, que, embora tenha publicado mais edições que o próprio *Lampião*, o alcance do *Lampião* foi muito maior em função da grande quantidade de exemplares disponibilizados para distribuição nacional e por pertencer a um período, que caminhava para reabertura política. Segundo James Green,

¹⁹ MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. *Estudos de Sociologia*, v. 7, n. 13, 2007. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/169/167>. Acessado em 10/06/2016.

Em 1963, Agildo Guimarães editou uma das primeiras publicações para homossexuais masculinos no Brasil: o *Snob*. A expressão foi escolhida porque, segundo ele, “era muito usada pelas bichas naquela época”. Para a realidade brasileira, pode-se dizer que o jornal teve vida longa: com 99 números regulares e uma edição “retrospectiva”, foi publicado de julho de 1963 a junho de 1969, ano em que o endurecimento do regime militar levou a sua extinção. Inicialmente modesto, com poucas páginas, mimeografado e com desenhos de modelos femininos, o jornal foi se sofisticando, chegou a atingir de 30 a 40 páginas, divulgou ilustrações mais elaboradas, colunas de fofocas, concursos de contos e entrevistas com os travestis ²⁰mais famosos do período (GREEN; POLITO, 2006, p. 155).

O grande diferencial do *Lampião* em relação a outras vozes, está na audácia diante de assuntos tão espinhosos para a sociedade, porque não basta veicular a notícia, tendo em vista que se trata de um jornal que traz em si um determinado perfil ativista, é preciso cobrar soluções para os problemas apresentados, como ocorreu na edição nº 05 de 1978, nas matérias sobre crimes sexuais.

A primeira das quatro matérias a serem analisadas no *Lampião da Esquina* conta a história de Décio Escobar, assassinado em abril em de 1969, em seu apartamento localizado na Rua Almirante Gomes Pereira 130, na Urca, estrangulado com um fio de nylon por quatro homens. O *Lampião da Esquina* denuncia que outros jornais do período chegaram a levar em conta as hipóteses defendidas em entrevista pelo comissário M., onde afirmava que “sua primeira impressão ao entrar no apartamento foi de um crime por vingança”. Na cena do crime “havia a frase escrita com o sangue da vítima na parede: vingamos o nosso irmão no dia 17/04 (quinta-feira)”, logo após a prisão de três dos quatro criminosos, os mesmos sustentaram que não havia sido premeditada a morte, mas um ato de violência inexplicável após o consumo de álcool e drogas.

Alguns aspectos podem ser questionados a partir do desfecho do crime contra Décio, principalmente os que se referem às drogas e ao álcool, que se tornam justificativas plausíveis em assassinatos contra homossexuais. Esse recurso faz com que a violência motivada pelo ódio homofóbico seja interpretada como uma violência motivada por consumo dessas substâncias e isso tem um peso político muito grande na hora de se pensar as manifestações de intolerância, já que o imaginário hegemônico da época não reconhece os “crimes de homofobia”, pois representaria a lógica de reconhecer direito dos gays, em detrimento da perda de um direito aos ditos “normais”.

²⁰ Em algumas partes do texto o artigo masculino “o(s)” antecede a palavra “travesti(s)”. O artigo feminino não foi usado por uma questão de preservação da escrita do documento original.

Essa manobra utilizada pela sociedade, que associa o uso de drogas aos homossexuais, bem como aos crimes cometidos contra eles, tem como consequência o não reconhecimento dos mesmos, como crimes motivados por ódio e intolerância. Porém, essa situação não é uma exclusividade da comunidade LGBT, tendo em vista que o mesmo acontece com mulheres, crianças e outras pessoas em situações de vulnerabilidade, dificultando a mudança nas estruturas que (re)produzem essas violências, já que são bem aceitas por parte do Estado e da sociedade. Um ponto que deve ser levado em consideração é que esses crimes acontecem também, no interior dos lares, seja com pessoas estranhas ou com membros da família. Nesse sentido pode ser afirmar que,

Os episódios de violência doméstica podem estar associados ao uso de álcool e/ou outras drogas, a conflitos conjugais, familiares ou de vizinhança, a situações de extrema precariedade material. Dessa forma, a violência física, sexual ou psicológica equivocadamente é comumente identificada apenas como um sinal da pobreza ou da desestruturação social que acomete certos grupos sociais, não sendo reconhecida como violência de gênero. Vencer essa visão reducionista permitirá conferir a esse problema social as definições que ele realmente possui, o que desfará a cortina de fumaça que encobre o sofrimento e o adoecimento físico e psíquico de mulheres e crianças de todas as classes sociais envolvidas em tal situação (GDE, 2009, p. 75).

Se por um lado a droga é utilizada como justificativa para a violência com relação aos homossexuais, por outro, ela é utilizada como artifício para incriminar/marginalizar os mesmos, por que de alguma forma é necessário que essas categorias sejam vistas por essa ótica em vários setores da sociedade. Green lembra que “são inúmeros autores que relacionam a homossexualidade masculina à criminalidade, entendendo que a criminalidade é uma tendência ‘natural’ entre os homens que gostam de outros homens (2006, p. 91)”, reforçando a não aceitação e marginalização da comunidade LGBT na sociedade.

No segundo caso de violência contra homossexuais analisado nessa reportagem – edição nº 6 – refere-se a morte de Juarez Bezerra Viana, assassinado com 22 facadas por Gilson Fernandes e Ademir Souza Campos. O motivo do crime, de acordo com o jornal, foi o roubo de “algumas estatuetas sacras, dois anéis de brilhante, e um cordão de ouro”. A vítima e seus agressores se conheceram na Cinelândia, lugar marcado pelo trânsito de homossexuais no Rio de Janeiro. Em sua declaração, um dos michês disse que se relacionava com homossexuais porque era “meio fácil de ganhar dinheiro” e se referia aos gays como “bichonas”. Embora uma informação dada à polícia tenha chamado muito a atenção, a de um possível relacionamento amoroso entre os assassinos (negado por eles), o crime foi qualificado como latrocínio.

É importante ressaltar que a localização da Cinelândia é um fator fundamental para que esses grupos pudessem se estabelecer e transformar a rotina do lugar, ressignificando sua

identidade – nesse caso específico – em espaço de sociabilidade homossexual. Segundo Green, a localização da Cinelândia foi um fator importante para que homossexuais se estabelecessem ali, pelo fato de ser “próxima aos centros comercial, governamental e financeiro da cidade, todos os setores da população circulavam no local, tanto por causa do trabalho quanto pelo prazer (2000, p. 257)”. Essa apropriação feita por homossexuais e michês, de certa forma, contribuiu para que a Cinelândia fosse vista como um local marginalizado.

O papel do michê é muito interessante nos estudos sobre territorialidades homossexuais. Ainda que mantenha relações com outros homens, e que sua realidade esteja ligada diretamente à realidade dos homossexuais, trata-se aqui de dois territórios distintos. Quando um dos michês se refere a Juarez como bichona, fica bem evidente essa tentativa de afastamento da homossexualidade, ou seja, é como se ele demarcasse os lugares. Sobre essa figura ainda tão misteriosa, Júlio Assis Simões, aponta:

“Quando vou transar com um cliente” - diz um garoto de programa entrevistado por Nestor Perlongher em *O negócio do michê* – “eu não sou eu; eu sou a fantasia do cliente”. O desejo fora da ordem se vê emaranhado, de saída, nas demandas da troca material e do imaginário que o provoca e regula. Práticas apaixonadamente transgressivas vêm de braço dado com os imperativos categóricos do comércio e da identidade. Arrebatamento e regra, acaso e cálculo, prazer e prescrição são reunidos de forma tensa e indissolúvel, não como pares de opostos bem comportados em suas casinhas, mas como vivências alternadas, simultâneas, embrulhadas umas nas outras (SIMÕES, 2008, p. 535).²¹

Outro caso apresentado na edição nº 06, é o do Padre Antônio Carneiro Van der Linden, assassinado em setembro de 1969, que teve o crânio esmigalhado à soquete pelo seu amante Nilton Sírío Martins, enquanto dormia. Logo após o crime, o assassino subtraiu da casa do padre “tudo que podia levar incluindo uma imagem barroca e CR\$ 50,00”. Muitos argumentos foram utilizados durante a investigação, sobretudo, baseados em declarações dadas por Nilton. Uma delas ganha muito destaque: “Que o padre o tirara de sua cidade natal sob a promessa de emprego. E que no Rio, por conta da proteção inicial, lhe fez exigências que o levaram a agir ‘em legítima defesa da honra’”. Com relação aos rumos da investigação, a justiça do Rio de Janeiro encontrou “o argumento ideal para inocentar Nilton e absolvê-lo do crime: o Padre Van der Linden além de dado a bebidas, era homossexual”. Como motivação do crime, o assassino alegou se tratar de “legítima defesa da honra”.

²¹ O texto de Júlio Assis Simões pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a22.pdf>. Acessado em 15 de junho de 2016.

O discurso de legítima defesa da honra era comum até pouco tempo para justificar feminicídios e também era estendido aos assassinatos de gays e travestis. Em declaração, o acusado tenta justificar o que havia motivado o crime, porque teve sua honra ferida e por isso estava submetido a fortes emoções. Geralmente isso acontece quando o mesmo se sente traído, ou quando descobre a traição, e no caso de homossexuais, justifica o ato violento, dizendo que sua honra foi ferida por alguma questão relacionada a homossexualidade, colocando em risco a sua integridade de homem.

A legítima defesa da honra é comum nas declarações de assassinos de homossexuais. Para além do preconceito, há certa banalização do teor da lei, que, ao ser interpretada de forma tendenciosa acaba contribuindo para que o culpado seja inocentado em detrimento da culpabilização da vítima. Com relação às homossexualidades, principalmente gays e travestis, os discursos de defesa da honra frequentemente são acompanhados do uso de termos pejorativos a respeito da homossexualidade – imundice, pecado, bestialidade, imoralidade, assédio, etc. – cujos principais objetivos são os seguintes: potencializar a pecha de que homossexuais são perigosos, legitimar e reproduzir a assimetria de gênero e construir sobre as vítimas a culpa.

Quando examinamos o teor da lei dentro do Código Penal Brasileiro fica evidente que a própria estrutura social preconceituosa coloca a justiça ao seu serviço, imputando-lhes valores subjetivos que são colocados, especificamente nesse caso, contra a comunidade LGBT. Gustavo Romano, em seu livro *Pensando Direito*²², faz uma reflexão sobre a legítima defesa da honra em dois momentos – Código Penal Antigo e Atual:

Pois bem, isso é mito. Nosso antigo Código Penal (que vigorou entre 1890 e 1940), previa em seu artigo 27 que se excluía a ilicitude dos atos cometidos por aquelas pessoas que “*se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligencia no acto de commetter o crime*”. Basicamente ele estava dizendo que não era considerada criminosa a pessoa que cometesse um crime quando estava em um estado emocional alterado. Era esse artigo que alguns juristas usavam para justificar a legítima defesa da honra. Mas reparem que, em nenhum momento, ele está dizendo que a pessoa pode matar o(a) parceiro(a) que está traindo. Isso era interpretação desses juristas. Mas leiamos, agora, o artigo 28 de nosso atual Código Penal: “*Não excluem a imputabilidade penal: I - a emoção ou a paixão*”. Ele diz justamente o contrário do que dizia a antiga lei. Foi para que não houvesse nenhuma dúvida que o legislador não desejava que os magistrados absolvessem alguém que agiu movido por ciúme ou outras paixões e emoções é que o ele inseriu esse inciso na lei (ROMANO, 2014, p. 187-188).

²² A obra “*Pensando Direito*” de Gustavo Romano consta em versão eletrônica e pode ser acessada por meio do seguinte endereço: http://issuu.com/gustavoromano/docs/pensandodireito_set11?e=0. Acessada em 16/06/2016.

Esses mecanismos que transformam vítimas em culpadas estão presentes nas falas dos advogados de maneira articulada, e o resultado disso é a invisibilidade dos reais motivos que levam ao extermínio da comunidade LGBT. Novamente, temos aqui uma clara tentativa de utilização da violência subjetiva para escamotear a violência objetiva, ao mesmo tempo em que a violência simbólica é colocada em prática. Assim como a justiça e a sociedade, a imprensa tradicional parece seguir a mesma linha de raciocínio ao noticiar os assassinatos de gays e travestis. Segundo Mott e Cerqueira,

Desafortunadamente, as notícias de jornal são muito incompletas quanto aos motivos que levaram os homossexuais a serem assassinados. Como não chegam a 10% os assassinos de homossexuais efetivamente presos e processados, não nos sendo acessíveis os autos judiciais destes crimes, faltam elementos que nos permitam uma visão cabal das causas destes homicídios já que as reportagens jornalísticas pecam pela superficialidade, quando não, muitas vezes, dão pistas erradas sobre este particular. Ou quando há informação sobre os motivos do homicídio, prevalece o depoimento do assassino, que instruídos por advogados de porta de delegacia, logo acusam a vítima de ter praticado assédio sexual, justificando a agressão seguida de morte como legítima defesa da honra (2003, p. 36).

Outro caso tratado no *Lampião* da esquina nessa edição, é o de Fred Feldman, assassinado em 1970, um pianista morto a pauladas, em seu apartamento, por Anival. Nesse caso, o agressor era um michê célebre na noite de Copacabana e a vítima, um dos seus clientes preferidos. Segundo ele, o motivo do crime foi prestação de contas: “Fred não lhe pagou o que combinaram antes, e, como ele reclamou ainda tentou agredi-lo”. Terminada a reconstituição, “sorrindo ele apertou a mão dos fotógrafos, um por um, e aos repórteres declarou: ‘Eu sou homem normal, sempre tive namorada. Bicha tem mais é que morrer’”. Nesses casos em que homossexuais são assassinados alguns discursos são bem recorrentes: além da legítima defesa, o roubo como justificativa.

Historicamente a comunidade LGBT tem lutado pelo direito de existir e isso pode ser percebido na contraposição aos discursos proferidos como o de Anival, que diz que “bicha tem mais é que morrer”. Essas falas revelam a fragilidade na qual essa comunidade é colocada dentro dessa assimetria em que a heterossexualidade compulsória se estabelece, inclusive em discursos do próprio segmento no qual ela se refere. Sobre essa questão Perlongher afirma:

O fantasma da violência e da morte ronda também os avatares do negócio. “Matei para roubar”, é uma desculpa frequentemente esgrimida pelos michês perante a justiça. Em muitos casos – como mostra Aguinaldo Silva (1978, p. 5), a respeito do *midnight-cowboy* Anival Fonseca, que matou seu cliente arguindo “falta de pagamento” – esta escusa revela sua precariedade, revelando um temor mais profundo de perder a heterossexualidade, ou de ser possuído analmente (como argumentou o adolescente Pelosi, matador de Pasolini em 1975) (PERLONGHER, 1987, p. 222).

Para além dessas falas violentas, as práticas da intolerância que dão cabo a essas vidas também são recorrentes e encontram espaço na falta de reconhecimento em que essas categorias se encontram e isso está presente em todos os casos levantados. Esse suposto “direito” de extinguir a outra pessoa – que tem como base várias questões nas quais a homofobia se encontra, desde a religiosidade, a ciência e a própria justiça – sem que os verdadeiros motivos fossem levados em consideração é um dos principais problemas vivenciados historicamente pela comunidade LGBT.

Outros jornais tem apresentado casos semelhantes, em que homossexuais são assassinados e o desenrolar das investigações convergem para outros motivos que não sejam intolerância e o direito de “extinguir” a outra pessoa. O Jornal do Brasil do dia 20/08/1979 traz um caso cujo título é “Morte de Simão tem acareação”. “Simão Carneiro era antiquário, decorador, modelista e vencedor dos concursos de fantasia do baile de gala do Municipal (JORNAL DO BRASIL, 1979)²³” e “foi morto ao chegar em casa pela madrugada, de regresso de um passeio que fizera com Denys (o jornal não revela a ligação entre os dois) à Barra da Tijuca”. De acordo com declarações feitas à polícia o motivo que levou a morte, foi um assalto.

O que diferencia a matéria veiculada por um jornal de grande circulação do período (Jornal do Brasil) e o Lampião da Esquina, pode ser identificado já no título da matéria, que não traz nenhum apelo sobre a violência sofrida por homossexuais (bem como o corpo da matéria), não leva em consideração a homossexualidade da vítima, nem a condição dos suspeitos. Da mesma forma que esses crimes se resolvem nos tribunais quando se chega a simples conclusão de assalto, o desfecho da matéria também segue o mesmo caminho. É nesse sentido que o Lampião se impõe como voz homossexual, porque assume uma postura questionadora diante desses casos de violência.

Outra reportagem cujo título é “No Vale do Paraíba, a caça às bruxas-bichas”, também na edição nº 6 de novembro de 1978, relata a história de diversas mortes de homossexuais: Antônio teve morte por suicídio. Um aspecto que deve ser problematizado nesse caso é que ele “estava se tratando com um psiquiatra que buscava curá-lo da homossexualidade.” A morte foi noticiada por outros jornais e nesse caso, jornalistas faziam afirmações irresponsáveis e inverídicas sobre a vítima, dizendo que ela queria “morrer com as partes depiladas” e que “deixara uma carta pedindo para ser enterrado com a boca pintada de batom azul, o rosto bem maquiado e com uma sumaríssima tanga”.

²³ Essa reportagem do Jornal do Brasil pode ser acessada por meio do seguinte endereço eletrônico: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=203969&Pesq=morte%20de%20homossexual. Acessado em 15/06/2016.

A visão que a sociedade heteronormativa tem sobre as pessoas consideradas homossexuais passivas é acompanhada de vários elementos atribuídos ao feminino. Com relação à notícia do jornal que destacava um “falso” desejo de que Antônio queria ser enterrado depilado, maquilado e de sunga, configura em espécie de caricatura da homossexualidade, já que traz uma visão distorcida que aproxima o homossexual ao ridículo, através de acessórios atribuídos às mulheres, porém, com alta dose de exagero. Nesse caso, a partir do entendimento desses elementos, fica clara a posição do machismo, que trata com descaso homossexuais e mulheres, sobretudo, a partir da ridicularização e exageros.

A homossexualidade como um problema de saúde mesmo explorada há muito tempo, só foi incluída em 1977 pela a OMS - Organização Mundial de Saúde, como uma doença mental, deixando de pertencer a essa lista em maio 1990. Por este motivo, o dia 17 de maio ficou marcado como Dia Internacional contra a *Homofobia, Bifobia e Transfobia*. Essa mudança na Classificação Internacional de Doenças é resultado da luta dos movimentos homossexuais espalhados pelo mundo. No Brasil o grupo GGB – Grupo Gay da Bahia – tem uma importância enorme para as lutas da comunidade LGBT. Especificamente sobre esse assunto, a seguinte consulta feita pelo GGB ao CFM – Conselho Federal de Medicina – em 1985 ratifica as lutas empenhadas pelo grupo.

A presente consulta teve origem em solicitação do chamado "Grupo Gay da Bahia", de que fosse considerado sem efeito, em território brasileiro, o diagnóstico 302.0, da Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial de Saúde, que qualifica a homossexualidade de "Desvio e Transtorno Sexual". Esta solicitação foi dirigida ao Ministério da Previdência e Assistência Social e, posteriormente, ao Ministério da Saúde, onde deu ensejo a brilhantes pareceres do Centro Brasileiro de Classificação de Doenças e da Consultoria Jurídica do Ministério. [...] Atualmente encontra-se em vigor a 9ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9), da Organização Mundial de Saúde. A CID-9 inclui a "Homossexualidade" como sub-categoria (302.0) da categoria "Desvios e Transtornos Sexuais" (302), no Capítulo dos "Transtornos Mentais" (PC/CFM/Nº 05/1985).²⁴

Mesmo a consulta tendo sido feita em período posterior ao *Lampião da Esquina*, seu teor alcança um longo período da história, que compreende um tempo antes mesmo da homossexualidade ser considerada oficialmente doença, até os dias atuais, cruzando com as novas demandas da comunidade LGBT. Essa questão da patologização e do discurso utilizado sobre as homossexualidades é um fator preponderante em casos como o de Antônio.

²⁴ Essa Consulta feita ao Conselho Federal de Medicina – CFM pode ser acessada por meio do seguinte endereço eletrônico: http://www.portalmedico.org.br/pareceres/cfm/1985/5_1985.htm. Acessado em 16/06/2016.

Na mesma região – Vale do Paraíba – em 1978, o corpo de um jovem não identificado foi encontrado boiando no Paraíba, “com os pelos púbères raspados”, já em estado de putrefação avançado, com aproximadamente 25 anos. Outro caso foi o de Wanderley, 18 anos, assim como no anterior foi encontrado boiando em um afluente do Paraíba. Ele era conhecido por Vandeca, mesmo não se tratando de uma travesti, porém, a utilização de nome feminino é algo extremamente comum, quando relacionado a um gay bem afeminado ou extravagante.

O texto de um dos jornais, cujo nome não foi citado, afirmava que o cadáver seria de um homossexual (o corpo não foi identificado) que “trazia as partes íntimas depiladas a exemplo do que fazem os homossexuais passivos”. Essa discussão sobre a aparência feminina dos gays além de recorrente é anterior ao período da ditadura. No século XIX, o médico Auguste Ambroise Tardieu (1818–1879) define o “pederasta passivo” como tendo:

os cabelos frisados, a tez maquiada, o colarinho aberto, a cintura apertada de maneira a fazer sobressair as formas, além de dedos, orelhas e peito carregado de joias, toda a personalidade exalando o odor dos mais penetrantes perfumes e, na mão, um lenço, flores ou algum tipo de bordados; tal é a fisionomia estranha, repugnante e, com toda a razão, suspeita, que atraiçoa os pederastas. (TARDIEU *apud* BORRILLO, 2010, p. 68).

Embora a fala de Tardieu não se refira à depilação, a mesma cabe de forma coerente na estrutura montada por ele em seu texto para tentar descrever o que seria um homossexual passivo, e dessa mesma forma a aparência dos considerados homossexuais passivos é concebida no imaginário popular, por isso a referência tão incisiva com relação à depilação, pois a mesma é atribuída às mulheres. Nos dias atuais há uma desconstrução dessa visão de que homens não podem se depilar, ou que a depilação seria marca da homossexualidade. Nesse sentido essa prática de eliminar os pelos do corpo atualmente serve como reforço da virilidade daquelas pessoas que cultuam corpos fortes e se preocupam com a apresentação do desenho dos mesmos.

Por fim, com relação a esses casos veiculados pelo Lampião da Esquina, é possível afirmar que os mesmos foram tratados de forma sensacionalista e não geraram condenação/punição dos assassinos. Os jornais da época ainda relacionaram as três mortes entre si, como resultado de uma violência praticada pelos próprios homossexuais. De acordo com a imprensa, grupos rivais de homossexuais eram os responsáveis por todos esses crimes, porque os gays eram “especialmente depravados, faziam orgias, inclusive com drogas”.

A partir dessas notícias distorcidas, outros homossexuais do Vale do Paraíba, onde ocorreram os crimes, começaram a ser investigados pela polícia e perseguidos pela sociedade, que segundo declaração do delegado, “somos bastante rigorosos com eles”. A imprensa por meio de suas notícias contribuiu para que um verdadeiro clima de terror contra os homossexuais

fosse criado. Foram enviadas “cartas anônimas, para os *viados* locais, a gozação passava automaticamente para ameaça”, reiterando a prática utilizada historicamente, tratar as vítimas como se fossem culpadas e incentivar uma “caça aos homossexuais”.

A edição nº 25 de junho de 1980, do *Lampião da esquina* destaca a seguinte matéria: “*A volta do esquadrão mata-bicha*²⁵: três crimes abalam a comunidade guei”. A reportagem agrupa a história de três assassinatos de homossexuais, nas capitais Porto Alegre e Recife.

Figura 10 – Capa da Edição Nº 25



Fonte: *Lampião da Esquina* – jun/1980

O primeiro dos crimes aconteceu no Rio Grande do Sul, cuja chamada é – “*Porto Alegre: a morte de Luisa Felpuda*” – e trata do assassinato de um homossexual de 58 anos – Luís Luzardo Corrêa, conhecido como Luisa Felpuda – e de seu irmão, um homem com necessidades especiais de 60 anos – Luidoro Luzardo Corrêa –, ocorrido no dia 30/04/1980.

Luisa Felpuda vivia em seu casarão no Rio Grande do Sul, localizado no número 525 da Rua Barros Cassal, Independência - Porto Alegre, juntamente com seu irmão. Segundo notícia o *Lampião*, outros jornais, em matérias sobre esse crime, afirmam que o casarão

²⁵ Segundo Rafael de Souza em sua dissertação de mestrado, “em finais da década de 1970, ocorre um conjunto de assassinatos de homossexuais, travestis, prostitutas e outros frequentadores das partes “baixas” da cidade. Surge, a partir daí, a ideia da existência de um conjunto de assassinos organizados por uma espécie de “milícia moral” nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Grupos como a “Mão Branca” efetuavam roubos e, não raro, eram responsáveis pelos assassinatos de “subversivos” (2013, p. 111). Ao se referir a um “esquadrão mata-bicha” o *Lampião da Esquina* dá visibilidade a uma série de assassinatos contra homossexuais, como se houvesse um esquadrão ou grupo, articulado ou não, na dizimação de homossexuais. Essa dissertação pode ser acessada a partir do endereço eletrônico a seguir: file:///C:/Users/Alexandre/Downloads/2013_RafaelDeSouza_VCorr.pdf. Esse documento foi acessado em 17/06/2016.

“funcionava como um *rendez-vous* das bichas, que pagavam oitenta cruzeiros por quarto, para uma trepada mais segura e discreta”. Sua notoriedade estava ligada às pessoas que se relacionavam em seu casarão, “entre os frequentadores habituais, estavam conhecidos nomes de empresários gaúchos, políticos locais, turistas do Prata” e isso contribuiu para que a morte de “Luiza Felpuda” não passasse despercebida, pois “muita gente colunável” e “respeitável” indignada com o crime, acabou pressionando as autoridades para que ocorresse “imediate descoberta e prisão do presumível assassino”.

O assassinato foi cometido por Jairo Teixeira Rodrigues, um michê de 19 anos de idade, ex-soldado do Exército. Na noite do crime Jairo “teria levado uma cantada de Luis [...] e fez seu preço e transaram”. Em determinado momento ele aproveitou a ausência de Luis e começou o saque na residência. Entre os produtos furtados estão “anel, relógio, dinheiro”. Porém, Jairo foi surpreendido por Luís que acabou assassinado juntamente com seu irmão, “com golpes de uma enxada, castrou o quase-cliente, fez a casa pegar fogo, fugiu”.

Antes de Jairo, várias pessoas entraram para a lista de suspeitos do crime. Primeiro a polícia “afirmava que o principal suspeito era um travesti”, em seguida “a Delegacia de Homicídios informava que apontava para Antônio Carlos Vorlar, vizinho das vítimas, que chegara a ser detido”, até que no dia dois de maio, Jairo, agora assassino confesso, ao se entregar à polícia devolve o fruto do roubo. Porém, em suas declarações sempre trata homossexuais com descaso.

Jairo enfatiza, em todas as suas declarações que é homem e macho. Que o ambiente de trabalho era bom, na Mansão da Tia Velha. Que sempre sentia nojo, quando transava com viados. Que nunca deu e sempre comeu. Por outras palavras, está muito preocupado em provar que não é bicha.

As declarações de Jairo sobre ser ativo e por isso mesmo ser homem e não bicha, demonstram novamente a necessidade, como já evidenciamos em vários discursos de assassinos de homossexuais analisados nessa pesquisa, de se mostrar como ativo da relação – aquele que penetra – e isso faz grande diferença para a sociedade da época que desqualifica o homossexual. Isso aponta para um fator muito importante que remete à preocupação de não ser classificado como bicha, nesse sentido, ser visto como assassino representa o menor dos problemas. Em outras palavras “ser ativo” representa poder e dominação sobre a outra pessoa nas relações sexuais e não é uma construção hierárquica exclusiva para o homossexual, mas está relacionada também às mulheres, que são vistas nas relações sexuais com homens, como passivas. Segundo Bento,

reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais.

Essa matriz não opera exclusivamente nos marcos de relações heterossexuais, mas dissemina-se. Seu alcance e eficácia estão em pautar e orientar relações não heterossexuais. A binaridade ativo/passivo seria uma das formas dessa matriz se atualizar e manter-se (2010, p. 9)²⁶

No discurso de defesa de Nei, advogado de Jairo, foram utilizados vários artifícios com intuito de desqualificar a vítima.

A vida pregressa da vítima tinha etapas que vão desde a iniciação de menores ao homossexualismo até as festas de embalo onde os tóxicos eram uma constante. Num caso desta natureza, será preciso saber quem era a vítima e quem é o autor. De um lado, a vítima se constituía uma sacerdotisa que iniciava seus servidores na prática de aberrações sexuais. E não se pense que o homossexual é um elemento delicado e avesso à violência. Ele pode aparentar docilidade, mas é violento. Basta citar a quantidade incrível de ocorrências envolvendo travestis, que se munem de facas, giletes, navalhas e são violentos até na hora da prisão. O seu Luíz Luzardo Corrêa, a “Luisa Felpuda” é de domínio público que mantinha uma casa que era considerada um templo sagrado, onde a depravação, a corrupção e as aberrações sexuais eram permanente tônica dos relacionamentos. “Luisa Felpuda”, na sua vida depravada, deve ter arruinado a vida sexual de centenas de jovens menores, cuja formação não era férrea. Portanto, quem semeia vento, colhe tempestade: aquele que, ao longo de vários anos, espargia violência, corrupção, angústia, depravação, teve um fim trágico, mas não surpreendente. Jairo é uma das muitas vítimas de “Luisa Felpuda” pelos danos morais causados pela sadomasoquista à sociedade atual. Quis o destino que a purificação da sociedade se fizesse através de um menor, religioso e exacerbadamente responsável, pois sua conduta se justifica quando Luisa Felpuda, após o uso de tóxicos, tentou inverter o relacionamento sexual. Se Jairo aceitasse, mediante pagamento, seria mais um prostituto pelo desespero que esta sociedade injusta oferece a uma geração. Se formos buscar as causas remotas da morte de “Luisa Felpuda”, há de se reconhecer que seus gestos estão justificados. (LAMPPIÃO, junho de 1980, p. 5)

Na fala do advogado Nei, inúmeras expressões e palavras relacionadas à Luisa Felpuda demonstram sua desqualificação: iniciação de menores, uso de tóxicos, prática de aberrações sexuais, violento, facas, giletes, navalhas, prisão, depravação, corrupção, aberrações sexuais, vida depravada, violência, corrupção, angústia, depravação, fim trágico, sadomasoquista.

Segundo Borrilo, “esta desproporção no plano da linguagem revela uma operação ideológica que consiste em nomear, superabundantemente, aquilo que parece como problemático e deixar implícito o que, supostamente, é evidente e natural (2010, p. 15-16). O advogado refere, por outro lado, ao agressor com elogios e até lhe atribui uma função salvadora ao matar uma travesti e purificar a sociedade: “Quis o destino que a purificação da sociedade

²⁶ BENTO, Berenice. *As tecnologias que fazem os gêneros*. In: VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Género. 2010. pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: [http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E8 As Tecnologias que Fazem os G%C3%A9neros.pdf](http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E8%20As%20Tecnologias%20que%20Fazem%20os%20G%C3%A9neros.pdf). Acessado em 15/02/2016.

se fizesse através de um menor...”. Há uma tentativa de transformar o assassino em vítima, tanto da sociedade quanto da travesti. Além disso, a morte de Luisa como purificação da sociedade, se constitui como um ato de higienização.

Segundo Vainfas, a homossexualidade, a partir dos séculos XIII e XIV está,

fortemente identificada com o coito anal, há muito estigmatizado na tradição ocidental por sua associação com a sujeira, excrementos, impurezas, demônios, e aproximada ao bestialismo por sugerir a semelhança da cópula com animais, a sem razão animalesca a que a busca do prazer poderia conduzir, a sodomia não perdeu, no pensamento dos escolásticos, os vínculos que sempre guardara com as condutas homossexuais (2010, p.196)

É comum durante os estudos sobre homossexualidades em períodos como a ditadura, encontrar falas que se referem à comunidade LGBT como se fossem uma imundice, sujeira ou contaminação. Na prática cotidiana das ações do Estado durante as operações policiais, o discurso que paira sobre a mesma se baseia na limpeza. Em momentos em que a cidade vai receber eventos, esse tipo de operação policial é muito comum, mesmo nos dias atuais. A CNV, lembra que:

A cobrança de medidas mais enérgicas da imprensa em relação às polícias gerou resultados e a repressão se intensificou a partir de junho de 1980, diante da visita iminente do Papa João Paulo II à cidade de São Paulo. As polícias paulistas conjugam esforços na formulação e execução da política “Limpeza”, posteriormente conhecida como “Rondão” (CNV, Relatório II, 2014, p. 297).

Outra matéria sobre assassinato de homossexuais foi veiculada no *Lampião*, edição 25 de junho de 1980, cujo título era “*Recife: Bamba assassinado*”. A referida matéria é sobre o pianista Evar Lemoine Silva (40 anos), conhecido como “Bamba”, encontrado morto em seu apartamento no Edifício Holliday, no bairro da Boa Viagem em Recife, com sinais de violência espalhados em seu corpo: “pancada forte na cabeça, corpo cravado de facas, garfos e chaves de fenda, em verdadeira orgia de sadismo”. O principal suspeito pelo assassinato era o amante de Bamba, João Batista da Silva Neto. Segundo a polícia, Bamba “foi abatido enquanto dormia e que não deve nem ter se apercebido de nada”. O fato de todos acharem que ninguém tinha nada contra o músico fazia com que os olhares se voltassem para João: “Perece ser geral no Edifício *Holliday*, a convicção de que João, que vivia à custa de ‘Bamba’, tenha sido o criminoso, por ciúme do novo namorado do músico”.

O *Lampião* não traz qual foi o desfecho das investigações desse crime, porém, é importante analisar a relação entre homossexualidade e sadismo denunciada pelo jornal, estabelecida nos discursos de outros jornais de grande circulação da época, como o *Diário de*

Pernambuco, que discorreram sobre a homossexualidade como patologia. Segundo o Lampião, comentando a matéria o Diário de Pernambuco,

sob a manchete *No homossexualismo a Paixão libera a violência sádica*, foram publicadas mentiras e agressões como estas: O médico psiquiatra Lidemberg Isac de Macedo diz: "Inicialmente, não existe o homossexual passivo ou ativo. O que existe é uma unidade sexual distorcida, ou mesmo pode-se admitir o termo pervertido, e como é lógico, se não houvesse os dois componentes, não havia homossexualismo. Partindo dessa premissa de que ambos são portadores de distúrbios psíquicos, toda a sequência de ações pertinentes à vida na sociedade obrigatoriamente são pervertidas. O homossexualismo é realmente um crime sexual, parte de vigência psíquica oriunda de distúrbios, estando dessa maneira, propícios em casos de homicídios ocorrerem de maneira mais violenta e mesmo perversa. (LAMPIÃO DA ESQUINA, junho de 1980, p. 6)

Ao fim dessa matéria, o Lampião da Esquina se pronunciou em relação aos discursos anti-homossexuais de diversas áreas do saber:

Quanto a nós, no Lampião, fazemos questão de denunciar todo este maquiavélico plano repressivo, arquitetado por certos médicos, certos advogados e certos policiais. Esperamos poder continuar contando com a preciosa ajuda dos leitores que nos enviam material informativo, como os que possibilitou as matérias desta seção (1980, p. 6).

Outra matéria cujo título é "*O médico e o bailarino: mistério?*" sobre o "possível" assassinato do bailarino Antônio Carlos Cunha Vieira pelo seu ex-amante, o médico Clóvis Marques Filho. Segundo o detetive José Edson Barbosa, existem três hipóteses para esse crime, são elas: "tentativa de homicídio seguida de suicídio; homicídio, seguido de tentativa ou simulação de suicídio; tentativa de homicídio contra Clóvis, seguido do suicídio de Tony".

Uma das amigas do bailarino, que também era sua aluna, ao se hospedar no apartamento do casal declarou que eles "brigavam muito, Tony tinha ciúme, sempre se insultavam e batiam, quando Clóvis chegava tarde. Tony me pediu, uma vez, que se acontecesse "alguma besteira", tomasse conta das suas coisas e cuidasse do Ricardo", seu filho de cinco anos. Essa edição do Lampião da Esquina não trouxe o desfecho sobre esse crime, mas vai denunciar a ausência de investigações policiais a respeito de mortes contra homossexuais, gays e lésbicas.

"Até agora, nada ou quase nada, de novo, foi apurado pela polícia. Tudo parece ter sido esquecido no segredo das 'boas famílias pernambucanas' como aquela a que pertence o doutor Clóvis. E Tony? Quem luta por sua memória? Que esperam as bichas e os sapatões pernambucanos. Frangos e pitombas, para se organizar e lutar?" (LAMPIÃO DA ESQUINA, Edição de nº 32, 1980, p. 6)

O Diário de Pernambuco do dia 24/05/1980 trouxe a seguinte matéria – “Provado: bailarino matou-se”. O suicídio parece um alibi bem convincente para desfecho de investigações sobre morte de homossexuais. Dois pontos são fundamentais dentro dessa afirmativa. Uma: trata o suicídio como alibi, em que muitas vezes o mesmo (ainda que não tenha ocorrido) é colocado como o ponto final de certas investigações relacionadas a morte de homossexuais. O outro: quando de fato há o suicídio e os motivos que levam homossexuais a se matarem. Muitos estudos sobre o suicídio de homossexuais são realizados nos dias atuais e apontam para as dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBT durante a vida, resultando em uma série de problemas para esse indivíduo. Nesse sentido Sérgio da Borralha e Patrícia Pascoal apontam que,

Há já algum tempo que a literatura tem demonstrado que o stress das minorias, expõe homens gays, e mulheres lésbicas, a problemas de saúde mental (Locke & Steiner, 1998). Um estudo de Hersberger, Pilkington e D’augelli (1997) referiu que a partilha da orientação sexual, a perda de amigos resultantes dessa partilha e a vitimização conduzem a uma baixa autoestima, que é por sua vez, um forte preditor da tentativa de suicídio. Estudos realizados com a vitimização de homens gay e mulheres lésbicas (Waldo, Hesson-McInnis & D’Augelli, 1998), concluem que esta contribui amplamente para o aumento das tentativas de suicídio e tem um efeito significativo positivo na depressão, tendo esta na autoestima, o seu maior preditor (Otis & Skinner, 1996) (BORRALHA; PASCOAL, 2015, p. 45)²⁷.

Embora esses estudos sejam posteriores ao período estudado, eles possibilitam pensar questões que envolvam o regime militar, sobretudo, pelo fato de serem tempos difíceis, em que a comunidade LGBT foi vítima de perseguições por parte do Estado, principalmente, por meio da força policial. O fato dessas mortes não serem reconhecidas torna muito difícil a construção de indicativos sobre o tema, mesmo nos dias atuais. Com relação ao extermínio de homossexuais, James Green traz as seguintes informações:

Os meados dos anos 80 também presenciaram um aumento marcante na violência contra gays, travestis e lésbicas. Luiz Mott documentou o assassinato de mais de 1.200 homossexuais masculinos e femininos e de travestis no Brasil entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90. Alguns casos envolveram mulheres assassinadas por parentes que descobriram que elas estavam tendo casos com outras mulheres. Outros assassinos eram jovens prostitutos (michês) que saíram com gays, os roubaram e mataram. Em 1987, por exemplo, um jovem matou mais de uma dúzia de homens no Parque Trianon em São Paulo GREEN, 2015, p. 287).²⁸

²⁷ BORRALHA, S.; PASCOAL, P. *Gays, Lésbicas e Saúde Mental: Uma revisão sistemática da literatura*. Omnia, nº 2. 2015, p. 43-51. Disponível em: [http://omnia.grei.pt/n02/\[5\]20BORRALHA.pdf](http://omnia.grei.pt/n02/[5]20BORRALHA.pdf). Acessado em: 18 de junho de 2016.

²⁸ N. GREEN, James. “*Mais amor e mais tesão*”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 15, p. 271-295, jun. 2015. ISSN 1809-4449. Disponível em:

Na edição nº 32, de janeiro de 1981, o jornal trata de mais um caso de homossexualidade associado a problemas psíquicos. Roberto Rocha Leal, de 26 anos de idade, havia abandonado o curso de doutorado em Tours na França, para se dedicar à agricultura junto com outros amigos. Chegando ao Brasil, meio debilitado, talvez em função da falta de insulina no organismo, decidiu ficar na casa da irmã em Botafogo/RJ para depois seguir viagem à Brasília. Após longa discussão com a irmã sobre os seus planos, decidiu dormir na casa da vizinha. Roberto já tinha sido internado outras três vezes em clínica psiquiátricas, provavelmente as internações tenham sido motivadas por “preconceito e incompreensão”. Sua irmã aproveitou a ausência do irmão que dormira em outra casa e articulou com um amigo, o médico Benjamim Gaspar, que trabalhava na Casa de Saúde Dr. Eiras, uma nova internação para o irmão.

Internado à força, sem nenhum tipo de previsão sobre seu estado de saúde, sem que fosse respondido se o rapaz era diabético ou possuía algum tipo de alergia. Duramente medicado, Roberto amanhece morto, aos 26 anos de idade. Esse é um dos casos que retratam a que ponto podem chegar os atos de violência quando a homossexualidade é vista sobre o estigma da anormalidade. Dentro do contexto da anormalidade, Foucault demonstra como a homossexualidade a partir do século XIX foi construída como doença e incessantemente estudada pela medicina, psicologia, psiquiatria. Segundo ele,

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e novas especificações dos indivíduos. [...] O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo; subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém, como natureza singular. É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada [...] menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade de sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática de sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie (p. 50-51).

A relação entre homossexualidade e loucura fundamenta a medicalização, tratamentos psiquiátricos e internação de muitos indivíduos homossexuais no Brasil. Como especificado

anteriormente, a homossexualidade era oficialmente reconhecida como doença, sob a recomendação do CID-9 desde 1977 até o ano de 1990. Porém, a intervenção da medicina, especificamente aqui, a psiquiatria, é bem anterior. Daniela Arbex, em seu trabalho *Holocausto Brasileiro - Vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil, lembra que,*

Desde o início do século XX, a falta de critério médico para as internações era rotina no lugar onde se padronizava tudo, inclusive os diagnósticos. Maria de Jesus, brasileira de apenas vinte e três anos, teve o Colônia como destino, em 1911, porque apresentava tristeza como sintoma. Assim como ela, a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar (2013, p. 25-26).

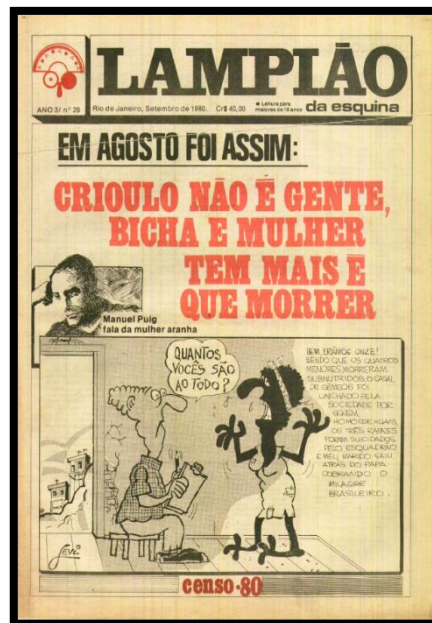
O Lampião da esquina, ao veicular essa matéria, acaba por visibilizar o drama vivido por homossexuais vítimas do discurso da patologização da homossexualidade. Tanto no caso trazido pelo jornal – cujo resultado foi a morte prematura de um estudante –, como nas linhas referentes ao trabalho de Daniela Arbex – em que o cárcere em forma de sanatório, onde pessoas são depositadas e lá permanecem por toda vida, com torturas disfarçadas de tratamento –, fica claro o entendimento que a sociedade tem sobre a homossexualidade, de pessoas doentes, que precisam ser tratadas e que não podem viver em sociedade, ou seja, são sujeitos sem lugar.

A capa da edição nº 25, de junho 1980, cuja manchete é “*A volta do esquadrão mata-bicha: três crimes abalam a comunidade guei*”, demonstra e denuncia a existência de uma prática tendenciosa na imprensa da época em associar a homossexualidade à violência e à criminalidade. Okita afirma que “na grande imprensa, a questão da homossexualidade está sempre ligada à criminalidade. Os jornais dedicados ao noticiário policial, principalmente, colocam-se claramente anti-homossexuais [...] (2015, p. 73)”. No entanto, no jornal Lampião essas matérias sevem para denunciar a homofobia e para desconstruir estereótipos e conceitos negativos sobre a homossexualidade.

A chamada do Lampião da Esquina na edição nº 28, de setembro de 1980 – “*Em agosto foi assim: Crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais é que morrer*” – demonstra também a preocupação do jornal com os assassinatos de negros, mulheres e homossexuais. A referida charge trazida na capa dessa edição traz discussões importantes: faz ácida crítica a desigualdade social dos negros e “ao milagre brasileiro”; discute a homossexualidade dentro de uma abordagem de raça e classe; questiona o censo de 1980.

A charge mostra um agente do Censo de 1980 perguntando a uma mulher negra, pobre e com a roupa toda esfarrapada, quantas pessoas tem na família e ela responde: “Éramos onze! Sendo que quatro morreram subnutridos, o casal de gêmeos foi linchado pela sociedade por serem homossexuais, os três rapazes foram suicidados pelo esquadrão e meu marido saiu atrás do Papa cobrando o milagre brasileiro”.

Figura 11 – Capa da Edição Nº 28



Fonte: Lampião da Esquina – Set/1980

Embora a charge apresente vários elementos que atentem contra vida das pessoas, sem dúvida a questão racial sobressai à todas as outras. Nesse sentido é relevante lembrar os problemas apresentados pelo Censo de 1980 que não refletia a porcentagem referente à população afrodescendente durante aquele período, provocando assim inúmeros questionamentos de uma parcela da sociedade, principalmente do movimento negro, que orientava que as pessoas respondessem ao censo levando em consideração a ascendência e não apenas a cor da pele. Essa era uma forma de trazer à visibilidade, parte significativa da comunidade negra que acabaria invisibilizada pelo modelo de investigação utilizado.

Ainda sobre as denúncias de racismo trazidas pela charge, é importante ressaltar que tal prática, recorrente durante esse período, atingia pessoas em todas classes sociais. Em uma das matérias veiculadas nessa edição, o jornal traz o episódio de racismo sofrido pela cantora Leci Brandão e sua mãe durante uma visita a uma amiga no Rio de Janeiro, em que ambas foram surpreendidas pelo porteiro, impedido que usassem o elevador social. Tal situação provocou grande descontentamento por parte de Leci Brandão, como relata o jornal:

Achando estranha a situação, Leci tenta conversar com o porteiro. “Por que eu tenho que entrar pela porta de serviço, se sou amiga da família?” E foi entrando pela porta social, quando o porteiro resistiu e retrucou: “Eu sei lá se vocês são empregadas. Vocês são negras!” Leci irritou-se e exigiu respeito para com sua mãe e foi logo perguntando se Arlindo era racista. “Qual é tua?” Aí começa uma intensa discussão. “Eu cheguei, disse pra ela calar a boca, porque senão a coisa não ia ficar assim e que eu ia tomar uma atitude de maior resultado. Foi quando parti pra cima dele. Ele revidou e minha mãe ficou ao meio, foi uma confusão danada. (LAMPIÃO DA ESQUINA, Edição Nº 28, 1980, p. 5)”

O comportamento do porteiro reflete a estrutura racista e machista da sociedade brasileira naquele período. Embora essas questões aconteçam nos dias atuais, hoje, há uma atenção maior, tendo em vista a existência de leis mais rígidas com relação ao racismo. Com relação ao Milagre Brasileiro no qual a charge se refere, corresponde ao período que compreende os anos de 1967 ao ano de 1974 e recebe essa denominação devido às transformações sofridas com relação à economia brasileira. Segundo o professor Wilson Cano, do Instituto de Economia da UNICAMP, esse “Milagre Brasileiro” é uma referência direta às seguintes questões:

[...] altíssimas taxas médias de crescimento do PIB (9,3%) e da indústria de transformação (12,5%), forte elevação da taxa de investimento e do emprego, além das profundas alterações estruturais [...]. Sua desaceleração se dá entre 1974 e 1980, mas apresentando ainda, taxas expressivas de crescimento (respectivamente, de 4,4% e 6,7%). Contudo, também deixaria como herança, a piora na distribuição de renda, nas dívidas externa e interna pública, no balanço de pagamentos e na inflação. Além dos efeitos na economia, outros, também deletérios, geraram processos cumulativos perversos sobre nossas instituições políticas e sobre vários serviços públicos fundamentais, como educação e saúde pública (CANO, 2004, p. 1)²⁹.

Os questionamentos levantados pela charge representam os anseios de uma população pobre que espera ver cumprida toda a promessa surgida a partir do Milagre Brasileiro, tendo em vista, que o mesmo não surtiu efeito sobre a vida dessas pessoas. Outro ponto interessante trazido pela charge diz respeito ao sentido da palavra milagre, como se de repente esse milagre não fosse vir por parte do governo, restando assim, apelar para o Papa. Mesmo se tratando de uma charge debochada, os aspectos políticos relacionados às questões do racismo, extermínio da comunidade negra, homofobia, entre outros, foram contemplados.

²⁹ O seguinte artigo, CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. **UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ**, v. 2004, p. 40, 1964. Pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/03/W-Cano-O-milagre-econ%C3%B4mico.pdf>. Acessado em 18/06/2016.

1.5 Bichas em perigo

Além de assassinatos o Lampião traz outras violências praticadas contra homossexuais no período. A edição nº 06 de novembro de 1978, fala sobre ataques a gays que transitam em Copacabana, mais especificamente nas ruas Rodolfo Dantas e Carvalho de Mendonça. A reportagem relata que entre as vítimas desse tipo de ataque, destacam-se as consideradas mais pintosas (afeminadas/espalhafatosas).

A referência ao termo homossexualidades, para além das categorias diferenciadas existentes na comunidade LGBT, apresenta também a diversidade dentro do próprio segmento, é como se fosse estabelecida determinada hierarquia. Com relação aos homossexuais masculinos isso fica muito evidente, como no parágrafo anterior na referência *pintosa*. Não significa que haja uma regra fixa para essa hierarquia, porém, vale ressaltar que, embora essa hierarquização exista dentro do segmento, ela tem como base o modelo heteronormativo na medida em que se afasta do padrão do homem hétero. Nesses casos, os gays recebem diversas denominações.

Outro tipo de violência contra homossexuais discutidas no Lampião está relacionada às “batidas” policiais em lugares conhecidos de sociabilidade gay e de prostituição. A matéria da edição n. 29 de outubro de 1980 intitulada “Pega pra capar em Brasília”, é dado destaque às operações policiais na Boate New Aquarius, situada no CONIC (Setor de Diversões Sul). O centro da capital do país (plataforma superior da rodoviária de Brasília e o Setor de Diversões Sul) era extremamente frequentado por pessoas que procuravam aventurar-se nas noites da cidade, como “os soldadinhos escapulidos dos quartéis e que buscam guarida por uma noite, os operários da construção civil e a classe média com dinheiro para gastar” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 10/1980, p. 5).

Vale destacar que um dos lugares mais badalados e frequentados de Brasília por homossexuais, travestis e michês era a New Aquarius. Batidas policiais sempre foram frequentes nesses locais e bastava a apresentação de documento para a liberação, porém, não foi isso que aconteceu no dia 21 de setembro de 1980, desta vez,

porém, a coisa mudou de figura e uma batida generalizada, que teve o patrocínio do Departamento de Polícia Federal e do Juizado de Menores, fechou todos os bares e uma das boates - justamente a Aquarius. Mais tarde, uma das pessoas que não conseguiu escapar a tempo descreveu a cena: “havia de tudo, polícia de uniforme, polícia sem uniforme, cassetetes, espingardas e metralhadoras. E aquelas armas todas apontadas para a gente. Se fosse para contar, eu diria que havia mais de 400 policiais cercando o local” (*Ibidem*).

Um ponto chama muito a atenção com relação ao fechamento da Aquarius, foi a apreensão de maconha, porém outros lugares sequer tiveram suas atividades suspensas, como por exemplo, o Bataklan (“a que tem moças a *go-go*”), que segundo o Juizado de Menores, “lá havia muitos senhores de respeito” (*Ibidem*).

Essas batidas se referem aos conhecidos rondões, operações policiais com intuito de higienizar as ruas por meio da coação, humilhação e violências com travestis, gays, michês e prostitutas, sendo que as travestis eram as mais prejudicadas. Sobre essa questão, Rafael Freitas Ocanha lembra que,

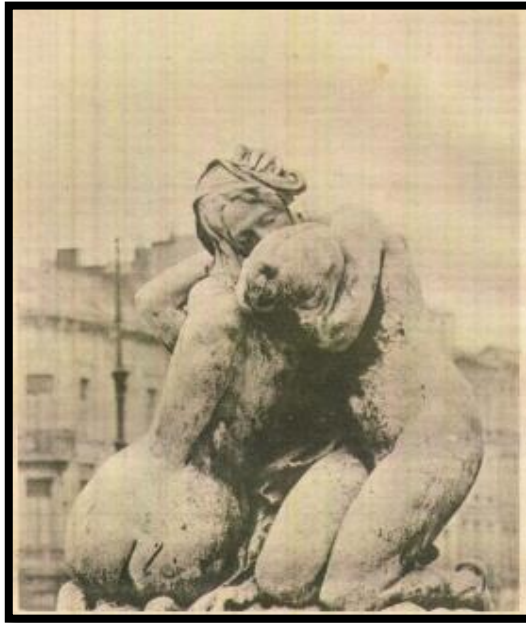
A polícia civil do estado de São Paulo dedicava-se a estudar e combater travestis. A portaria 390/76, da Delegacia Seccional Centro, autorizava a prisão de todas as travestis da região central da cidade para averiguações. Segundo essa mesma portaria, o cadastro policial das travestis “deverá ser ilustrado com fotos dos pervertidos, para que os juízes possam avaliar seu grau de periculosidade” dando às imagens importância fundamental no inquérito policial. Além disso, foram realizados estudos de criminologia. Guido Fonseca, delegado de polícia e autor das pesquisas, descreve o crescimento da prostituição de travestis no Brasil e no mundo e trata o tema como perversão (OCANHA, 2014, p. 152).

A homossexualidade masculina foi amplamente discutida nas páginas do Lampião da Esquina, muito além da categoria violência, um dos pontos norteadores dessa pesquisa. Nesse sentido, o universo dos homossexuais trazido pelo jornal sobre esse período, conta com inúmeras informações, que infelizmente continuam ausentes na grande maioria das pesquisas. O próximo caminho a ser trilhado a partir de agora por este trabalho, diz respeito às vivências das mulheres lésbicas nesse período e ao enfrentamento à violência de gênero cotidiana. Vale ressaltar o respeito à pluralidade e às particularidades necessárias ao estudo sobre esse segmento, que se inicia.

CAPÍTULO 2

É MAIS FÁCIL SER UMA LÉSBICA DO QUE SER BICHA?” A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES LÉSBICAS NA DITADURA MILITAR

Figura 12 – Reportagem - Edição Nº 12



Fonte: Lâmpião da Esquina – Mai/1979

Nos últimos anos no Brasil, as discussões acadêmicas sobre homossexualidade na Ditadura Militar tem ganhado espaço, porém os estudos e registros sobre as mulheres lésbicas nesse período ainda são escassos. Essa invisibilidade das lésbicas como sujeitos históricos no Brasil, não só no regime militar, mas desde à colônia até a contemporaneidade, se dá em função da estrutura heteronormativa e machista que estabelece papéis secundários às mulheres e marginalizam as que se denominam homossexuais.

A história da homossexualidade feminina no Brasil remonta a história do Brasil Colonial. Segundo Vainfas, “da *sodomia foeminarum* nossa história colonial deixou poucos registros, praticamente reduzidos a certo número de confissões, denúncias e processos de visitação quinhentista, na qual 29 mulheres se viram implicadas por relações nefandas (2010, p. 229)”. Mesmo com poucos registros, é possível afirmar o protagonismo dessas mulheres enquanto sujeitos históricos e embora a escassez de documentos seja um argumento de certa forma aceito para que pesquisas não sejam feitas, a razão principal está no problema que a sociedade tem com a representação da homossexualidade feminina.

Vainfas aborda uma questão muito interessante sobre as relações homossexuais entre mulheres na colônia. Segundo ele, os envolvimento entre mulheres se confundiam com as relações cotidianas, dessa forma, é possível que isso contribua com a falta de percepção da homossexualidade feminina no período, tendo em vista que, muitas vezes, sequer eram vistas, ou seja, “muitas nefandices femininas não passavam de experimentos de moçoilas recém-saídas da puberdade, pertencentes aos mais variados segmentos da sociedade colonial (2010, p. 230)”, porém, essa questão praticamente é superada na medida que outros fatores são analisados.

Um dos pontos importantes trazidos por Vainfas diz respeito à idade das mulheres que cometiam as nefandices femininas (homoerotismo), segundo o autor:

“a maioria das relações confessadas a Heitor Furtado de Mendonça³⁰ ocorreu com meninas de nove ou dez anos e com moças donzelas de 18 a 20. Várias mulheres, já casadas ou viúvas na época da visitação, confessaram os namoros e toques com amigas de infância (2010, p. 231)”.

Essa informação mostra que as relações homoeróticas, ao contrário do que criam as pessoas do período, iam além de meros contatos casuais entre meninas, é claro que de alguma forma eles existem, mas no decorrer de sua pesquisa fica claro “o universo feminino em relação à homossexualidade”:

O universo feminino da Colônia também incluía, portanto, o nefando. Praticavam-no as mocinhas em meio aos risos e brincadeiras infantis, bem como as raparigas cheias de desejo, mas que não queriam ou não podiam perder a honra de virgens. Praticavam-no, ainda algumas mulheres casadas, talvez em busca do prazer que seus maridos não davam. E praticavam-no, enfim, algumas mulheres por opção homoerótica: “por afeição carnal”, como Felipa de Souza, ou por paixão, como Francisca Luiz (2010, p. 234).

Apesar dos raros registros sobre a experiência lésbica no Brasil colônia, o trabalho de Vainfas, *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*, traz fontes históricas que permitem evidenciar a presença dessas mulheres lésbicas em todas as classes na colônia e em situações muitas vezes inusitadas.

Caso singular parece ter sido o da mameluca Maria de Lucena, que, tendo cerca de 25 anos, vivia na casa de uma parenta casada com certo fazendeiro pernambucano. Apesar de ainda solteira nessa época, pois se casaria depois na Paraíba, Maria já conhecia o amor de homens, tendo inclusive parido antes de casar-se, segundo contou uma de suas denunciantes. Mas o que mais lhe aguçava o desejo era o amor de mulheres, especialmente o das escravas Margayda e Vitória, índias a quem volta e meia cortejava e agarrava. Ao contrário da imensa maioria das mulheres, raramente vistas em atos nefandos,

³⁰ Heitor Furtado de Mendonça era Deputado do Santo Ofício da Inquisição e chegou à cidade de Salvador no ano de 1591. Sua chegada representa o marco inicial na história da Inquisição em terras brasileiras.

Maria de Lucena era infamada por “dormir carnalmente com as negras [índias] da casa”, e mais de uma vez fora pega em flagrante deleite (2010, p. 232).

O registro desse caso demonstra três aspectos importantes para a história da lesbianidade no Brasil. Primeiro: o cenário desse relato é o campo e não a cidade, geralmente entendida como um lugar onde a homossexualidade era mais evidente. Segundo: porque as relações lésbicas da mameluca Maria Lucena eram com mulheres negras escravizadas, mostrando a homossexualidade feminina nas camadas populares da sociedade colonial brasileira, ao mesmo tempo em que evidencia dentro dessas mesmas camadas, a assimetria no que diz respeito às relações de poder, especificamente aqui, dentro do recorte de raça. Terceiro: a coragem de uma mameluca de viver desejos sexuais proibidos, o que demonstra protagonismo e uma experiência de resistência ao modelo imposto.

Outro caso relatado por Vainfas ganha certa notoriedade no período em função da dimensão tomada pelo romance homossexual vivido entre Francisca Luiz e Isabel Antônia. A história dessas mulheres apresenta elementos interessantes, de certa forma, inimagináveis quando nos reportamos ao Brasil colonial.

Mas o principal romance envolvendo mulheres de que temos notícia foi, sem dúvida, a conturbada história de Francisca Luiz e Isabel Antônia. Solteira, Isabel chegara à Bahia por volta de 1579, degredada do Porto e, “ao que diziam”, por pecar no nefando com outras mulheres. Infamada no Porto, sê-lo ainda na Bahia, a julgar por sua alcunha de “a do veludo”, alusiva ao falo aveludado que usava em suas relações sexuais. Francisca, negra forra abandonada pelo marido, viera antes, também do Porto, e abrigara Isabel por algum tempo. Eram amigas ou amantes desde Portugal e continuariam a sê-lo em Salvador. Mas o romance era difícil, motivo de escândalo público, sobretudo depois que Isabel – justo “a do veludo” – resolveu sair com certo homem, o que levaria sua amante a interpellá-la na porta de casa aos gritos de “velhaca! [...] Quantos beijos dás a seu coxo e abraços não me dás um?! [...] Não sabes que quero mais a um cono (vagina) do que quantos caralhos aqui há (2010, p. 233)?!

Nessa narrativa podemos ver que Francisca usava um “falo aveludado” nas suas relações lésbicas com Isabel. Para além da relação homoerótica, a utilização do falo tem um peso importante dentro dessa questão. Já que o mesmo, afasta a necessidade do corpo masculino na relação sexual, tornando assim, a relação homossexual feminina mais confusa aos olhos da Inquisição.

Tal dúvida era derivada da ambiguidade do conceito de sodomia, cujos múltiplos significados tendiam a privilegiar as características do coito entre homem e mulher, e a se centrar no desperdício do sêmen, o que ocorre especialmente no coito pelo vaso traseiro, e a desvalorizar práticas corporais

alternativas, que não tivessem o aparelho sexual masculino como centro – emulando um modelo falocêntrico de cópula sexual (ROCHA, 2016, p. 10).³¹

Outro período que deve ser explorado para o entendimento do lesbianismo³² é o século XIX, para isso, é importante compreender como as estruturas sociais funcionaram, principalmente, na maneira de perceber/reconhecer quem eram essas mulheres. Lançar uma compreensão sobre as mulheres, partindo do mesmo olhar no qual se reconhecem os homens é algo recorrente durante esse período. Essa visão masculina da sociedade, reitera as consequências ruins geradas pela heteronormatividade, reforçando a assimetria de gênero, e o entendimento sobre a mulher lésbica como uma mulher masculina. Sobre essa visão masculinizada da sociedade, Jeffrey Weeks, afirma que,

O modelo de homossexual que emergiu no século XIX tentou explicar mulheres e homens homossexuais nos mesmos termos, como se tivessem uma causa e características comuns. De fato, o modelo era extraordinariamente baseado na homossexualidade masculina e nunca foi diretamente aplicável às mulheres. Intelectuais lésbicas têm descrito as formas pelas quais relações íntimas entre mulheres fizeram parte de um *continuum* de relações próximas, sem que houvesse uma identidade lésbica distintiva claramente desenvolvida até este século (Faderman, 1980). Homens e mulheres podiam ser classificados pelo mesmo rótulo psicológico, mas suas histórias eram diferentes (Vicinus, 1989) (WEEKS, 2010, p. 68).

Se no Brasil colonial a questão religiosa e jurídica fundamentam o julgamento de casos de homossexualidade feminina, nas primeiras décadas do século XX, o discurso psiquiátrico é central no entendimento da lesbianidade. O historiador Alcidesio de Oliveira Júnior, em sua tese de doutorado, estudou inúmeros relatórios médicos envolvendo lésbicas durante os anos 1930 a 1950 no Rio de Janeiro³³. Um dos casos se refere a E.R., uma mulher solteira, negra com atitudes consideradas masculinas, inclusive na forma de se vestir, que procurara a Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1939. As informações a seguir, foram transcritas do relatório médico do Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), psiquiatra paulista do Hospital do Juqueri.

Trabalhava para o seu sustento, mas tinha a preocupação constante de atrair mulheres, levando-as a hotéis suspeitos, onde com as mesmas praticavam atos

³¹ ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. *Sodomia e gênero no tribunal da inquisição: amantes hetero e homoeróticos entre a masculinidade e a feminilidade na América portuguesa – Séculos XVI e XVII*. XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS. 2014. Está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#C>. Acessado em 19/06/2016.

³² A palavra lesbianismo data do ano de 1870.

³³ JÚNIOR, Alcidesio de Oliveira – *De monstros a anormais: a construção da endocrinologia criminal no Brasil, 1930 a 1950*. 460 p. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2012. – Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100685/314228.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 14 de maio de 2016.

homossexuais. Dava preferência a moças brancas e não lhe era difícil perceber, nos logradouros públicos, aquelas que se prestariam melhor a satisfação da sua perversão. Atraía as suas vítimas sob múltiplos pretextos, revelando-se hábil e astuciosa, sem deixar transparecer os intuítos que tinha em mira. Em ocasião oportuna, agarrava as suas vítimas de surpresa e, se encontrava maior resistência, rasgava-lhes as vestes, agredia-as e ameaçava-as de morte. Assim, quase sempre conseguia aquiescência na satisfação do seu impulso sexual. Praticava o ato sexual ‘como homem’, o que não a impedia de procurar excitar as suas vítimas, empregando toda sorte de manobras. Afirma ter orgasmo fácil e extraordinária sensação de prazer, eliminando então um líquido leitoso. Diz ela que as mulheres não virgens, com as quais praticou os atos sexuais, sentiam idênticas sensações experimentadas ao terem relações com homens. Tem tido várias ‘amantes’ sustentando-as com o seu trabalho, que é o de cozinheira, ofício que exerce sem grande interesse, na falta de outro mais de acordo com as suas tendências masculinas (SILVA *apud* JÚNIOR, 2012, p. 211).

A descrição do médico apresenta a paciente como uma mulher masculinizada, agressiva e perversa. Ainda que se trate de questão médica, o discurso utilizado por ele é muito próximo do senso comum, que aproxima as características das mulheres lésbicas às características dos homens, nesse sentido temos uma visão binária das questões de gênero. A descrição feita sobre E.R. permite dois entendimentos. Um: diz respeito à transexualidade – como é entendida nos dias atuais. Dois: a masculinização das lésbicas, devido as influências do pensamento do século XIX e na primeira metade de século XX.

A partir daí, uma nova descrição da paciente é feita, dessa vez com elementos que ratifiquem a necessidade de uma intervenção psiquiátrica, ou seja, homossexualidade e loucura, histeria e descontrole, habitando discursos e ditando normas que perduram até os dias atuais.

Exagera, fantasia e dá demonstrações de evidente mitomania vaidosa quando descreve as suas proezas amorosas. Há, nas suas narrativas, evidentes tendências sádicas, pois que a paciente se excita e sente evidente satisfação ao descrever o pavor manifestado pelas suas vítimas, quando por ela atacadas de surpresa, dizendo assumir, nessas ocasiões, atitude de superioridade, acalmando-as, acariciando-as e assegurando-lhes não haver razão para receios ou consequências, pois que não há possibilidade de “surgirem filhos da união entre mulheres” (2012, p. 212).

A Revista Brasileira – Síntese do Momento Internacional, de 1935, traz uma conferência do professor Leonídio Ribeiro³⁴, da Faculdade de Direito da Universidade do Rio

³⁴ Leonídio Ribeiro (1893-1976) formado em medicina (inicialmente cirurgião, posteriormente criminalista) professor de medicina legal, diretor do Gabinete de Identificação da Polícia Civil do então Distrito Federal (década de 1930 – Rio de Janeiro) e criador, nesta mesma instituição, de um Laboratório de Antropologia Criminal. Seu artigo está disponível na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=139955&PagFis=16803>. Acessado em maio de 2016.

de Janeiro e diretor do Instituto de Educação, cujo título é “Homossexualismo e Endocrinologia” na qual o professor ratifica o imaginário social e os discursos médicos que classificam as mulheres como inferiores aos homens e os homossexuais como doentes.

Leonidio defende a normalidade da heterossexualidade associando-a a uma normalidade biológica, ou seja, corpos normais são heterossexuais, não permitindo desvios, que precisam ser tratados. Esses argumentos acerca da inferioridade da mulher e sobre as homossexualidades são defendidos em vários momentos do seu artigo e muitas vezes encontram-se subentendidos no texto. É preciso ressaltar que vários pontos de vistas são trazidos pelo professor com intuito de endossar sua tese sobre homossexualidade como disfunção biológica, mais precisamente, endocrinológica.

Entre as falas da conferência, uma chama a atenção por tratar os homossexuais como objetos de laboratório, doentes mentais e possíveis criminosos:

Dentro de alguns momentos projetaremos na tela vários desses casos, a fim de ilustrar a nossa comunicação. Temos encontrado os maiores obstáculos no estudo desses indivíduos, não só pelas dificuldades materiais para retê-los por mais tempo para outras observações em nossos laboratórios, como ainda pela insuficiência de pessoal técnico para realizar tais pesquisas. Estamos, ainda assim, prosseguindo em nossas verificações no ponto de vista psicológico e em relação com os seus antecedentes criminais, cujos resultados figurarão em trabalho posterior mais completo que publicaremos sobre o assunto (RIBEIRO, 1935, p. 162).

Em outro momento da fala de Ribeiro, intitulado “Terapêutica da homossexualidade”, a homossexualidade é definida como uma disfunção das glândulas de secreção internas e um problema social:

Provado que o homossexualismo é, em grande número de casos, uma consequência de perturbações do funcionamento das glândulas de secreção interna, logo surgiu a possibilidade do seu tratamento. Era mais um problema social a ser resolvido pela medicina (2016, p. 163).

Ribeiro, ao contrapor o discurso religioso (de eliminação dos homossexuais) por meio do seu discurso médico (de cura dos homossexuais), traz uma falsa impressão de que o pensamento e a produção científica sobre a homossexualidade são mais humanitárias, principalmente por oferecer aos “doentes” um nova chance, baseada em justos diagnósticos e tratamento.

Quer se adote a teoria psicogenética do homossexualismo, quer se aceite a razão endocrínica, em qualquer das hipóteses teremos que modificar a nossa atitude diante dessa classe de indivíduos, cada vez mais numerosa em todos os países civilizados [...] Tem razão, pois, Afranio Peixoto, quando aconselha: “Em vez de anatematizar e fazer chover o enxofre e os raios sobre a Sodoma e a Gomorra dos vícios contra a natureza, mais inteligente será,

compreendendo esse erro, tratar de corrigi-lo. Em vez da condenação, um diagnóstico e o devido tratamento”. Será mais justo e mais científico (2016, p. 167-168).

Esses discursos religiosos e médicos do passado estão presentes no tratamento dispensado às lésbicas durante a ditadura militar, sem contar que os mesmos, são responsáveis por grande parte do sofrimento vivido por essa categoria, que tem dificuldade, sobretudo nesse período, de se afastar da pecha de doentes e pecadoras. Aquilo que parece uma redenção por meio dessas falas, não passa de ferramentas que potencializam o preconceito e a violência homofóbica, denominada nos dias atuais de *lesbofobia*.

2.1 Os perigos de ser lésbica e discutir homossexualidade feminina no período do regime militar no Brasil: o caso Cassandra Rios

Cassandra Rios era o pseudônimo de Odete Rios, que nasceu em São Paulo em 1932 e morreu no dia 08 de março de 2002, também em São Paulo. Destacou-se por ser uma escritora de ficção que tratou do tema da lesbianidade em seus livros, pelo número de publicações que chegou a marca de 50 obras, por ter sido “a primeira escritora brasileira a vender 1 milhão de cópias e a mais censurada artista do país³⁵. Sua trajetória cruzou um dos períodos mais sombrios da história recente do Brasil (1964-1985) e por diversas vezes, a autora sofreu censura, perseguições judiciais, força policial e violência física perpetradas pelo Estado devido aos temas de seus romances que tratavam, sobretudo, da homossexualidade feminina.

Seus temas eróticos, muitas vezes considerados pornográficos, fizeram com que, nos anos 70, no auge da ditadura militar, 36 de seus livros fossem censurados. Sem falar nas brigas na Justiça. Um único livro, “Eudemônia”, rendeu-lhe 16 processos. Em 1976, por exemplo, de seus 36 livros publicados até então, 33 estavam proibidos e apreendidos³⁶.

Considerada subversiva porque segundo as autoridades/sociedade da época, sua literatura aliciava a juventude para a homossexualidade, ferindo de forma direta a moral e os bons costumes. Segundo Reimão,

No Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985), a censura oficial do Estado em relação a filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos foi exercida, em geral, pelo Ministério da Justiça (MJ) Página 6 destacadamente por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), e da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). A partir de 1970, livros e revistas também passaram a ser examinados pelos SCDP/DCDP. Documentos remanescentes desses

³⁵ Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nos-anos-70-ninguem-foi-mais-censurado-no-brasil-do-que-cassandra-rios-10425009>. Acesso em 12/06/2016.

departamentos encontram-se atualmente no Arquivo Nacional em Brasília (REIMÃO, 2011, p. 5-6).³⁷

Outro fator que chama a atenção é a forma como os livros de Cassandra Rios eram classificados na maioria das vezes, eróticos e pornográficos, mesclando “política, negociata e sexo, muito sexo (2011, p. 41)” de alguma forma, isso fazia com que a vigilância sobre sua vida e sobre suas obras fossem muito incisivas. Marisa Fernandes, em seu trabalho, relata as situações de violência vividas por Cassandra Rios:

Levada diversas vezes como criminosa ilicitamente para delegacias, suas impressões digitais foram tiradas, passou por vexames, ofenderam-na, zombaram dela, distorceram verdades e a caluniaram. Chegou a levar um murro na cara de um delegado, que queria que ela desse o endereço de uma personagem irreal do seu romance *O bruxo espanhol*. Ele perguntava: “Quem é Sâni? Onde ela mora?”: Ao rir da absurda pergunta, levou a bofetada. Outro delegado picou, na frente de Cassandra, o seu livro *Nicoleta ninfeta* e ameaçou: “É isso o que vamos fazer com todos os seus livros e queimá-los em praça pública”. Um juiz do Fórum Criminal chegou a perguntar se ela não tinha medo, ao que ela respondeu: “tenho sim, da minha própria coragem” (2014, p. 127).³⁸

A edição nº 05 de outubro de 1978 do *Lampião da Esquina* apresenta uma grande matéria sobre Cassandra Rios, em que o tema principal é a proibição de seus livros cujo título é – “*Cassandra Rios ainda resiste: Com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever*”. Sobre a homossexualidade em sua obra, ela discute que cada homossexual constrói um sentido da sua sexualidade. Ao se referir aos vários sentidos da homossexualidade, Cassandra Rios se alinha ao discurso que defende uma pluralidade em relação às homossexualidades, principalmente no que diz respeito às maneiras de ser.

No sentido de colocação, posição, de aceitação, de tudo: de imposição não só da sociedade como do próprio homossexual. Homossexualismo você não pode generalizar, você tem de individualizar, é um por um, cada um apresenta um motivo, tudo depende das influências, do meio, de suas próprias ideias, tudo (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 10/1978 p. 9).

³⁷ REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. Universidade de São Paulo - São Paulo, 2011. Disponível em: <http://livroseoutrasmídias.org/papers/repressao-e-resistencia-censura-a-livros-na-ditadura-militar.pdf>. Acessado em: 20 de junho de 2016.

³⁸ FERNANDES, Marisa. *Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade*. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos, EduFScar, 2014. p. 125-148.

Figura 13 – Capa da Edição Nº 05 Figura 14 – Capa da Edição Nº 29



Fonte: Lampião da Esquina – Out/1978 Fonte: Lampião da Esquina – Out/1980

Sobre o pensamento de Cassandra Rios, em uma propaganda do livro *Anastácia*, há uma fala que resume sua preocupação com as questões homossexual, bem como o principal ponto que levou o Estado a se colocar amplamente contra ela durante o regime militar: “Sensível aos problemas de uma sociedade [...], Cassandra nos apresenta as contrariedades e confusões emocionais de uma classe mal compreendida e mal interpretada, que é a classe homossexual (p. 10)”. Não se trata de pensar apenas um homossexual infeliz em função dessa falta de compreensão por parte do Estado, e nesse sentido, Cassandra, também, criara personagens intensos e realizados, em outras palavras, felizes.

Acredito. Eu criei um personagem assim. E o livro foi proibido depois de estar na vigésima segunda edição em 1954. Eu nunca mais editei o livro. Foi proibido, ele me levou à justiça várias vezes: começou na segunda Vara, foi parar na nona. Me acusaram de "atentado à moral e aos bons costumes". Isso em 1954. No livro, a homossexual é simplesmente aquilo que ela quer ser: ela enfrenta seus problemas, que todo o mundo os tem, mas no final é feliz. Termina bem, porque termina como ela queria. Então discutiram comigo: "não é possível escrever um negócio desses. Cheguei até a ser multada. Até que teve um dia em que eu disse: "Não vou mais". E o caso correu à revelia, porque eu não dormia tranquila um juiz passava para o outro, pelo amor de Deus... Já disseram que eu devia mudar o título e publicar, mas não faço isso. Seria a mesma coisa que pegar um machão dentro de casa e vesti-lo como um travesti: iria ficar todo desengonçado, não é? (LAMPILÃO DA ESQUINA, 10/1978, p. 9)

A trajetória de Cassandra Rios é repleta de perseguições, em que a censura sobre sua obra era potencializada por causa dos temas que abordavam – homossexualidade –, e o fato de ser mulher homossexual era fator preponderante para que não fosse respeitada pelo Estado,

tendo em vista que nela, habitava o que havia de pior, ser lésbica. Para além de ser uma escritora que não via sexo como um tabu, a homossexualidade em sua obra foi o que mais incomodou o Estado, Maria Isabel de Castro Lima assevera que,

Ela sofre como representante, como voz, de uma comunidade à que pertence e que defende. Para a narrativa é crucial que Odete/Cassandra Rios seja considerada mártir de uma causa homossexual, pois foi o tema que a levou à fama e foi o tema que a fez ser perseguida (LIMA, 2009, p. 65).³⁹

Ainda assim, as perseguições sofridas por Cassandra não impediam que ela continuasse a produzir seus livros, isso porque ela sabia diferenciar o papel da censura em sua vida, como se a mesma só conseguisse agir no final da linha, depois que o livro estivesse pronto, pois em relação ao processo criativo da produção literária, nada podia fazer a censura, nada podia fazer o Estado.

A gente vive assim, num sistema sofrido como se vivêssemos num tobogã, então de repente estar sem sinfonia no ar, sem a liberdade para ler o que a gente gosta, sem liberdade pra ligar o radinho e ouvir a música do Chico Buarque, por exemplo, isto é muito triste. A proibição de meus livros nunca me afetou, porque eu como escritora, continuava fazendo o meu trabalho, sem influência alguma, sem medo de coisa alguma, simplesmente engavetando e guardando para uma época mais respirável (p.16).

A edição nº 29 de outubro de 1980 traz a matéria cujo título é “*Cassandra Rios: ‘assim, até a Bíblia é pornográfica’*”. Essa entrevista ocorreu no mesmo período em que seu filme “Ariella”, baseado no seu romance “A Paranóica”, de 1952, era divulgado. Nessa edição, o *Lampião* publicou uma imagem do filme “Ariella”, no qual as atrizes Cristiane Torloni e Nicole Puzzi aparecem se beijando na boca em uma clara referência a uma relação lésbica. O filme *Ariella* foi dirigido por John Herbert no ano de 1980,

Ariella, filha de um rico industrial, é uma mocinha belíssima e um tanto perturbada. Passa os dias a ler e a escrever o seu diário. Não possui amigos ou namorado. Alfonso, um de seus irmãos, a deseja. Um dia, Diogo, o advogado da família, adentra o seu quarto e a acaricia sexualmente. Depois disto ela começa a se sentir mais confiante e uma mulher feita. Ouvindo a conversa de seus irmãos ela descobre não ser filha legítima da família. Seus verdadeiros pais morreram em um acidente. Os pais atuais usurparam toda a fortuna de sua família e a adotaram como filha. Ela nem sequer terá direito a herança. Muito abalada ela prepara a sua vingança. Ela começa a seduzir todos os membros da família. Cientes de que ela agora sabe toda a verdade, eles tentam calar o advogado, utilizando a força bruta. Ariella seduz Mercedes, a namorada de Alfonso. Esta, de tendências lésbicas, se apaixona por ela. Ariella lhe conta toda a sua história e faz com que Mercedes procure Diogo, para tentar reaver seus direitos na justiça. O advogado, apaixonado por ela,

³⁹ LIMA, Maria Isabel de Castro. *Cassandra, Rios de lágrimas: uma leitura crítica dos inter(ditos)*. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93291/267494.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 20 de junho de 2016.

não se intimida com a surra que levou, e tenta ajudá-la. Ariella entra no escritório do padrasto e tenta seduzi-lo. Ela abre a gaveta da escrivaninha, onde há um revólver. Depois se despe e pede que ele a beije. O pai diz que ela terá a metade de sua fortuna. Ariella diz que não quer dinheiro. Ela o desnuda e diz que quer transar com ele. Está sempre tinha sido a vontade dele. De repente Ariella começa a gritar e toda a família vai ver o que está acontecendo. O pai pega a arma. Ariella diz que ele queria seduzi-la à força, sob a mira do revólver. Ele acaba disparando e acerta um tiro em sua esposa. Ariella diz que isto ainda é pouco para a sua vingança (SINOPSE DO FILME ARIELLA, 1980).

Figura 15 – Entrevista – Edição n° 29



Fonte: Lampião da Esquina – Out/1980

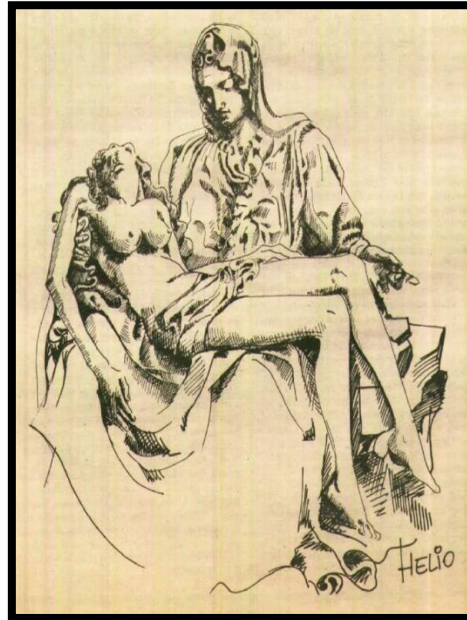
Por mais que Cassandra Rios fosse um símbolo de resistência, a quantidade de ataques sofridos por ela durante o regime militar fez com suas forças ruíssem. “Após quase 35 anos de profissão, desgastada e empobrecida pelos prejuízos causados pelos inúmeros processos, voltou-se para a religião e para textos religiosos, recolhendo-se da vida pública (LIMA, 2009, p. 39)”. Por mais que o processo criativo se mostrasse robusto, a ditadura de alguma forma, triunfou sobre sua resistência física e psicológica.

A edição n° 12 de maio de 1979 traz uma série de abordagens sobre mulheres lésbicas. Apesar do Lampião da Esquina ser um jornal majoritariamente voltado aos gays, o diálogo com outros grupos, especificamente as lésbicas, ampliou a pluralidade de público e defesa dos direitos de outras identidades sexuais e de gênero.

Uma das imagens veiculadas nesse conjunto de matérias foi inspirada na *Pietà* (italiano para piedade) de Michelangelo, esculpida em 1498, uma das representações mais conhecidas da arte cristã, que representa a virgem Maria com o corpo morto de Jesus nos braços, após a crucificação. Na charge do jornal, uma lésbica ocupa o lugar de Cristo morto, representando a

morte e o abandono dessas mulheres pela sociedade, que assim como Cristo são julgadas injustamente e “crucificadas” pela sua identidade sexual.

Figura 16 – Reportagem – Edição nº 12



Fonte: Lampião da Esquina – Mai/1979

É comum no Lampião a presença de imagens da crucificação ou relacionadas a ela para criticar o tratamento dispensado aos homossexuais durante a ditadura militar. O uso, dessas simbologias cristãs envolvendo a crucificação, pode ser compreendida em analogia com os significados da crucificação no Império Romano, contexto histórico no qual Cristo foi crucificado. Daniel Soares Veiga,

A crucificação era uma das formas mais horrendas e repulsivas de se morrer. Ela dramatizava os princípios mais fundamentais do autoritarismo do poder romano: a degradação física e a destruição psicológica do indivíduo crucificado. Constituíam-se na exibição mais extrema da brutalidade da repressão romana a qualquer um que ousasse desafiar sua dominação. (...) Os romanos viam as crucificações não apenas como uma “violação ao corpo”, mas também como um “ritual de degradação”. As mortes dolorosas, que envolviam um sofrimento excruciante para o condenado supliciado, manifestavam-se pela desfiguração, desmembramento, esmagamento e perfuração do corpo humano; tudo coreografado no intuito de exibir e encenar publicamente o estado corporal e socialmente deteriorado da vítima. (...) A violência da cruz excedia a punição física, culminando na aniquilação simbólica, com a destruição da carne da vítima expressando a capacidade romana de suprimir toda a ameaça à sua soberania estatal⁴⁰.

⁴⁰ VEIGA, D. S. Invertendo o jogo: a crucificação de Jesus como arma para desqualificar a divindade do imperador segundo o evangelho de João. Revista Jesus Histórico, v. 12, p. 81-99, 2014. Disponível em: <http://www.revistajesushistorico.ifcs.ufrj.br/arquivos12/6danielveiga.pdf>. Acessado em: 13 de junho de 2016.

A primeira das matérias da edição nº 12 sobre mulheres lésbicas, intitulada “*Nós também estamos aí*”, traz falas significativas que permitem problematizar a homossexualidade feminina a partir de suas múltiplas dimensões: identidade gênero, orientação sexual, raça e classe. “A repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais? (LAMPPIÃO DA ESQUINA, Edição nº 12, 1979, p. 07)”. A utilização da interseccionalidade, como lente que possibilita ler essas várias dimensões citadas, amplia as discussões sobre a opressão vivida por essas mulheres. Amplamente utilizada nos dias atuais, a própria história da origem desse conceito de interseccionalidade reforça o seu valor nas análises sociais. Helena Hirata afirma que,

embora o uso do termo a ponto de se tornar *hit concept*, como denomina Elsa Dorlin (2012), e o franco sucesso alcançado por ele datem da segunda metade dos anos 2000, pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como *Black Feminism* (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo (HIRATA, 2014).⁴¹

Extremamente politizada e sob uma ótica feminista, essa matéria reivindica que as mulheres possam escrever suas próprias histórias, sobretudo, do ponto de vista da homossexualidade, algo pioneiro para o Brasil da época. É dentro dessa perspectiva que o Lampião da Esquina, a partir de suas vozes lésbicas, abre espaço para veicular o posicionamento dessas mulheres, as opressões sofridas, a maneira como elas são compreendidas/idealizadas e, sobretudo, o tipo de tratamento recebido no dia-a-dia. É importante ressaltar que essa postura política e intelectual tem um valor imensurável para o período e para própria história do Lampião, por se tratar das próprias vozes lésbicas reivindicando suas próprias demandas.

Dentro da mesma linha, a matéria intitulada “*Não somos anormais*” expõe as desigualdades sexuais e de gênero nas relações entre homens e mulheres lésbicas e as mulheres em geral. Critica o machismo dos homens que consideram que o órgão sexual masculino seria o suficiente para resolver seus problemas de sexualidade.

É mais ou menos óbvio que as pessoas consideram em geral as mulheres homossexuais unicamente em função de sua vida sexual. E a primeira pergunta que surge é sempre: “Mas o que duas mulheres podem fazer na cama”? Equivale a dizer: “Como elas podem fazer alguma coisa, se lhes falta um elemento essencial”? É engraçado como o sexo entre mulheres é invariavelmente conduzido para o único elemento que não tem nada a ver –

⁴¹ HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, Brasil*, v. 26, n. 1, p. 61-73, junho de 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>. Acessado em: 20 de junho de 2016.

um apêndice masculino, o pênis. Não é por outra razão que muitos homens, com um gesto vulgar, segurando seus órgãos sexuais como um pacote manifestam frequentemente: “Elas estão precisando é disso” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, Ed. 12, 1979, p. 8).

O discurso falocêntrico, bem como o da histeria, desordem psíquica específica das mulheres, deslegitimam o poder político feminino e lésbico. O universo masculino heteronormativo vincula a infelicidade das mulheres, e principalmente das mulheres lésbicas, à falta de um pênis. Dessa forma, atentam sobre a existência das lésbicas ou de mulheres heterossexuais, que por diversas razões, não se relacionam com homens.

Outra concepção que fundamenta o preconceito e violência contra as mulheres homossexuais no período é a reprodução, pois, na sociedade heteronormativa um dos papéis preponderantes da mulher é gerar filhos. Nesse sentido as lésbicas representam um modelo de anormalidade. A partir dessas páginas do Lampião escrita pelas próprias mulheres algumas questões têm sido problematizadas/criticadas. Essa questão aponta para a importância do discurso feminista no questionamento da sociedade machista/heteronormativa, dos comportamentos violentos e da assimetria de gênero presentes nas estrutura social.

Não é. Aliás, de machos não precisam nem mesmo as mulheres heterossexuais, que abominam cada vez mais os companheiros brutos e mandões. Mas é preciso admitir que, até recentemente, sexo não era sinônimo de experiência sensual emocional, manifestação de prazer. Guardadas para os filmes e os romances, essas dimensões da vida humana não eram admitidas no cotidiano: sexo devia servir para fazer filhos. E já que a reprodução exige um pênis, nada mais simples do que achar que toda relação sexual não podia passar sem esse apêndice (*Ibidem*).

As teorias feministas propõem novos modelos de se exercer a sexualidade para além da reprodução. Essas discussões trazidas pelo Lampião nessa edição é concomitante às transformações nas ideais feministas.

“Nos anos 1970, uma parte das teóricas feministas fez exatamente isso, propondo uma distinção nítida entre “sexo” e “gênero”. O sexo era o fato biológico, a diferença entre o macho e a fêmea do animal humano. O gênero era um fato social, a diferença entre papéis masculinos e femininos, ou entre a personalidade de homens e mulheres [...] As restrições da diferença biológica ficaram confinadas ao campo da própria biologia. Um reino mais amplo da vida social (‘cultura’, ‘papéis’ etc) permaneceu, um reino de liberdade, em que indivíduos e sociedades poderiam escolher os padrões de gênero que quisessem (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 98)”.

Sem dúvida, de todos os discursos que atentam contra homossexuais, o do pecado, o da reprodução da espécie humana e o da moral conservadora e dos bons costumes são recorrentes no período, apesar dos avanços comportamentais sobre a sexualidade já presentes na sociedade brasileira de 1979, contexto histórico no qual essa edição do jornal foi produzida.

Dá pra ver que a atitude diante do sexo entre homens e mulheres se modificou. Mas quase nada mudou em relação à homossexualidade. Apesar da controvérsia existente entre médicos, pesquisadores e psiquiatras sobre se a homossexualidade é ou não uma doença psicológica, a maioria das pessoas continua achando que é doença, é anormal, é pecado, uma tremenda imoralidade (1979, p. 08).

O tom político no que se refere às mulheres homossexuais continua nas matérias seguintes – “*Então, por que tanta repressão?*” –, essa possibilidade de falar abertamente sobre a necessidade de direitos homossexuais e denunciar a repressão social e do Estado, é algo que parece simples nas democracias, porém, extremamente perigoso para as coletividades LGBT que vivem sob um regime de exceção. O *Lampião* por ser um canal composto por vozes homossexuais contribui de maneira imensurável para que essas coletividades problematizem, inclusive, as diferenças identitárias no interior das homossexualidades:

É mais fácil ser lésbica do que ser bicha⁴², diz muita gente, porque mulheres podem se dar as mãos na rua, até andar de braço dado; porque as famílias permitem que as meninas durmam com as amiguinhas, enquanto isso é proibido aos meninos. A expressão da homossexualidade, entretanto, é sempre difícil. Mas parece evidente que os homossexuais já conquistaram mais amplos espaços do que as mulheres homossexuais. Pelo menos espaços públicos. Está aí o *Lampião*, que não nos deixa mentir: só depois de um ano de batalha, à exceção de algumas cartas, as mulheres homossexuais começam a aparecer. Repressão é repressão, tem várias formas de se manifestar e é sentida diferentemente pelas pessoas (LAMPPIÃO DA ESQUINA, Ed. 12, 1979, p. 9).

Essa matéria traz dois depoimentos de alunas da Universidade de São Paulo (USP) que relatam suas vivências homossexuais, desde a construção afetiva da homossexualidade, até a experiência com a opressão. Sobre essa última, é importante que se destaque as violências sofridas por essas mulheres por não se enquadrarem aos modelos impostos a elas. A experiência da discriminação não é apenas individual, é estrutural (Estado, família, sociedade, etc.). Nesse sentido, o depoimento dado por M. (26 anos de idade) secretária e estudante da Universidade de São Paulo discorre sobre a violência que sofreu por parte de sua família, Estado e pela escola.

Além das repressões morais sofridas, houve vários ataques físicos: minha mãe tentou me enforcar e só não conseguiu porque não teve força suficiente nas mãos; meu pai chegou a colocar uma faca na minha garganta, durante uma discussão que tivemos, apanhei muito, até ficar com o rosto todo machucado. Quando eu quis ir embora de casa, minha mãe me levou presa, alegando para o delegado que eu ia levar uma menor de idade junto comigo: eu tinha feito 18 anos e a Miriam tinha 16. Fomos também expulsas da escola onde fazíamos o 1º colegial (1979, p. 09).

⁴² O título desse capítulo foi retirado desse trecho – “É mais fácil ser lésbica do que ser bicha” –, sobretudo, porque remete a luta, desconstrução e resistência.

O depoimento de M. aponta para o funcionamento de vários mecanismos de opressão presentes nas estruturas sociais, desde a violência física permitida, principalmente com as mulheres, até a utilização do Estado por meio da força policial, questão que deixa bem claro como o universo simbólico marginal está presente na homossexualidade durante esse período. Quando me refiro à violência permitida, principalmente nas relações familiares, me refiro à objetificação das mulheres, que são tratadas cotidianamente como propriedades dos homens chefes de família dentro de um período de longa duração, já que a dominação da mulher é historicamente comprovada.

A história de T., 22 anos, também aluna da USP, compreende outros tipos de opressão recorrente na vida de homossexuais. Sua história de vida, segundo seu depoimento ao Lampião da Esquina, sempre foi repleta de violência doméstica, alcançando desde a questão econômica, até tarefas relacionadas aos serviços de casa e tratamentos psiquiátricos. É curioso que no caso específico de T. a violência baseada na intolerância à homossexualidade só aparece depois, a partir do momento em que sua orientação sexual passa a ser visível.

Eu sempre apanhava quando era criança. Quando estava no primário. No Ginásio, continuei apanhando. Foi quando me apaixonei que percebi a diferença: antes, apanhava para não fazer serviço de casa, porque era estabuada, porque brigava na escola; depois, porque queriam que fizesse serviço de casa, saísse com as meninas, fosse a bailes (1979, p. 10).

A partir das considerações do psiquiatra de T. a família descobre que ela é homossexual e assim começa a sua culpabilização, a patologização dos seus desejos e a necessidade de medicalização para inibir seus impulsos sexuais. A orientação dada pelo seu psiquiatra, segundo suas próprias palavras, reforçava que ser homossexual implicava em “sofrer muito, ficar como eu estava, não ter segurança, não ter amor estável, porque tudo estava contra, ia ser sempre horrível (1979, p. 10)”. Nesse sentido, o psiquiatra buscou nos próprios medos e assombros que atormentavam T. os meios necessários para que a mesma repudiasse a sua condição sexual.

A condição na qual a estudante foi submetida nos remete a teoria de Foucault sobre Panóptico. O discurso médico nesse caso específico ao ser introduzido na vida de uma pessoa frágil e sob cuidados psiquiátricos, assume proporções muito parecidas com a regulação vivenciadas nas cadeias, ou até mesmo nas religiões, onde a pessoa se sente o tempo todo vigiada/observada por algo invisível, mas que a acompanha em cada passo, a fim de regular seu comportamento, pensamento, sentimentos e desejos.

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento

automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT, 2012, p. 191).

Historicamente, a psiquiatria era considerada um saber de cura da homossexualidade, da mesma forma que os sanatórios eram lugares para se depositar pessoas indesejadas socialmente, os homossexuais estão entre essas pessoas. Os depoimentos das estudantes da USP – M. e T. chamam a atenção para aspectos centrais na vida de mulheres homossexuais: violência, silêncio e invisibilidade. Segundo Cassal, “mais do que indivíduos considerados transgressores, grupos inteiros são chacinados; ora pela eliminação dos corpos pulsantes, ora pelo genocídio do silêncio e da invisibilidade (CASSAL, 2013, p. 33)⁴³”.

A última matéria analisada dessa edição, “*Só queremos ser entendidas*”, discute o surgimento/organização dos movimentos homossexuais na Europa e Estados Unidos, bem como algumas diferenças com relação ao Brasil, como sublinha Câmara:

Esses movimentos diferiram dos Estados Unidos e da Europa, em parte porque, em contraposição a esses países, a homossexualidade nunca foi um crime no Brasil. Enquanto os movimentos dos EUA e da Europa tiveram como meta primeira a “descriminalização” da homossexualidade, os movimentos no Brasil tiveram que lutar contra um preconceito relativamente difuso e escorregadio (*apud* FRY, 2002, p. 18).

Com relação aos movimentos de mulheres homossexuais, o texto dessa matéria pondera que, mesmo os Estados Unidos, com movimentos políticos bem mais ativos que o Brasil, apesar do significativo número de lésbicas, não existiam pesquisas sobre a história dessas mulheres. E isso chama a atenção para a invisibilidade das homossexualidades em outros países:

Calcula-se que há cerca de 10 milhões de mulheres homossexuais nesse país. Mas essas mulheres invisíveis, suas vidas e suas atitudes diante da vida continuam desconhecidas. Elas vivem na clandestinidade. Não são doentes, nem prostitutas, nem frequentadoras de bares entendidos, nem membros de clubes ou associações de lésbicas. E não figuram nas pesquisas médicas ou sociológicas (LAMPIÃO DA ESQUINA, edição nº 12, 1979, p. 11).

É dentro dessa perspectiva de fornecer informações sobre as lésbicas no Brasil, que essa edição é publicada. A reportagem desconstrói a ideia de que elas vivem em “relações entre mulheres como sólidos exemplos de felicidade perfeita”, ou que são “pecadoras sem perdão,

⁴³ O trecho foi extraído do seguinte artigo: Cassal, Luan Carpes Barros. "Homofobia e cidade: um ensaio sobre lâmpadas, segurança e medo." *Revista Polis e Psique*. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/42294> . Acessado em abril de 2016.

criminosas que merecem cadeias, doentes que precisam ser curadas”. O Lampião da Esquina problematiza os clichês sobre as lésbicas, mas ao mesmo tempo, sublinha a necessidade de pensar as diferenças no interior da categoria lésbicas, pois essas mulheres não podem ser vistas como um grupo homogêneo, enclausuradas em um modelo único de vivência identitária e sexual.

Essa diferença se dá em diversos níveis, tanto no tempo (historicamente falando), quanto no interior do próprio movimento, devido ao seu perfil plural. Com relação à questão histórica, Antônio Carlos Lima da Conceição⁴⁴, afirma que,

Os estudos feministas, até os anos 70, tinham como objeto central “a mulher” no singular. Os trabalhos produzidos neste período tinham a preocupação em explicar as causas da opressão feminina, da subordinação da mulher na história do patriarcado. [...] A partir de meados dos anos 70 há uma mudança de enfoque: de mulher para mulheres. Nesse período, destacamos o artigo de Gayle Rubin (1975) – O Tráfico de mulheres, onde ela teoriza sobre o sistema “sexo/gênero”. O feminismo tinha ainda neste período um problema teórico metodológico, não tinha um objeto formal que desse conta dos fenômenos observados. Nos fins dos anos 70, o conceito de gênero é elaborado e conceituado como a construção social das identidades sexuais e como objeto dos estudos feministas. A utilização do gênero altera o enfoque nas discussões, pois se inaugura uma nova problemática no campo feminista (CONCEIÇÃO, 2009, p. 740).

Antônio Carlos afirma ainda que,

A dinâmica do movimento feminista foi marcada por debates em torno da causa principal da opressão feminina. Seria o patriarcado? O capitalismo? Patriarcado capitalista? Capitalismo patriarcal? Ainda nos anos 70 o campo vivenciou sínteses que tentaram unir patriarcado com capitalismo, feminismo com o marxismo, ou seja, amplos debates sobre sexo e classe. Neste contexto, podemos identificar historicamente as seguintes tendências no movimento feminista: feminismo liberal, socialista e radical, as diversas abordagens estavam no mesmo plano epistemológico. Tinham-se respostas distintas, apesar das perguntas serem as mesmas e de se buscar a resposta na causalidade social. (2009, p. 741-742)

Essas questões apresentadas sobre o feminismo permitem melhor compreensão sobre as dinâmicas que compõem as lutas das mulheres, as múltiplas faces do próprio movimento e seus tensionamentos. Os fatores “sexo e gênero” representam um divisor de águas nas políticas tantos para mulheres heterossexuais quanto para as lutas da comunidade LGBT, pois a partir daí, as diferenças dentro do próprio movimento feminista são cada vez mais acentuadas, da

⁴⁴ CONCEIÇÃO, Antônio C. L. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – RBSE, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009. Disponível em: http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf. Acessado em: 26 de junho de 2016.

mesma forma que demandas de outras coletividades passam a compartilhar das mesmas pautas de luta.

A presença mais efetiva das mulheres lésbicas na edição nº 12 do Lampião da Esquina aponta claramente que existe um esforço por parte do jornal em se pensar sexo/gênero/raça/classe, como foi mostrado nas análises em que envolviam a interseccionalidade. O periódico também apresenta sensibilidade com relação às questões voltadas a opressão feminina antes mesmo da participação das mulheres lésbicas na construção de suas matérias.

O período que corresponde os anos de 1970 e 1980 é muito importante para as mulheres homossexuais no tocante às políticas que buscam igualdade e respeito. Nessa direção, essas demandas alcançam as páginas do Lampião evidenciando as divergências no Somos; a visão da esquerda mais ortodoxa que considerava suas lutas como “menores” – falta de reconhecimento – e sem fundamento; e a falta de reconhecimento por parte da sociedade com a legitimidade das homossexualidades, entre outras. A fala das mulheres lésbicas no Lampião, exprimem exatamente os anseios feministas e estratégias de superação aos entraves encontrados pelo movimento.

Outra instância de participação do G.A.L.F. são os debates, congressos, passeatas, enfim, atividades externas cujo público não é necessariamente homossexual, mas onde testamos atuar em conjunto com outros grupos estigmatizados. Lembramos também que, com nossa saída do Somos/SP, trocamos de nome em vez de Grupo de Atuação Lésbico-Feminista, somos agora Grupo de Ação Lésbica-Feminista (tudo no feminino) (LAMPIÃO DA ESQUINA, Ed. 27, 1980, p. 5)

Essa questão será aprofundada posteriormente, porém, vale ressaltar que, questões sensíveis são colocadas, apontando abertura maior para o diálogo com outras coletividades estigmatizadas, o empoderamento das mulheres, bem como, maior autonomia política a partir do grupo homossexual que se inicia – G.A.L.F (Grupo de Atuação Lésbico-Feminista) – e que tem como precursoras Míriam Martinho e Rosely Roth, entre outras.

Essa série de matérias veiculadas no Lampião da Esquina em sua edição nº 12, tem uma lógica narrativa na abordagem da homossexualidade feminina e do movimentos de lésbicas organizado, que apresenta, por temas, as demandas principais desse grupo, *visibilidade, empatia, respeito e reconhecimento*, como evidenciado nos tópicos das reportagens: “Nós também estamos aí”; “Não somos anormais”; “Então, por que tanta repressão?”; “Só queremos ser entendidas”.

A edição nº 13 de junho de 1979 – *Ninuccia é acusada de homicídio, mas só provam que ela é lésbica* – traz uma daquelas histórias de amor entre homossexuais que termina com

um assassinato de uma das parceiras e no qual o julgamento da suspeita é permeado por referências a sua homossexualidade como argumento suficiente para sustentar uma acusação/condenação. Ninuccia Bianchi (29 anos) foi acusada de ter empurrado sua companheira Vânia da Silva Batista do apartamento em que viviam apesar de não existir evidências de que ela teria cometido tal crime.

Figura 17 – Reportagem – Ninuccia Bianchi – Edição nº 12



Fonte: Lâmpião da Esquina – Mai/1979

Segundo a reportagem, a homossexualidade de Ninuccia foi central nos discursos da acusação por meio do uso de termos como “pervertida”, “anormal” e “doente”, para construir a ré como uma potencial assassina. Esse é um daqueles casos de lesbofobia e que interfere diretamente na vida social das mulheres. De acordo com o Relatório da CNV, a homofobia, durante a ditadura militar,

esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família. (Relatório, volume II, textos temáticos, dezembro de 2014, p. 299).

A acusação também tentou demonstrar que Ninuccia era o “homem” da relação ao contrário da sua companheira que já foi Miss Jacarepaguá. Essa visão equivocada de que na relação lésbica existe sempre uma que faz o papel de “homem” e a outra “o de mulher”, orientou

também os argumentos da acusação para reforçar que Vânia queria retornar seu relacionamento com um rapaz e por isso foi assassinada por Ninuccia.

Como já foi dito, é muito recorrente falar sobre relações homossexuais por meio parâmetros heterossexuais, da mesma forma que nesse período é comum que a orientação sexual seja vista como o gênero. Esse tipo de visão sobre homossexuais faz com que a dinâmica do preconceito seja bem mais eficaz na hora se colocar contra a comunidade LGBT. O caso Ninuccia, traz exatamente o resultado desses equívocos.

O desfecho do caso Ninuccia é matéria da edição nº 27 de agosto de 1980, *Ninuccia Bianchi, depois da absolvição*. Ela foi declarada inocente pela maioria dos componentes do júri, sete votos contra cinco. No entanto, Ninuccia sofreu durante o processo inúmeras humilhações públicas, inclusive da imprensa como a de um jornal carioca que trazia a seguinte manchete: “Absolvido o amor entre mulheres”. Ela teve sua intimidade e sua vida expostas de forma cruel. Sobre essa experiência, Ninuccia assevera:

O banco dos réus é uma experiência amarga, não só para inocentes, como para culpados, pois ali começa e expiação, ante o público, de um fato muitas vezes não praticado por quem nele se senta. [...] o desnudamento cruel da minha privacidade tornou-me profundamente triste: mas, por outro lado deu-me o alento que eu precisava para lutar para provar minha inocência (edição 27, gosto/1980, p. 06).

Atualmente, a agressões sofridas por Ninuccia Bianchi e tantas outras lésbicas durante a ditadura militar é denominada *lesbofobia*:

Assim como existe uma homofobia geral, existem formas específicas de hostilidade contra as diversas orientações sexuais e expressões de gênero. No caso da lesbofobia, trata-se de uma forma de discriminação dupla, que articula a intolerância da orientação sexual à subordinação de gênero. É produzido, de um lado, um efeito social de invisibilidade e negação de uma voz própria. É por isso que as feministas são frequentemente acusadas de violentar a “natureza mansa” da feminilidade. Ao mesmo tempo, é exercida uma violência específica, associada à lesbianidade (GDE, 2009, p. 153).⁴⁵

Como relação à citação acima sobre a “discriminação dupla”, temos claramente um exemplo da forma como os dilemas de opressão se intersectam. Esses dilemas de subordinação que atravessam/cruzam a vida de mulheres lésbicas, potencializando vários tipos de violência, existem porque as questões de gênero sempre estão interagindo com o funcionamento da vida

⁴⁵ GDE – Gênero e Diversidade na Escola é um curso de Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Esse material pode ser acessado no seguinte endereço: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf . Acessado em maio de 2016.

social, seja em relação à classe, raça, orientação sexual entre outras questões, transformando a luta feminista em uma luta que se dá em várias frentes.

Ainda na edição nº 13, o *Lampião da Esquina* traz uma matéria intitulada “*Viva São Paulo: um roteiro para mulheres*”, sobre os locais de sociabilidade homossexual para mulheres (especificamente bares paulistas). O tema da violência nessa matéria está nos motivos que levam mulheres lésbicas a frequentarem bares entendidos (bares para homossexuais) nas noites das grandes cidades. O jornal apresenta seis bares homossexuais: Cachação, Anjo’s, J.B. Drinks, Ferros Bar, Dinossaurus e Último Tango. Para cada um deles foi entrevistada uma frequentadora.

Todas as entrevistadas afirmam como principal motivo para irem a esses bares, o fato de se sentirem protegidas da homofobia, inclusive na hora de vivenciarem a sua sexualidade por meio de namoro, afetividade e comportamento mais despojado, mesmo se tratando de lugares que ainda não ofereçam as melhores estruturas para receberem esse público. Aqui podemos problematizar a importância que esses lugares de sociabilidade homossexual tiveram na vida dessa comunidade.

As áreas de interação homossexual são fundamentais para o exercício das liberdades, sobretudo, as liberdades que não são permitidas no cotidiano dessas categorias. Para além de lugares físicos, é importante trazer a essa discussão a importância de se pensar em espaços como construções subjetivas. Quando me refiro ao espaço, me refiro à definição utilizada por Michel de Certeau, que denomina “lugares” partindo de uma definição geográfica e estável, enquanto o “espaço” é denominado a partir da interferência de algum segmento, ou seja, o espaço nesse sentido está ligado à transformação e ao movimento.

Pensar o universo relacionado à comunidade LGBT, é dirigir-se às identidades construídas a partir da diferença, em meio a exclusão e preconceitos, tendo em vista que essas sexualidades consideradas dissidentes, também estão imersas no binarismo de um sistema classificatório que divide a sociedade em “nós/eles” ou “eu/outros” (WOODWARD, 2012, p. 40). Essa diferença é fundamental para o reconhecimento do sistema cultural homossexual no qual esses grupos estão inseridos, sobretudo, porque esse sistema apresenta determinada estrutura que o diferencia dos outros sistemas, ao mesmo tempo em que atende os membros de seu grupo.

A forma como se comunicam, se vestem, os locais de sociabilidade e a maneira na qual interagem com seus pares, representam parte importante da estrutura do sistema cultural gay, ao mesmo tempo em que são fatores importantes para existência histórica do mesmo, sem esses elementos seria praticamente impossível suportar o peso que o binarismo impõe através

da heteronormatividade e heterossexualidade, ambas compulsórias. Ao se referir às transformações sofridas pela sociedade a partir da década de 60, James Green traz alguns dos elementos referentes a esse sistema cultural, bem como seu aspecto transformador:

Nesses 25 anos, houve também alterações significativas na composição e no desenvolvimento das subculturas homossexuais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Novas noções de identidades sexuais e de gênero surgiram, colocando em xeque a polaridade entre homens “verdadeiros” e bichas-afeminados. As opções da vida noturna ampliaram-se e bares exclusivamente para gays foram inaugurados. Os homossexuais passaram a ocupar novas áreas as maiores cidades Brasileiras. Os fã-clubes dos cantores de rádio constituíram outro meio para criar uma comunidade e integrar os homens nessa subcultura em ebulição. [...] Apesar da oposição de certos machões, que tentaram afastar os bichas das praias, uma faixa de Copacabana tornou-se território homossexual (GREEN, 2000, p. 253).

Os elementos listados por Green apontam para a força desse sistema cultural gay em três níveis. Primeiro: nos aspectos transformadores do próprio grupo que vão se consolidando cada vez mais no passar do tempo. Segundo: no empoderamento que se conecta às transformações ocorridas em outros sistemas a partir da presença da comunidade LGBT, como é apresentado na relação estabelecida com a cidade (lugares de sociabilidade, comércio e serviços, vida noturna e territórios). Por último: na resistência imposta pelos padrões.

Dessa forma, os espaços de sociabilidade frequentados por mulheres lésbicas são espaços em transformação, em que o acolhimento, as relação interpessoais, e os anseios referentes ao grupo, se realizam. Talvez aí, esteja a importância inicial do gueto homossexual, que posteriormente precisa ser superado (mas precisa existir), para que as vivências das homossexualidades se deem em espaços antes proibidos.

Um ponto interessante da reportagem foi a fala de Teka, frequentadora do bar Cachação, que afirma que um bar ideal para mulheres lésbicas não deve ser frequentado por “homens de bigode”. Fica claro no discurso de Teka o perigo que os “homens de bigode” – uma referência aos heterossexuais – representam para mulheres homossexuais, principalmente por conta do fetiche que esses sujeitos desenvolvem em querer “transar” com duas mulheres.

É importante ressaltar que tais fetiches, embora sejam vistos como meras fantasias, fazem parte da estrutura heteronormativa da sociedade, e, portanto, representam violência direta às mulheres, assimetria de poder, como se o desejo do homem fosse legítimo e incontestável em relação ao desejo da mulher, especificamente aqui, a mulher lésbica. É importante ressaltar que muitas vezes esse desejo incontido por parte dos homens heterossexuais, resultam em

estupros corretivos. Sobre esse poder masculino ou poder dos homens Adrienne Rich traz as seguintes questões⁴⁶:

[..] forçá-las [à sexualidade masculina] – [por meio de estupro (inclusive o estupro marital) e agressão da esposa; do incesto pai-filha, irmão-irmã; da socialização das mulheres para que elas sintam que a “pulsão” sexual masculina consiste em um direito ; da idealização do romance heterossexual na arte, na literatura, na mídia, na propaganda etc.; do casamento infantil; do casamento arranjado; da prostituição; do harém; das doutrinas psicanalíticas da frigidez e do orgasmo vaginal; das descrições pornográficas das mulheres a responder com prazer à violência sexual e à humilhação (em que a mensagem subliminar seria que o sadismo heterossexual é mais “normal” do que a sexualidade das mulheres)](GOUGH *apud* RICH, 2010, p. 23).⁴⁷

Se por um lado, temos essa matéria do *Lampião* que demonstra a importância dos locais de sociabilidade homossexual para suas frequentadoras, por outro fontes históricas evidenciam a forma violenta com que o Estado lidou com esses espaços. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade,

as lésbicas também foram alvos das ações repressivas do Estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares. O jornal *Lampião da Esquina* chegou a publicar informações sobre as operações do delegado Richetti nos bares Ferros, Bixiguinha e Cachação. A chamada Operação Sapatão, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento: “você é sapatão”. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas (Relatório, volume II, textos temáticos, dezembro de 2014, p. 299).

Todas essas discussões sobre violência, luta contra o machismo, reconhecimento, representatividade, não à cultura da discriminação homossexual, entre tantas outras discussões, culminaram na participação e construção de um movimento político organizado por parte das mulheres lésbicas. As questões que serão apresentadas a seguir descrevem como o movimento político de lésbicas nasceu durante o período da ditadura no Brasil.

2.2 – A luta política das mulheres lésbicas

Apesar de o primeiro grande grupo organizado na luta pelos direitos homossexuais, o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, ter sido formado na sua maioria por gays, ele tem

⁴⁶A reflexão de cada uma de suas categorias escritas por Gough, foram feitas por Adrienne Rich e foram colocadas entre colchetes.

⁴⁷ RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Alexandre/Downloads/2309-6424-1-PB.pdf>. Acessado em 21/06/2016.

importância na trajetória do movimento lésbico no Brasil. O Grupo Somos de Afirmação Homossexual surgiu em maio de 1978 como Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais e objetivava ampliar a consciência individual sobre a homossexualidade, bem como a inserção social dos homossexuais. O grupo criou o Clube de Cinema Somos, publicou o boletim O Corpo e sediou a formação do grupo lésbico Ação Lésbico-Feminista (GALF).

O Somos também teve importância por propor discussões, consideradas raras durante o regime militar, acerca da pluralidade sexual. Além de criar um espaço específico para as demandas dos homossexuais e permitir que fosse um lugar de escuta, acolhimento e liberdade dessas pessoas, homossexuais podiam contar com um tratamento diferente do tratamento violento e repressivo dispensado pelo Estado e pela sociedade da época.

O Somos foi referência para muitos outros grupos voltados à questão homossexual que se formaram no Brasil, como por exemplo, o Triângulo Rosa⁴⁸, importante representante do movimento homossexual Brasileiro a partir dos anos 1980. Durante esse período, pode-se contar com maior organização política da comunidade LGBT, sobretudo, por meio de um ativismo mais pragmático, com o objetivo de garantir direitos civis e ações contra discriminações e violência.

O movimento de lésbica, Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), sediado pelo Somos, se torna independente, por entender que a separação entre as lutas de gays e lésbicas era necessária, inclusive para intensificação da luta das mulheres. Sobre essa questão, o Lampião da Esquina traz essa fala do movimento:

[...] não cabíamos no Somos enquanto mulheres, já que, como explicado anteriormente em nossa carta, temos que nos organizar separadamente para entender às nossas especificidades, o que não era absolutamente o caso das bichas[...] Isso não significa, porém, que estamos fora do movimento ou que sejamos apenas um grupo feminista[...] Trouxemos para o movimento homossexual o cunho revolucionário do movimento feminista. [...] Enquanto estivemos ilhadas em um grupo masculino, nossas atenções foram repartidas em função do inimigo comum: o machismo. [...] se por um lado a autonomia nos deu maior liberdade de atuação e profundidade, por outro, também, aumentou a responsabilidade de nos reconhecermos e de convivermos com uma série de divergências nunca afloradas, por falta, inclusive, de um espaço específico (LAMPIÃO DA ESQUINA, Edição 27, 1980, p. 05).

As problematizações formuladas pelas feministas lésbicas contra a discriminação de gênero dentro do Somos, estão ligadas ao pensamento do movimento com relação às questões que evidenciam a importância de reconhecer o “eu político” do “eu biológico”, ou seja, “esse

⁴⁸ O grupo Triângulo Rosa foi fundado em 1985 no Rio de Janeiro e ocupou um lugar de destaque no movimento gay brasileiro.

tipo de perspectiva reforça a visão de que corpos são um aspecto separado de nossa subjetividade, causando fenômenos mentais e sociais (CONNELL; PEARSE, 2015, p 92)” e que esses corpos não devem ser submetidos às regras sociais de uma sociedade heteronormativa, sobretudo, por meio de discursos que tratam comportamentos como naturais.

Essas questões referente às mulheres aparecem a todo tempo nas matérias do Lampião da Esquina, em cada um dos depoimentos daquelas que sofrem algum tipo de violência, nas regras sociais defendidas pelo regime militar e no próprio senso comum onde mulheres são apresentadas como seres frágeis, submissas aos homens, e quando lésbicas, sob a pecha de doentes, anormais, criminosas e imorais. Tudo isso fez com que a participação das mulheres se tornasse cada vez mais intensa e mais representativa nos momentos de luta.

Em muitos momentos, as violências machistas e lesbofóbicas resultaram em uma resposta mais incisiva por partes das mulheres e isso pode ser percebido na diversidade histórica do próprio movimento feminista, que também é composto de uma vertente mais radical do que as vertentes apresentadas por essa pesquisa por meio do Lampião da Esquina. Segundo Gláucia Almeida e Maria Luiza Heilborn,

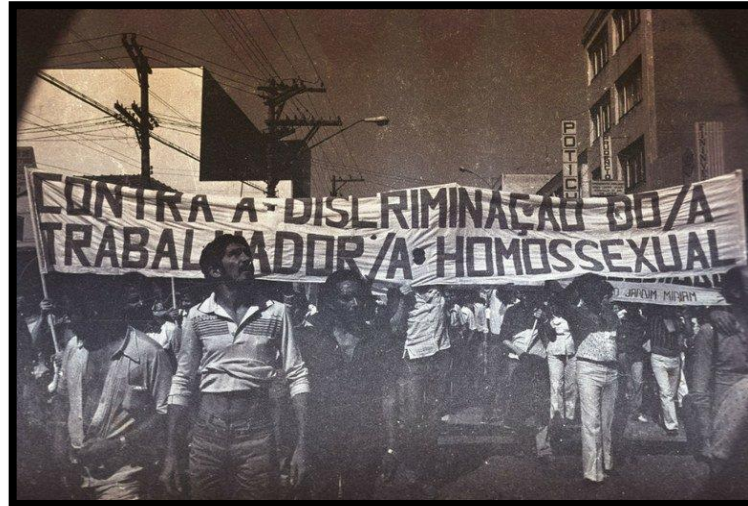
o lesbianismo separatista é teorizado desde 1973 nos Estados Unidos, por Jill Johnston, e possui expressões e conotações bastante diversas segundo os países. Em geral, significa a criação ou tomada de espaços físicos ou simbólicos unicamente por e para lésbicas. Tal posicionamento acarreta a criação de comunidades ou comunas em casas ocupadas, ou no campo, a organização de festivais de cinema ou de música, revistas, casas editoriais ou espaços de sociabilidade e de luta política. Da mesma forma como ocorre no feminismo, algumas separatistas beiram o essencialismo; outras direcionam-se para a “recuperação das deusas” e para uma busca de uma espiritualidade diferente, enquanto outras se dedicam à criação de grupos políticos. Em termos gerais, todas lutam pela (re)criação de uma cultura e de uma ética lésbicas (FALQUET *apud* ALMEIDA; HEILBORN, 2008, p. 228-229).⁴⁹

Houve também na separação do movimento lésbico do Somos um fator de ordem política que ajuda na compreensão desse rompimento e formação do Grupo de Ação Lésbica – Feminista. Segundo Marisa Fernandes, a ruptura com o Somos se deu após a participação das mulheres na passeata do Dia Primeiro de Maio de 1980, ocorrida em São Bernardo do Campo, que juntamente com outros homossexuais pertencentes ao Somos levantaram uma grande faixa

49 ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. Revista Gênero, v. 9, n. 1, 2012. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/102/78>. Acessado em: 21 de junho de 2016.

que tinha como mensagem a seguinte frase: “Contra a discriminação ao(à) trabalhador(a) homossexual” (FERNANDES, 2014, p. 141).

Figura 18 – Trabalhadores gays no 1º de maio de 1980



Fonte: Fernando Uchoa – Maio/1980

Figura 19 – Trabalhadores gays no 1º de maio de 1980



Fonte: Fernando Uchoa – Maio/1980

A participação de homossexuais na passeata foi considerada inadequada por uma parcela do grupo Somos, provocando assim um verdadeiro racha no movimento e debates intensos. Como nos lembra James Green sobre esse episódio,

No movimento gay, há um setor que não queria tentar diálogo com o movimento sindical, porque achava que seria uma experiência infeliz. E o outro, mesmo sem saber quais seriam os resultados, resolveu ir participar e levantar conceitos novos totalmente revolucionários para os anos 80: contra a discriminação do trabalhador homossexual, colocando a possibilidade de um

dia o sindicato defender o membro homossexual. Aquilo era impensável naquela época⁵⁰.

James Green também pondera que esses embates dentro do Somos estão ligados a uma certa concepção dos movimentos de esquerda formados entre 1964 e 1974, com suas origens no Partido Comunista ou em organizações que criticavam o Partido Comunista, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária - ORM-POLOP – tradicional, fundamentada nas assimetrias de gênero e preconceitos contra os homossexuais, em que “homens precisam ser machos e mulher frágil”. No entanto, para o historiador,

nos anos 1970 surgem novas organizações que rompem com o passado, como a Liga Operária, a Convergência Socialista e a Liberdade e Luta [Libelu]. Tais organizações tinham outras ideias, influências. Eles não eram tão rígidos e sua composição social era diferenciada. Era uma nova geração de jovens que entraram no movimento estudantil, que tinha fumado maconha, escutava rock and roll, não achava que Beatles eram agentes do imperialismo. Já no período da abertura, ainda havia partidos como o Partido Comunista, o MR8 e o PCdoB, que mantiveram uma linha muito controladora, muito rígida. Mas havia outros setores que questionavam esses valores, como o jornal “Em Tempo”, que aglutinava várias correntes da esquerda. Havia pessoas que estavam no exílio e que foram influenciadas pelas modificações dos novos movimentos sociais na França, na Europa como um todo e que voltaram com questionamentos. Essas brechas deram espaço para a abertura de diálogo na esquerda⁵¹.

Com o advento de um movimento homossexual organizado a homossexualidade passa a ocupar espaços mais politizados. Embora muitas vezes esse movimento tenha sido associado aos movimentos com tendência à esquerda, é importante reafirmar que ainda que se coloquem contra a ditadura militar, a homossexualidade e sua luta política é vista como causa menor. Se para os homossexuais masculinos havia empecilhos, com relação às mulheres, essas questões se apresentavam de forma mais difícil, pois era preciso romper com várias estruturas.

O Lâmpião da Esquina tem um papel importante na criação do grupo lésbico feminista, pois convidou integrantes lésbicas do Somos para escrever uma matéria sobre lesbianismo – essa afirmação parte de Míriam Martinho, uma das pioneiras no movimento homossexual brasileiro –, “[...] A partir daí, algumas militantes decidiram criar o Grupo Lésbico Feminista, responsável pela produção do primeiro jornal lésbico do Brasil, o informativo Chana com Chana, lançado em 1981(PÉRET, 2011, p. 75)”.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-ai-5-atrasou-por-anos-o-movimento-gay-no-brasil-5222.html>. Acessado em: 14 de junho de 2016.

Figura 20 – Chana com Chana Nº 11



Fonte: Chana com Chana Out/Jan 1986/1987

O dia 28 de junho é conhecido como o Dia de Luta, uma data para rememorar a fatídica madrugada de 1969 em que a polícia invadiu o bar *Stonewall Inn*, ponto de encontro de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e *drag queens* da região de *Greenwich Village*, em Nova York, agredindo, intimidando e prendendo parte de seus frequentadores. A edição nº 31 de agosto de 1980 do *Lampião da Esquina*, em seu caderno *Ativismo*, tratou do evento ocorrido na Faculdade Hélio Alonso – FACHA, situada no Rio de Janeiro, no mês de junho desse mesmo ano (1980). Muitas pessoas participaram do evento e discutiram questões importantes na luta das homossexualidades. Lígia Rodrigues ratifica as proximidades e semelhanças entre os movimentos gay e lésbico, sublinhando a reprodução:

A mulher e o homossexual têm uma luta muito próxima, na medida em que ambos possuem o direito de uma sexualidade que não leva necessariamente à reprodução, não bastando para elas, portanto, uma mudança na estrutura sócio-econômica, se não for mudada também a ideologia desta sociedade (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1980, p. 04).

Essa fala de Lígia Rodrigues coloca em evidência que o inimigo comum das mulheres (lésbicas ou não), gays, travestis, transexuais e bissexuais é a heterossexualidade compulsória. Butler utiliza a teoria defendida por Monique Wittig⁵² para explicar que as mulheres homossexuais desestabilizam a ordem binária: “a mulher, argumenta ela, só existe como termo

⁵² Monique Wittig foi uma escritora e teórica do feminismo francesa, cujo trabalho é voltado a superação da noção de gênero e o contrato heterossexual.

que estabiliza e consolida a relação binária e de oposição ao homem; e essa relação, diz ela, é a heterossexualidade (BUTLER, 2015, p. 196)”. Isso quer dizer que ao se afirmar mulher homossexual, ela deixa de existir dentro dessa relação binária que se opõe ao homem, ou seja “por meio da recusa dessas categorias, a lésbica (e os pronomes são aqui problemáticos) denuncia a constituição cultural contingente dessas categorias e a pressuposição tácita mas permanente da matriz heterossexual (*Ibidem*)”. Nesse sentido, Monique Wittig afirma que as lésbicas não podem ser consideradas mulheres fora da heteronormatividade/heterossexualidade compulsória.

A presença de mulheres lésbicas no movimento homossexual é muito significativa, principalmente quando o contexto é ditadura militar e o *Lampião da Esquina* sempre esteve em diálogo com os movimentos lésbicos, possibilitando espaços de fala, apesar do jornal apresentar menor quantitativo de matérias sobre as lésbicas. O fato do *Lampião da Esquina* abrir suas páginas a esse grupo de mulheres, colabora com a reflexão sobre a importância da força e influência das ideias feministas e feministas lésbicas, na desnaturalização dos papéis e identidades sexuais de gênero tidas como naturais e/ou biológicas.

CAPÍTULO 3

A RUA, UM TERRITÓRIO EM DISPUTA: TODOS CONTRA AS TRAVESTIS

Perdi-me do nome,/ Hoje podés chamar-me de tua,/ Dancei em palácios,/ Hoje danço na rua./ Vesti-me de sonhos,/ Hoje visto as bermas da estrada,/ De que serve voltar/ Quando se volta para o nada./ Eu não sei se um Anjo me chama,/ Eu não sei dos mil homens na cama/ E o céu não pode esperar./ Eu não sei se a noite me leva,/ Eu não ouço o meu grito na treva,/ O fim quer me buscar. (Pedro Abrunhosa)

Começo esse capítulo com uma reflexão de Yves Navarre sobre as homossexualidades, sobretudo, porque seu pensamento se encontra em consonância com a forma que essa pesquisa pensa as sexualidades e identidades humanas: “Há tantas homossexualidades, quanto homossexuais, assim como há tantas sexualidades quantos seres humanos (GIRARD *apud* LANCE, 2015, p. 235).”

Durante o período delimitado pela pesquisa (1978-1981), muitas discussões acerca das sexualidades foram pensadas de forma diferente das dos dias atuais, um exemplo é quando o Lampião da Esquina se refere às travestis e transexuais. Com relação a essas duas categorias, dois fatores referentes ao contexto histórico merecem ser elucidados. Um: a maneira como a transexualidade e a travestilidade eram entendidas durante o período, tendo em vista que ambas eram percebidas como orientação sexual. O outro: a proximidade existente entre ser travesti e ser transexual, tanto por parte do reconhecimento que vinha das outras pessoas, como do próprio entendimento sobre si – me refiro aqui à própria categoria – ou seja, a linha que separa travestis e transexuais é muito tênue, fazendo com que a diferença entre uma e outra se torne mínima.

É nesse sentido que a pluralidade defendida por Yves Navarre atravessa o mundo das travestis e pode ser identificada nas abordagens feitas pelo Lampião da Esquina que explora esse aspecto plural do mundo das travestis e transexuais, como a performatividade e condições estéticas; as situações de perigo, os enfrentamentos com a sociedade/Estado em relação à prostituição nos meios urbanos, resultando em ações policiais ocorridas em praças públicas, bares, boates, prostíbulos, ou qualquer outro lugar de sociabilização das travestis; os discursos médicos que explicam a transexualidade, geralmente voltados à realização de cirurgias de reparação e em outras tantas situações.

Com relação às transexuais – quando não confundidas com travestis – as abordagens na maioria das vezes envolvem questões políticas e discussões sobre procedimentos médicos

de reparação de gênero. Nesse sentido, o periódico apesar de voltado ao público gay, é plural e pode ser visto como um porta-voz das travestis e transexuais.

É muito importante se pensar o porquê travestis e transexuais durante a ditadura militar no Brasil, ao contrário dos gays e das lésbicas, não construíram um movimento organizado para defenderem suas demandas específicas capazes de fazer com que as vivências e experiências desses grupos fossem registradas ou colocadas como pauta importante, resultando na produção de documentos. Essa ausência de registros reforça os silenciamentos desses grupos na condição de sujeitos históricos e é como se essas categorias não tivessem existido para a história.

A história de travestis e transexuais durante a ditadura militar está repleta de lacunas que precisam ser preenchidas, resultantes da falta de organização política e das próprias estruturas sociais que historicamente inviabilizaram o empoderamento desses grupos, provocando com maior frequência, se comparado a outros grupos, dificuldades sociais, estigmatização e violência. Em outras palavras, as restrições aos direitos básicos de cidadania se agravam em relação a esses segmentos da comunidade LGBT – travestis e transexuais –, pois essas pessoas, ao construírem seus corpos no “feminino”, suas maneiras de ser, vestir, expressar-se e agir, que não passam despercebidas socialmente, acabam se sujeitando aos piores tratamentos, formas de desprezo e abusos.

A grande maioria das pesquisas sobre essas categorias, apontam que elas constituem as parcelas com maiores dificuldades de permanência na escola, de inserção no mercado de trabalho, compondo assim, os índices assustadores⁵³. Um fator importante precisa ser destacado: Ainda que não seja visibilizadas, as travestis não são uma invenção recente, sua presença na história do Brasil é bem anterior à ditadura militar e pode ser verificada em registros do período colonial. Ronaldo Vainfas cita o caso de Francisco Manicongo,

também conhecido como por Francisco Congo, escravo de um sapateiro na Bahia do século XVI. Francisco fora duas vezes denunciado, inclusive por um escravo dos jesuítas, “de usar o ofício de fêmea” nas relações que mantinha com outros negros. Travesti, recusava-se a usar “o vestido de homem que lhe dava seu senhor”, preferindo “trazer um pano cingido com as pontas por diante”, à maneira dos jimbandas do Congo, que, segundo o principal acusador, homem versado em costumes africanos, “era o traje utilizado pelos somítigos pacientes em terras guineenses e congolosas (2010, p. 218)”.

Vainfas também faz referência ao caso de Antônio, que durante a noite se tornava “negra Vitória” e era tomada por uma fúria quando chamada pelo seu nome masculino. Quando descoberto, foi condenado ao degredo perpétuo nas Galés Del Rei. O fato de não aceitar ser

⁵³<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>

chamada pelo seu nome masculino no momento em que estava montada, aponta para um perfil de uma pessoa que “assume” uma identidade em determinado momento, ao mesmo tempo em que defende o desejo de ser. Como diria René Girard: “Todo desejo é desejo de ser”. Esse desejo é que fez existir Negra Vitória.

A história de luta de Negra Vitória durante o período colonial brasileiro – período histórico que contava com a pena de morte para travestis –, está marcada pela sua identidade ligada ao universo feminino, expressado no uso da sua sexualidade e de suas vestimentas. Destaco aqui seus atos de resistência a partir de suas estratégias para manter-se caracterizada em trajes femininos, ao mesmo tempo em que resiste na preservação de sua africanidade. Isso reitera que as travestis, embora desprovidas de direito, reconhecimento social e sujeitas a todo tipo de violência, resistiram e sobreviveram nos séculos posteriores e são parte importante da História do Brasil.

3.1 Agora é a vez das bonecas: entre maquiagens, plumas, pau e porrada

A edição nº 04 de setembro de 1978 traz uma irreverente matéria sobre as travestis. A partir de uma sessão de fotos feita pelo fotógrafo Maurício Domingues, parte do *glamour* dessas meninas é apresentado. A matéria foi assinada por Rafaela Mambaba (uma mulher no Lampião?) e trazia comentários bem interessantes: “[...] além de ativa, a nossa rapaziada é criativíssima. Basta olhar. Com beijos, plumas e algum paetê (p.08).” A figura de Rafaela Mambaba era fictícia e foi criada para assinar matérias com comentários mais ferinos dentro do Lampião da Esquina. No caso específico dessa reportagem “ela” apresenta a travesti como figura ativa (no sentido mais “entendido” da palavra, ou seja, a pessoa que penetra) e sem desconsiderar a face masculina do vocábulo.

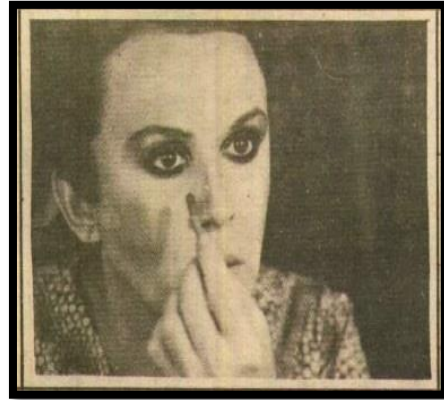
Essa edição apresenta a cobertura de um espetáculo intitulado “Mimosas”, no Teatro Brigitte Blair, em Copacabana. Embora os aspectos performáticos da apresentação se tornassem central na reportagem, a entrevista com a principal estrela do espetáculo, Geórgia Bengston apresenta algumas questões sobre a vivência da travestilidade durante a ditadura. O ator Jorge Alves de Sousa, “Geórgia Bengston” enquanto se montava para sua apresentação (as imagens abaixo representam parte desse processo de criação da personagem) narrou a exploração sofrida por travestis todas as noites em casas de espetáculo, que para faturar algum pouco dinheiro, tinham que fazer vários shows por noite, em vários lugares, ou seja, a exploração do trabalho fazia com que a mesma ficasse presa a tantas apresentações.

Figura 21 – Reportagem – Edição Nº 4



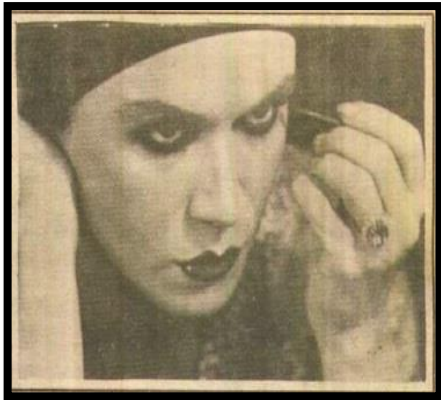
Fonte: Lampião da Esquina
Edição Nº 04 – Setembro de 1978

Figura 22 – Reportagem – Edição Nº 4



Fonte: Lampião da Esquina
Edição Nº 04 – Setembro de 1978

Figura 23 – Reportagem – Edição Nº 4



Fonte: Lampião da Esquina
Edição Nº 04 – Setembro de 1978

Figura 24 – Reportagem – Edição Nº 4



Fonte: Lampião da Esquina
Edição Nº 04 – Setembro de 1978

Nessa matéria percebe-se a diferença de atuação das travestis no teatro e nas boates, por isso, Jorge, a todo tempo se afirma como ator e não como uma travesti que trabalha em casas de espetáculos. Ao se reconhecer/apresentar como ator, Jorge de alguma forma se afasta do estigma da prostituição, como se fosse uma forma evidente de valorizar seu passe (usando uma linguagem do esporte). Atualmente as antigas transformistas seriam compreendidas, também, como *drag queens*. Em seu livro, Claudia Wonder traz uma explicação sobre o estigma da prostituição que recai sobre travestis e transexuais:

Nos anos 1980, durante três anos, fui vocalista da banda de rock Jardim das Delícias, formada por quatro músicos, todos héteros. Apesar de trabalharmos durante esse tempo juntos e eu nunca ter “cantado” nenhum deles, um dia fiquei sabendo que os moços acreditavam que nas horas vagas eu também “fazia” esquina. Infelizmente, assim como eles, muita gente pensa da mesma forma. Acredito que isso se deva ao fato de que, no Brasil, a parte mais visível do segmento trans esteja na rua se prostituindo. E, quando aparecem na mídia, envolvidas em escândalos e se mostrando de maneira depravada, isso também contribui decisivamente para a formação da imagem que a sociedade tem de

nós. Claro que a mídia ajuda a nos marginalizar como profissionais e a nos associar à vida fácil, porque justamente faz questão de mostrar apenas esse lado da moeda. (WONDER, 2008, p. 151-152).

Por outro lado, seu discurso reforça que travestis/transsexuais que não se prostituem, também, carregam certo preconceito em relação à prostituição, nesse caso específico isso pode ser percebido na fala de Cláudia quando se refere a mesma como “vida fácil”. De alguma forma essa fala tenta justificar o injustificável que diz respeito à prostituição. Em muitos momentos, o oprimido se apropria da fala do opressor, nesse caso específico, ainda atribui um valor moral sobre essas questões levantadas em relação às travestis e transsexuais.

Jorge também fala sobre seu posicionamento político com relação à cirurgia de transformação⁵⁴, que deve ser usada apenas nos casos de transexualidade. Isso mostra, que de alguma forma, a transexualidade também é discutida nesse período, ainda que por uma pequena parcela, a partir de uma visão politizada, como algo diferente de travestilidade.

É muito interessante as discussões levantadas/trazidas pelo Lampião da Esquina sobre transexualidade, porém, é importante ressaltar que durante o século XX a ideia da transexualidade ainda é uma incógnita a ser desvendada e isso está presente em várias teorias. Simone Ávila e Miriam Pillar Grossi, apresentam em seu artigo alguns trabalhos formulados acerca da transexualidade, sobre esses trabalhos, destaco dois, um de 1953 e outro de 1975.

Harry Benjamin, em 1953, parte da ideia de que o “sexo” é composto de vários sexos: o genético, o gonádico, o fenotípico, o psicológico e o jurídico, entendendo que o sexo cromossômico (genético) seria o responsável pela determinação do sexo e do gênero: “o transexual se sente uma mulher (...) e se sente atraído por outros homens. Isso faz dele um homossexual se seu sexo for diagnosticado de acordo com seu corpo. No entanto, ele se autodiagnostica segundo seu sexo psicológico feminino. Ele sente atração por um homem como heterossexual, ou seja, normal” (BENJAMIN, 2001, p.30 citado por BENTO, 2006, p. 151). Em 1975, Robert Stoller afirma que uma criança gostar de brincadeiras ou de se vestir com roupas de outro gênero seria indicativo de uma sexualidade “anormal”, sendo que a explicação para a transexualidade estaria “na relação da criança com sua mãe, que, ao invejar os homens e ter um desejo inconsciente de ser como eles, ficaria tão feliz com o nascimento do filho que transfere seu desejo para ele” (STOLLER citado por BENTO, 2006, p. 137). Importante destacar que STOLLER chega a duvidar de um diagnóstico de transexualidade se o indivíduo não tiver uma mãe como ele a caracterizou (BENTO, 2006) (ÁVILA; GROSSI, 2010, p. 2-3).⁵⁵

⁵⁴ A matéria utilizou termo transformação para se referir ao que se conhece hoje por Cirurgia de Redesignação Sexual (CRS), normatizada no Brasil pelo Ministério da Saúde em 1997.

⁵⁵ ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina. **Fazendo Gênero**, v. 9, 2010. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278255349_ARQUIVO_Maria.MariaJoao.Joao040721010.pdf. Acessado em 22/06/2016.

Sobre essa citação pode-se perceber que se tratam de dois pensamentos distintos na explicação da transexualidade. Esses teóricos foram trazidos por Berenice Bento e apresentam a transexualidade a partir de dois pontos. Harry Benjamin se apoia em sua estrutura biológica, enquanto Robert Stoller na Psicanálise (ÁVILA, GROSSI, 2010). Isso demonstra o quanto esse assunto ainda é uma questão aberta, por isso a dificuldade de entendimento, nesse sentido é importante ponderar com relação às falas que partem do Lampião, porque as mesmas fazem parte de um tempo e não representam resultado de um estudo científico, são vivências.

Jorge termina a matéria falando de direitos humanos, outro fator bem explorado nos dias atuais, dentro dessa perspectiva, é muito importante levar em consideração o que ele diz sobre os Direitos Humanos, sobretudo, por viver um momento em que as liberdades individuais estão todas canceladas no Brasil.

Trinta e seis anos, uma profissão noturna que lhe rende glórias e dissabores, e uma diurna, rotineira, mas que lhe dá dinheiro. Geórgia Bengston já vai entrar no palco, mas antes ainda tem uma coisa a dizer: “É que eu nem penso em morrer antes de ver esse tal de ‘Direitos Humanos’ devidamente aplicados (p.09)”.

Na maioria das vezes os discursos sobre transexualidade são acompanhados das falas relacionadas às cirurgias de mudança de sexo. Com relação à cirurgia de redesignação sexual, denominada no período da ditadura de reversão sexual, esse procedimento médico foi realizado no Brasil, pela primeira vez, em 1971, no Hospital Oswaldo Cruz, estado de São Paulo. Valdir Nogueira encontrou na cirurgia comandada pelo médico Roberto Farina a possibilidade de se realizar plenamente como Valdirene. Além do sucesso do procedimento, que em hipótese alguma causara algum prejuízo físico ao paciente, a cirurgia resolveu um problema recorrente em milhares de pessoas como no caso de Valdirene, possuir um corpo que não coincide com sua mente, ou seja, um corpo masculino que abriga uma mente que não se reconhece nele por ser uma mente feminina.

Mesmo tendo sido realizada em um hospital público, tal cirurgia não escapou do seu caráter ilegal e clandestino, tendo em vista as proibições de realizá-la, transformando-a assim, em uma luta judicial do Estado contra o médico. Valdirene defende o médico e esse tipo de cirurgia, ela ainda afirma ao juiz do caso, que o “doutor Farina ao fazer a operação, lhe deu uma nova vida”. Apesar do depoimento dela, outro argumento é apresentado pelo Estado, acusando o médico de “prática de lesões corporais de natureza”, levando à condenação Roberto Farina, cuja pena foi de dois anos de reclusão.

Esse caso foi tratado pelo Lampião da Esquina em sua edição nº 5 de outubro de 1978 na matéria “*Transexualismo: um julgamento moral*”. A escolha do título faz alusão às seguintes

questões: à postura da justiça que ignorou o sucesso da cirurgia; à necessidade de Valdirene de adequar seu sexo à sua identidade como uma questão vital; à avaliação do médico sobre a cirurgia como um direito; à condenação de Roberto Farina por concepções morais conservadoras e “legais”. O *Lampião* também critica a postura da imprensa tradicional na figura do jornal *O Estado de São Paulo*, que noticiou o caso como se a ação de Roberto Farina fosse danosa para a sociedade e ele, um profissional incompetente, que teria cometido um erro médico.

O programa do apresentador Flávio Cavalcanti levou também ao ar a história da condenação de Roberto Farina com um debate sobre o caso que teve a participação de José Edmilson da Silva, que se reconhecia como transexual, o médico Isaac Benchimol, a psicóloga Ana Lúcia e Darcy Penteadó, membro do conselho do editorial do *Lampião da Esquina*.

A importância desse programa estava na sua audiência, portanto, alcançaria milhões de telespectadores. No debate Edmilson expôs sua vida de transexual na TV e ouviu as opiniões dos debatedores, algumas preconceituosas como a da psicóloga Ana Lúcia e a conclusão final foi a de que ele não conseguiria um profissional que quisesse realizar sua cirurgia, pois nenhum médico se arriscaria enfrentar a justiça após a condenação de Farina. As falas preconceituosas de alguns participantes do programa sobre homossexualidade e transexualidade, mostra o quanto a sociedade daquele período é resistente com temas considerados tabus, questão ainda muito recorrente nos dias atuais.

Flávio apresentou Edmilson, e depois deu a palavra ao Dr. Isaac Benchimol, a quem coube dar a explicação científica: ele mostrou a diferença que há entre transexuais, travestis e homossexuais, mas ao falar destes últimos sofreu um escorregão que felizmente, não lhe foi fatal: deu a entender que existiam apenas homossexuais masculinos. A Dra. Ana Lúcia, uma psicóloga, falou a seguir: ela sustentou a tese de que o homossexualismo é consequência de uma educação falha (meu Deus: se fosse assim, as 17 milhões de crianças abandonadas que segundo o *Time*, o Brasil possui, formariam nos próximos anos um compacto exército de famintos homossexuais); e mostrou o quanto era liberal ao concluir: “Os homossexuais *não* têm culpa de ser assim” (LAMPIÃO DA ESQUINA, Ed. 5, 1978, p. 5).

Por outro lado, as palavras de Darcy Penteadó, um dos editores do *Lampião*, foram de defesa do médico e da cirurgia:

A condenação do Dr. Farina é ridícula, porque o caso de Valdirene não é uma questão de “lesões corporais”, mas sim, um caso de direitos humanos; o direito que cada um tem de dispor do seu próprio corpo, de fazer, sem prejuízo para os outros, o que lhe parece melhor e mais de acordo com sua consciência (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 5).

A fala da travesti Geórgia Bengston “É que eu nem penso em morrer antes de ver esse tal de ‘Direitos Humanos’ devidamente aplicados (p.09)” e a de Darcy Penteado, é “ um caso de direitos humanos; o direito que cada um tem de dispor do seu próprio corpo, de fazer, sem prejuízo para os outros, o que lhe parece melhor e mais de acordo com sua consciência” (p.05) são fundamentais para pensar que no final da década de 70 já havia uma discussão sobre a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, além da negação de direitos à população LGBT como um atentado aos Direitos Humanos.

Homossexualidade e Direitos Humanos parecem dialogar de forma muito tímida historicamente, tanto é, que os homossexuais eram previstos nas leis do ponto de vista genérico – como seres humanos – e não a partir de suas demandas na condição de comunidade LGBT, em suas características específicas, na opressão sofrida cotidianamente. Essa clara invisibilidade estava, também, no fato de não serem, sequer, citados nas leis locais ou internacionais. Quando pensamos em ditadura, menos ainda, já que o regime militar atentou de forma direta aos direitos individuais.

A palavra “sexual” só aparece na Constituição Federal Brasileira no parágrafo 4o. do artigo 227, que determina que a lei punirá severamente a exploração sexual de crianças e adolescentes. O mesmo ocorre no âmbito internacional, já que a primeira menção a sexualidade em um documento internacional foi na Declaração da II Conferência Internacional de Direitos Humanos, que ocorreu em Viena em 1993, parágrafo 18, que reconheceu que o Estado deve eliminar a “violência baseada no gênero e todas as formas de abuso e exploração sexual” (FERNANDEZ, Osvaldo, 2010, p. 118).⁵⁶

Com relação aos avanços sofridos no que diz respeito às políticas voltadas aos homossexuais na qualidade de políticas de Direitos Humanos, Osvaldo Fernandez afirma que “ao avaliarmos a promoção dos direitos humanos no Brasil e dos homossexuais em particular reconhecemos avanços de programas e políticas dirigidas aos segmentos LGBT, mas uma menor proteção, prevenção e punição da violação dos direitos humanos no país” (2010, p. 129).

A edição nº 07 de dezembro de 1978, “Mônica Valéria: uma vida em segredo” trata da história da travesti Mônica Valéria. Valéria saiu de Carangola, no interior de Minas Gerais e foi para o Rio de Janeiro, cheia de sonhos, entre os quais, queria ser cantora, mas acabou conseguindo emprego apenas de doméstica (ofício no qual a sua mãe trabalhou toda vida). Na

⁵⁶ FERNANDEZ, Osvaldo. *Homossexuais, Cidadania e Direitos Humanos no Brasil. Direitos Humanos: percepções da opinião pública – análises de pesquisa nacional. BRASIL. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República.* (2010): 115-130. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/pesquisa_sedh_percepcoes_dh_op.pdf. Acessado em 23/06/2016.

sua vivência no Rio de Janeiro, Valéria descobriu a prostituição na Lapa, o prazer de se montar e a violência policial. Segundo ela narra,

Documento de bicha pobre é grade. Eles põem a gente no camburão e falam pro Comissário que a gente é vagabunda, mesmo com documento, carteira assinada na bolsa. Diz que a gente faz bagunça, diz que bicha só fala palavrão. Se não falou inventam. Na Rua do Riachuelo me joguei dentro de uma caixa d'água no meio de uma blitz da polícia, numa casa de cômodos onde eu morava. Noutra casa, na Rua do Rezende, me prenderam e abandonei o quarto com tudo que era meu lá dentro. Roubaram. Levaram tudo, enquanto eu estava na cadeia (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 10).

É importante aqui, pensar nos espaços de sociabilidade homossexual criados nas grandes cidades brasileiras nesse período. No Rio de Janeiro, o bairro da Lapa foi transformado numa zona de trânsito de travestis e foi transformado a partir da intervenção dessas categorias, por meio de suas práticas cotidianas e repetitivas, realizando aqui o que Certeau denomina práticas do espaço.

Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Neste conjunto, eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (CERTEAU, 2009, p. 159).

A apropriação desses espaços se dá de várias maneiras e não existe um modelo hegemônico. Nesse sentido, Certeau reforça a importância daquele que caminha pela cidade e a partir desse “caminhar” estabelece um processo de ressignificação dos espaços. A cidade se transforma em várias cidades, vários discursos e outras tantas possibilidades, diferentes da cidade pensada pelos urbanistas, idealizadores ou comunidade.

As maneiras de utilizar o espaço fogem à planificação urbanística: capaz de criar uma composição de lugares, de espaços ocupados e espaços vazios, que permitem ou impedem a circulação, o urbanista é incapaz de articular essa racionalidade em concreto com os sistemas culturais, múltiplos e fluidos, que organizam a ocupação efetiva dos espaços internos (apartamentos, escadarias etc.) ou externos (ruas, praças etc.) e que os debilitam com vias inumeráveis. Ele pensa em uma cidade vazia e a fabrica: retira-se quando chegam os habitantes, como diante dos selvagens que perturbarão os planos elaborados sem eles (2012, p. 233).

Hélio Silva explica porque a Lapa, no Rio de Janeiro, se transformou em território das travestis.

Por que se começa pela Lapa? Área poeirenta, local de passagem, com duas grandes vias movimentadas 24 horas por dia – vereda para o universo do travesti? [...] a Lapa a pioneira no Brasil de um fenômeno extremamente curioso que se processou pelos fins da década de 1960, início dos anos 70, que foi a progressiva e violenta expulsão das prostitutas femininas pelos travestis que passaram a ocupar o “bairro”, dando cabo a um predomínio de sete décadas. Assim a Lapa tornou-se muito cedo uma área de travestis, mais precisamente de prostituição de travestis (2007 pp. 44-45).

A cidade representa um elemento fundamental para as travestis que estão diretamente vinculadas ao meio urbano. É interessante pensar que essa dinâmica da sociabilidade homossexual se conecta a um movimento migratório cujas direções são os grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e em outros casos, países do continente Europeu. Partindo dessa premissa, pode-se concluir que a vida no interior do país, incluindo o meio rural, a sociabilidade homossexual é muito mais difícil, e esse é um dos principais motivos que faz com que as travestis se submetam a situações tão degradantes, como por exemplo, a prostituição nas ruas e a exploração em casas noturnas, o que torna claro a violência nas relações de trabalho.

Efetivamente, a deslocação para as cidades foi/é um elemento fundamental de formação das sexualidades modernas, resultantes da industrialização e do processo e urbanização e metropolização destes espaços centrais, o que possibilitou (e possibilita hoje ainda) a congregação de grupos – em alguns casos comunidades de pertença – de pessoas atraídas sexualmente por pessoas do mesmo sexo (Bell Binnie, 2000). Assim, neste processo da modernidade conjugaram-se por um lado as razões diversificadas de ordem económica que levaram à caracterização que hoje conhecemos como êxodo rural e, por outro, as razões como a liberdade sexual característica dos grandes espaços urbanos que se constituem como elementos fundamentais para a construção de identidades e culturas sexuais que hoje reconhecemos em muitas cidades (Binnie, 2004) (VIEIRA, 2011, p. 51).⁵⁷

A forma como Valéria se construiu travesti, está diretamente ligada à relação estabelecida com o mundo, não é possível que repouse sobre ela apenas uma análise moral. Suas experiências vão desde a humilhação cotidiana, programas que não foram pagos, até tapas na cara dado por um policial que já havia transado com ela. A sociedade que se revela em suas histórias parece manter um duplo relacionamento com esse segmento, o de usufruir sexualmente dos seus corpos e o de aniquilá-las. Essa questão revela a presença de uma polícia

⁵⁷ O seguinte artigo apresenta um diálogo entre o êxodo rural, as orientações sexuais, o processo de saída do armário e os estudos *Queer*. VIEIRA, Paulo Jorge. *Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais: Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias*. Ex aequo, n. 24, p. 45-59, 2011. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000200005&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 01 de agosto de 2016.

corrupta, violenta e que rouba, sem perder a marca de defensores da justiça, da moral e dos bons costumes. Que moral é essa? Que bons costumes são esses? Protegendo quem?

O que se pode perceber é que Mônica Valéria foi violentada várias vezes na sua vida tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Sua trajetória do interior de Minas Gerais até o Rio de Janeiro é coberta de injustiças, que são potencializadas quando se trata de uma pessoa negra, bicha e pobre. Mais do que uma matéria sobre travestis, temos um relato de dor que envolve também a questão racial e os trabalhos destinados para as mulheres negras: o de doméstica, bem como a exploração dessa categoria pelos patrões:

Cada um com sua sina. A gente tá aqui de passagem, nesse mundo. Sempre fiz o bem e sempre adorei minha vida de homossexual. Nasci com essa intuição, graças a Deus. Sempre tive sorte, sorte com homem que muita mulher não teve igual. Sou feliz. Me realizo sendo bicha. Bicha é o de menos. A vida é que é fogo. Mas não é porque a gente leva uma porrada que vai dar outra. Não tenho raiva de ninguém. Só que quero agradecer a família de Carangola pra quem minha mãe trabalhou 43 anos e que no fim botou o corpo dela num caixão vagabundo, daqueles que fiquei vendo o rosto dela o tempo todo, que não dava nem pra fechar a tampa direito (p. 10).

A fala de Mônica Valéria revela as assimetrias presentes na sociedade, sobretudo, quando se trata das mulheres negras e sua exploração por meio do trabalho doméstico, ocupado majoritariamente por elas, desde a infância. Contudo, é importante ressaltar as ambiguidades presentes nesse tipo de atividade, que, mesmo sendo um meio de sobrevivência, ainda que precário, o mesmo fomenta a assimetria de raça e classe entre as mulheres.

O trabalho doméstico remunerado no Brasil reproduz um traço perverso e ambíguo comum a outras experiências nacionais: ao mesmo tempo que absorve e retém as mulheres, em especial, as mais pobres, negras e menos escolarizadas, é, também, fundamental para a liberação de outras mulheres para o ingresso no mercado de trabalho (BRITES; PICANÇO, 2014, p. 131)⁵⁸.

O carnaval de 1980 é tema do Lampião da Esquina em sua edição nº 22, não pela sua alegria, mas pela violência sofrida por “bichas” e “travestis” na Cinelândia. A matéria é uma resposta dada pelo Lampião da Esquina a um leitor chamado Osvaldo Faria do Nascimento que escreve ao jornal relatando sobre os tristes episódios ocorridos no carnaval da Cinelândia “onde bichas e travestis eram atacadas, surradas e rasgadas, como foi o caso de um elegante travesti, que passeava com uma amiga, e foi encurralada no bar Amarelinho, onde foi espancada, ficando totalmente nua. Nossa polícia, o que fez? Nada” (1980, Edição nº 22, p. 2).

⁵⁸ BRITES, Jurema; PICANÇO, Felícia. *O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas*. Revista Latino-americana de estudos do trabalho, ano, v. 19, p. 131-158, 2014. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/o-emprego-domestico-no-brasil-em-numeros-tensoes-e-contradicoes-alguns-achados-de-pesquisas>. Acessado em: 23 de junho de 2016.

A reportagem narra que esses ataques ocorreram sob os gritos de “Joga pedra na Geni!” e “Joga bosta na Geni!”. Aguinaldo Silva, um dos editores do *Lampião* e que escreveu a resposta ao leitor, apontou os riscos que essa canção trouxe para os homossexuais, pois o seu refrão foi apropriado por machistas de forma violenta e preconceituosa contra travestis e mulheres. O editor lembrou também que “[...] viu-se uma coisa que há muito tempo não acontecia na Cinelândia: bichas sendo linchadas. Não apenas as feias e pobres – qualquer uma que tivesse o azar de cruzar com uma das turmas mais exaltadas” (p. 2).

Ainda que o *Lampião da Esquina* seja um veículo de luta e empoderamento dos homossexuais, muitas vezes, as falas dos editores vêm carregadas de preconceitos que devem ser problematizados. Um exemplo disso é quando Aguinaldo Silva, gay assumido, assevera que “não apenas às bichas “feias” e “pobres” foram linchadas” reproduzindo discriminações classistas e fundamentadas em padrões de beleza considerados hegemônicos para classificar as travestis dentro de uma hierarquia que valoriza apenas as consideradas bonitas e/ou ricas. Valores racistas, classistas e machistas muitas vezes são incorporados aos discursos e olhares de grupos subalternos, uma espécie de margem da margem.

Sobre a participação das travestis no carnaval é importante problematizar que apesar de elas terem tido destaque durante a segunda metade do século XX, podendo se expressar livremente nos “bailes de travestis realizados nos teatros e cinemas na Praça Tiradentes e nas imediações (que) eram provavelmente os eventos carnavalescos mais socialmente integrados do Rio de Janeiro na década de 1950 (GREEN, 2000, p. 348)”, na ditadura militar os espaços de sociabilidade foram cerceados, inclusive no carnaval.

Mesmo com todos os entraves encontrados pela comunidade LGBT para garantir sua participação no carnaval, tanto nas festas de rua quanto nos bailes, o carnaval tinha para essas categorias, sobretudo, travestis e gays, um significado que ia além de uma simples festa, mas um espaço de empoderamento, de visibilidade e esplendor. Sobre esses múltiplos significados do carnaval, Marco Aurélio da Silva lembra que,

ainda na década de 1970 o carnaval tinha uma posição central na vida das várias categorias de homossexuais entrevistados por ela, por ser um momento em que podiam festejar ao lado de grupos em relação aos quais, na vida diária, estavam opostos. Para eles, esse seria o momento de “caçar à vontade”, uma vez que a sua condição de “anormal” – como alguns definiam a si mesmos – poderia ser compartilhada com uma legião de “machões vestidos de mulher”, que caracterizava a festa nas ruas (ERDMANN, 1981, p. 70). Muitos dos entrevistados levavam uma vida dupla, escondendo sua orientação sexual de amigos e família, mas aproveitando o carnaval para se “montar e ferver” sem se preocupar (SILVA, 2003, p. 46).

A edição nº 24 de maio de 1980 na matéria “*Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis*” aborda a relação conflituosa entre travestis, a cidade e os meios de comunicação. A reportagem faz referências às publicações do jornal “O Estado de São Paulo” durante os dias 28 e 29 de março de 1980, em que destaca duas reportagens em que o jornal alerta a população para os perigos que travestis representam para a sociedade. As bases para as matérias referem-se a um crime cometido por elas em uma zona residencial da cidade.

Essas reportagens estimularam uma série de ações policiais com o objetivo de retirar de circulação as travestis. Na ausência de uma lei específica para prender e expulsar as travestis das ruas do Rio de Janeiro, a polícia aplica a lei de vadiagem que permite inclusive retirada dessa categoria de setores mais nobres da cidade e sua transferência para lugares que estejam à altura das mesmas, como a boca do lixo, “protegendo as famílias dos assaltos e chantagens, ‘além de evitar aquela visão desagradável dos invertidos oferecendo o corpo pelas ruas decentes da cidade (p. 2)’”.

Desde 1976, a polícia civil do Estado de São Paulo dedicava-se a estudar e combater travestis. A Portaria 390/76, da Delegacia Seccional Centro, autorizava a prisão de todas as travestis da região central da cidade para averiguações. Segundo essa mesma portaria, o cadastro policial das travestis “deverá ser ilustrado com fotos dos pervertidos, para que os juízes possam avaliar seu grau de periculosidade” dando às imagens importância fundamental no inquérito policial. Além disso, foram realizados estudos de criminologia. Guido Fonseca, delegado de polícia e autor das pesquisas, descreve o crescimento da prostituição de travestis no Brasil e no mundo e trata o tema como perversão. (OCANHA, 2014, p. 151-152)

O crime de vadiagem tem origem no Brasil no início da República e está prescrito no artigo 390 do Código Penal de 1890. No entanto, de acordo com estatísticas policiais realizadas em 1975, esse crime era o segundo mais praticado durante a ditadura militar (referencia). De acordo com O Acervo O Globo,

a definição de vadiagem e a sua punição estão previstas num artigo da Lei de Contravenções Penais, instituída por decreto em 3 de outubro de 1941. [...] “Das contravenções relativas à polícia de costumes”. No seu artigo 59, a lei considera vadiagem “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A pessoa classificada como “vadia” poderia ser levada à prisão simples, com pena de 15 dias até três meses. Na época da criação da lei, existiam a chamada Delegacia da Vadiagem e a figura do delegado de Costumes e Diversões, encarregados de reprimir também os contraventores do jogo do bicho. Até os anos 70, era comum a prisão por vadiagem estar ligada à falta de documentos. Policiais que faziam a ronda diária pelas ruas do Rio de Janeiro, por exemplo, levavam de camburão as pessoas “flagradas” sem documentos para a autuação

nas delegacias. Lá eram enquadradas por infração ao artigo 59 da Lei de Contravenções Penais.

Figura 25 – Policiais civis prendem uma travesti em São Paulo – 1980



Foto de Juca Martins

Figura 26 - Delegado José Wilson Richetti comandando a Operação Limpeza, durante uma ação contra travestis em SP em 1980



Foto de Juca Martins

Figura 27- Policiais comandados por Richetti (à direita, de terno) abordam travesti durante ronda policial no centro de São Paulo em 1980

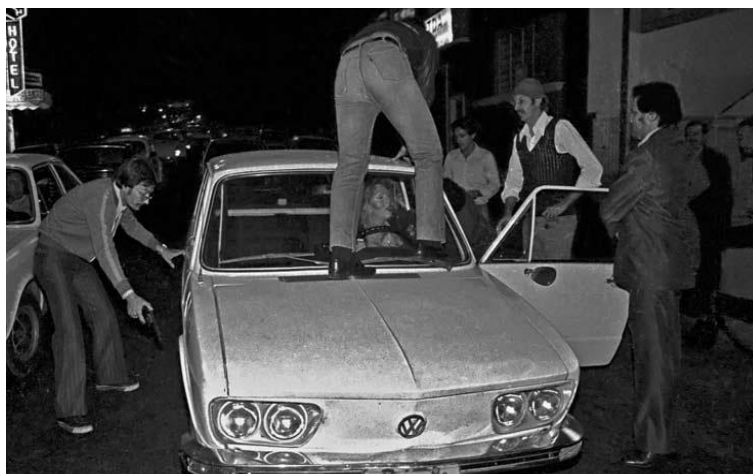


Foto de Juca Martins

A expansão dos espaços de prostituição das travestis é considerada uma ameaça para a sociedade e isso explica a violência praticada pela segurança pública e o aumento dos confrontos. Duas questões são fundamentais para a compreensão da violência. Primeira: esses espaços não são cedidos, são ocupados. Segunda: a sociedade quer retomá-los por meio da força e da humilhação por entender que essa ocupação não é legítima. Sobre essa retomada do espaço público, Trevisan narra: “na esquina da Rego Freitas como Major Sertório, investigadores tentam tirar a dentadura de um travesti, para recolher a gilete aí escondida. Como ele jura aos berros que seus dentes são naturais, é espancado e tido por mentiroso (1986, p. 312)”.

Os rondões resumem a presença das travestis no imaginário social, principalmente nas tentativas de silenciá-las, esse silenciamento “metaforicamente” é dirigido à presença. Porém, é uma categoria que se reinventa e mesmo com toda perseguição, ressurgiu, pois sua presença está ligada à ocupação de espaços.

Mesmo com o clima de abertura citado, travestis eram tidos como uma novidade para o momento e foram os principais alvos da polícia no período, representando uma pequena minoria de oito mil perante os milhões de habitantes de São Paulo em 1980. A discriminação imposta pela sociedade às sexualidades desviantes trouxe o silêncio para a circulação das travestis no espaço público da rua. Somente nos anos 1970, quando ocorre o desbunde gay, as travestis em situação de prostituição passam a ser vistas com maior frequência praticando o *trottoir* pela cidade (OCANHA, 2014, p. 153).

As imagens sobre os rondões no estado de São Paulo em 1980 revelam apenas parte dos dramas vividos pelas travestis provocados pela ação policial. Os atos violentos da polícia não se restringiam às travestis que estivessem fazendo rua⁵⁹, mas o simples fato de estar montada já era motivo suficiente para prisão, como narra Vanusa, no documentário Memorial de Travestis e Transexuais de Belo Horizonte⁶⁰. De acordo com ela, “[...] só da gente se vestir de mulher a gente ia presa [...] só de se montar, fazer prostituição a gente ia presa, ia pra vadiagem, a costume fazia ronda toda noite e levava a gente presa.” A matéria do jornal Diário de Minas mostra que homens de batom, roupas justas ou que derem escândalo na ruas serão presos:

Em Belo Horizonte, uma reação excêntrica colocou a polícia civil no centro das atenções do país, [...]: Polícia adverte homem de batom/ Os invertidos que saírem à rua usando batom, roupas justas e derem escândalos serão presos, a partir de hoje, pelos investigadores da Delegacia de Costumes, por ordem do Sr. Francisco de Assis Gouveia, que tem um plano de moralização da cidade./

⁵⁹ Uma referência à prostituição.

⁶⁰ O documentário Memorial de Travestis e Transexuais de BH (Parte 1) está disponível no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=jfC5B1dsc2M>. Acessado em 08/07/2015.

Os pontos mais visados pela polícia são a Rua Espírito Santo, Rua Rio de Janeiro, Praça Raul Soares e um trecho da Av. Afonso Pena. O delegado Francisco de Assis Gouveia disse que a medida será tomada para atender às queixas que todos os dias chegam ao seu conhecimento. / Acrescentou que as prisões serão cumpridas no Depósito de Lagoinha e que, se o caso for mais grave, o invertido ficará na Penitenciária de Neves, depois processado pela Delegacia de Costumes. A calça justa, o batom e o pó de arroz, a partir de hoje, segundo o delegado Francisco de Assis Gouveia, “é proibido, terminantemente, para os invertidos, que, se persistirem no abuso, serão presos pelos investigadores (Diário de Minas *apud* GREEN; QUINALHA, 2014, p. 55)”.

Por meio dos rondões pode-se compreender como a presença de homossexuais (gays e lésbicas), travestis e michês/prostitutas nos espaços públicos eram percebidas e reprimidas. O personagem principal dos rondões, José Wilson Richetti afirma que “precisamos tirar das ruas os pederastas, maconheiros e prostitutas (2014, p. 311)”. Ocanha lembra que a “subjetividade da aplicação da contravenção penal da vadiagem fazia com que estereótipos como os das travestis, gays e lésbicas tornassem alvos preferenciais da polícia (2014, p. 151).”

Na reportagem *Libélulas, mariposas e vampiras da noite* trazida pela Ed. 32, de janeiro de 1981, narra detalhadamente uma ação da polícia militar contra uma travesti no centro do Rio de Janeiro.

Seis de dezembro, 23h30 min. Na Rua Pedro I, que desemboca na Praça Tiradentes. A multidão habitual - putas, bichas, operários em busca de um divertimento de sábado, policiais, curiosos. De repente, os três soldados da Polícia Militar correm ziguezagueando por entre a multidão. Dois deles entram num bar e pedem documentos ao primeiro incauto. O terceiro para diante de um travesti e o segura pelo pulso. Tenso silêncio na praça [...] Centenas de pares de olhos se fixam no PM e no travesti, e a tensão geral, parece, é o que impulsiona este último: como um safanão, o travesti arranca o pulso da mão do soldado; depois, olha em torno, vê o automóvel a uma distância de dez metros e, de uma carreira só, joga-se de cabeça contra ele. A violência do choque faz o travesti cair de joelho: e é de joelhos que ele continua a bater com a cabeça no carro, até que o sangue começa a lhe manchar os cabelos, a testa, o decote, a blusa. Procuo o PM: ele sumiu. Ninguém chega perto do travesti, até que este se levanta e, cambaleando, entra num bar, todo ensanguentado (1981, p. 03).

Essa reportagem traz ainda um diálogo interessante entre Watusi, uma travesti negra de 22 anos que se prostitui no Rio de Janeiro e Aguinaldo Silva, um dos editores do *Lampião da Esquina* que ajuda a compreender as proximidades entre travestilidade e transexualidade na época. Aguinaldo Silva pergunta: “Watusi, você gosta de ser homossexual⁶¹? Ela responde: Claro! Eu sou maravilhosa! / Aguinaldo Silva: Mas não preferia ser mulher? Watusi: É pra isso

⁶¹ A leitura do *Lampião da Esquina* nos mostra um fator interessante com relação ao conceito de homossexualidade. Durante aquele período, esse conceito é utilizado de forma que abranja não apenas as orientações sexuais dissidentes, mas também, as diversas identidades de gênero.

que eu estou aqui: vou juntar um dinheirinho, e depois me mando pra França, vou mandar cortar”. Aqui, fica claro a proximidade existente entre ser homossexual afeminado, travesti e transexual, embora Watusi aponte com maior veemência a transexualidade, sobretudo, pelo seu desejo de fazer a Cirurgia de Redesignação Sexual (CRS), como é conhecida hoje, e completar sua transição.

O trânsito sexual e de gênero parece ser uma constante na vida da maioria das travestis, desde a transformação corpórea até os movimentos de migração, uma espécie de devir em sua plenitude. No caso específico de Watusi, ela representa uma grande parcela de travestis que pensam em ganhar a vida na Europa e realizar-se de forma plena e isso está ligado a um movimento migratório citado anteriormente, porém mais amplo, por se lançarem para lugares mais distantes, considerados mais favoráveis à existência das travestis ou mais rentáveis se o objetivo for se prostituir.

A vida das travestis está imersa em transformações, seja nos elementos externos, como a cidade, o país, ou “a montagem” que envolve vestir-se com roupas femininas, maquiar-se para esconder a marca de barba, ressaltar as maçãs do rosto, ressaltar cílios, olhos, bocas, seja no próprio corpo: depilação de pelos do corpo, ingestão de hormônios, colocação de seios, bunda, injeção de silicone nos quadris, etc.

A intervenção corporal, na grande maioria das vezes, é feita por outras travestis consideradas as fadas madrinhas ou bombadeiras. Segundo às travestis, essas denominações – fada madrinha e bombadeira – estão ligadas à transformação que a natureza deixou de fazer nesses corpos, mas, que de certa forma foi resolvida por essa que se torna uma das figuras mais importantes em suas vidas. Essa transformação, geralmente acontece de forma concomitante às primeiras experiências na vivência da rua, ou seja, da prostituição. Na rua, por meio da sociabilidade as redes de interação com o próprio grupo se amplia.

Nesses corpos masculinos, em busca de sobrevivência, que o feminino se incorpora, o homem que habita aquela pele vai ficando pra trás, dando lugar a um ser extremamente feminino, ora esse homem latente, emerge, afirmando essa ambiguidade que habita a vida das travestis, ora se recolhe, tornando cada vez mais confusa uma definição determinante de gênero. Elas representam a transitoriedade dos gêneros, e a não exclusividade do feminino e do masculino como atributos específicos ou naturais do homem e da mulher, ou seja, são uma concretização de que “a verdade interna do gênero é uma fabricação” (BUTLER, 2003, p.195).

Da mesma forma que na experiência de “fazer rua” as redes de interação se ampliam, os enfrentamentos seguem a mesma direção. Essa edição do Lampião da Esquina traz uma

reportagem sobre um crime praticado por uma travesti nas mediações do Cinema Íris⁶². A reportagem diz o seguinte:

Doze de dezembro. 21h20min. Em frente ao Cinema Íris. Muita gente parada sob a marquise. Cai uma chuva enjoada, há água empoçada no meio-fio. Os dois travestis estão bem quietinhos, como se apenas passassem a chuva. O paraíba se aproxima cambaleando, vindo de algum botequim do centro da cidade. Ao passar por eles, o primeiro estende a perna e lhe dá uma rasteira. O paraíba cai, e a segunda bicha lança-se sobre ele; começa a esmurrar o homem, que está bêbado demais pra entender o que lhe acontece. A primeira, rapidamente, faz a limpeza – tira o relógio, a carteira, tudo o que o homem tem nos bolsos, e vai embora, caminhando com cuidado sob as marquises para não se molhar. A segunda continua a surrar o paraíba; este cai na poça d’água, e o travesti, segurando-o pelos cabelos, faz com que ele mergulhe a cabeça dentro da lama e fica a segurá-lo. O paraíba braceja inutilmente, está se afogando. Vejo, na cara da bicha uma firme, cega raivosa determinação – ela vai matá-lo. Ligo o carro, acendo os faróis e o jogo de encontro aos dois – paro a apenas alguns centímetros. A bicha se volta, olha para mim como se estivesse chegando de muito longe, volta-se para o paraíba – a quem continua segurando – solta-o, levanta-se e vai embora, também sem pressa. O paraíba levanta-se e a às quedas, sai correndo (p.3).

Na leitura da matéria fica evidente que o Jornal reproduz a associação entre travestis e marginalidade. Essa visão se repete historicamente, e de certa forma, ajuda a sustentar a imagem de travestis e transexuais como seres abjetos: “exóticas” e “perigosas”. É importante ressaltar que essa “pecha” é a que habita o imaginário da sociedade, reconstruída cotidianamente. Por outro lado é preciso sublinhar em qual mundo essas travestis foram “criadas”.

Assim o travesti se impôs em nossa recente história urbana. Sua tática foi essa: em caso de perigo, sacar do homem que guardava sob as roupas. E, depois de alguns estragos históricos, já nem precisa ir às vias de fato. Basta deixar claro para todos que ele pode sacar esse homem quando bem entender. Na mitologia urbana recente, no imaginário popular, a figura do travesti está associada a perigo. Muito provavelmente como resultado desse processo de afirmação pública de si mesmo. Ele não sairia do gueto para a calçada sem produzir alguns estragos (SILVA, 2007, p. 65).

Esse mundo do perigo tem também relação com as inúmeras rivalidades existentes entre travestis *versus* prostitutas, e travestis *versus* travestis por questões comerciais – nesse sentido essa questão também está ligada ao espaço urbano. É certo que suas vidas estão pontuadas de conflitos resultantes das suas redes de sociabilidade marginal, do preconceito e

⁶² Na década de 1980, o Cinema Íris passou a apresentar espetáculos eróticos e de *Striptease*, por essa razão, o seu público era basicamente masculino. Outro ponto que merece destaque é projeção de filmes pornográficos (que ficaram conhecidos pelo público como cinemas poeira).

exclusão social. Nesse sentido, outros preconceitos contra as travestis aparecem na reportagem “*vítimas da falta de espaço*” (Ed. 32, 1978)

A quem serve o travesti? Ao Sistema, porque acredita nos seus valores, porque não acredita na possibilidade de exercer a sua sexualidade enquanto ser humano integralizando as duas forças internas (macho/fêmea) existentes. O travesti é o fetiche de uma visão heterossexual da homossexualidade. O homossexualismo, para ele, não existe. Existem o homem e a mulher. O travesti acredita ser mulher. E há casos em que essa crença chega às raias da castração física, numa aceitação definitiva de abrir mão da sua sexualidade empírica (o pênis) (p. 4).

Quando a matéria afirma que “o travesti acredita ser mulher” reproduz uma visão do senso comum. As travestis apresentam um trânsito onde se classificam da seguinte forma: ora homem, ora mulher, ora os dois e ora nenhum deles. A mesma coisa acontece com relação ao falo, já que existe certo preciosismo quando se referem ao uso do pênis, em que na maioria das vezes não apresentam problemas com seus órgãos genitais, mas com a forma masculina do corpo, por isso na transformação corpórea, nesse sentido, o pênis não representa um problema para elas, ao contrário das transexuais que podem necessitar libertar-se do falo por ser reconhecerem mulheres em um corpo errado.

Outro ponto que deve ser problematizado nesse discurso do Jornal, apenas como comparativo com relação a visão atual, é o uso da transexualidade como sinônimo de travestilidade. Embora sejam duas identidades distintas e que precisam ser pensadas em seus detalhes e em suas subjetividades, é quase impossível no universo do senso comum não cruzar esses dois segmentos, atribuindo-lhes as mesmas características e anseios, como se fossem apenas um grupo. Com o advento da politização das questões voltadas às homossexualidades e às identidades de gênero, essas discussões foram avançando até chegar ao ponto, nos dias atuais, de travestis e transexuais, serem compreendidos como grupos diferentes, com demandas diferentes, porém, igualmente discriminadas cotidianamente.

Ainda é preciso questionar a afirmação do autor da matéria, Luíz Carlos Lacerda: “Não há nada de revolucionário na vida das travestis, porque segue a cartilha do sistema, quando se apresenta, quando se esconde” (Ed. 32, 1978). A fala do autor, de certa forma, anula a importância da resistência e o protagonismo das travestis que precisam garantir sua sobrevivência. Ao contrário dos gays, lésbicas e bissexuais, às travestis não restam outra alternativa que não seja enfrentar a sociedade, o corpo, o abandono e uma série de opressões.

Os estigmas que recaem sobre essa coletividade fazem das travestis a margem da margem, inclusive dentro do próprio segmento LGBT. Embora nos últimos tempos a representatividade tenha aumentado, ainda está muito distante do ideal. Claudia Wonder ao ser

referir a dois crimes contra travestis, coloca em evidência a indiferença na qual elas são tratadas dentro do próprio segmento, inclusive em momentos de muita tensão.

A notícia sobre o covarde assassinato dos dois travestis no Rio de Janeiro foi assunto até no Jornal Nacional da Rede Globo, mas não mereceu nenhuma citação nos veículos da “imprensa rosa”. A pergunta que não quer calar é: até quando a violência contra travestis vai ser ignorada ou posta de lado pelo segmento GLBT⁶³, e até quando as organizações específicas de trans no Brasil vão se preocupar mais em mudar o nome no RG do que em lutar por educação e trabalho, visando ter menos travestis nas ruas sendo vítimas de crimes de homofobia? (WONDER, 2008, p. 153).

Claudia Wonder “atira” para todos os lados, principalmente para os valores produzidos dentro do segmento. Não se trata aqui de concordar ou não com sua fala, mas é preciso reconhecer uma fala que vem de dentro dessa coletividade, bem mais legítima do que a fala de Luiz Carlos Lacerda, sobretudo, porque Wonder faz um chamado para o empoderamento coletivo. Trouxe a Wonder para o contexto, como forma de mostrar que algumas questões ainda não foram resolvidas, mesmo nos dias atuais.

A matéria intitulada “*Na Paulicéia, com olhos de lince e pernas de avestruz*”, por exemplo, faz referência ao conflito entre um rapaz chamado Carlos Pinezzi Filho, 28 anos de idade, e algumas travestis na cidade de São Paulo. Esse rapaz se divertia atirando com uma espingarda de sal e chumbo na direção das travestis enquanto elas trabalhavam. Essa cena, várias vezes repetida, era seguida de risos e deboches todas as vezes em que as travestis se machucavam. Até que em um determinado dia ele foi pego por duas delas, que, entre cacos de vidro e giletadas, vingaram-se de Carlos, que sofreu um corte profundo em sua testa.

O título da matéria remete-se ao fato de que travestis, por uma questão de sobrevivência, precisam estar sempre atentas aos perigos impostos pela sociedade, dentro dessa perspectiva é necessário que elas enxerguem longe os perigos e que sejam ágeis na hora da dispersão. Geralmente essas situações se dão cotidianamente diante das forças policiais e dos inimigos espalhados pela sociedade. Dessa forma, as travestis representaram resistência diante das forças da ditadura, ainda que não seja diretamente, tendo em vista que não há uma luta direta contra as estruturas políticas do Regime Militar, mas o fato de sobreviverem às estratégias que são postas contra seu grupo e até mesmo em suas diversas formas de resistência, fica cada vez mais claro a sua importância a partir de uma resistência que se dá por meio da desobediência.

⁶³ Sigla que significa Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Essa sigla foi utilizada anteriormente à sigla LGBT.

No relato crítico de Aretuza contra os rondões e o delegado José Wilson Richetti aparece uma discussão muito comum hoje em dia de que a homofobia tem relação com uma homossexualidade enrustida.

Aqui a gente não pode trabalhar em paz. Os bofes ficaram amedrontados depois do Rondão. Os melhores fregueses sumiram. Agora, a média são dois, e olhe lá. Os homens não dão trégua. Outro dia, na carreira, eles atiraram na gente e acertaram no salto da minha sandália. Lá no distrito, tanto no 1º, 2º, 3º ou 5º, eles tomam tudo. A Cleide, para sair, teve de entregar Cr\$ 8 mil. E olha que ainda levou gás lacrimogênio na cara. Esse Richetti, então, é um viado. Uma bichona enrustida, que nos persegue por puro prazer. Por que ele não assume? ... (p. 05).

Todas as vezes em que ocorrem violências contra a comunidade LGBT, uma onda de comentários toma conta dos discursos e a fala mais recorrente é de que o homofóbico é um homossexual enrustido. É preciso esclarecer os perigos dessa afirmação, principalmente porque essa fala é uma forma de desqualificar os homossexuais, bem como, desqualificar a homofobia como ato violento resultado da estrutura social heteronormativa. Quando se fala de estrutura social heteronormativa, é importante que se evidencie que vários setores da sociedade contribuem para que a mesma se mantenha firme, entre elas destacam-se: a família (tradicional), as igrejas, a educação, entre outras. Fazer que com o oprimido assuma a culpa/responsabilidade do opressor é reforça o preconceito já existente.

Não significa que o homofóbico não possa ser homossexual “enrustido”, porém, é recorrer em erro afirmar que tal premissa é verdadeira e unânime. Vários fatores podem colaborar para que uma pessoa se baseie em comportamento homofóbico, mas é preciso que fique claro, que não existem comportamentos naturais, todos eles são construídos e essas pessoas vão aprendendo todos os dias a alimentarem seus ódios.

A matéria "*Um passeio na zona*" é fruto de uma reportagem na “Zona” localizada no Morro de São Carlos, favela do bairro do Estácio, Zona Norte do Rio de Janeiro. Segundo, o *Lampião da Esquina*, o jornal tece muita dificuldade de encontrar travestis que quisessem contar seus relatos. Na Zona existe uma espécie de lei do silêncio para pessoas estranhas, sobretudo se são jornalistas, que segundo Cláudia, só traziam problemas para o lugar (LAMPIÃO, Ed. 32, 1981, p. 6).

Esse silêncio em relação a presença de equipes de reportagem é uma forma de proteção para as próprias travestis e moradoras do local, porque na grande maioria das vezes esses, em suas matérias, agem de forma sensacionalista, expondo as pessoas da comunidade, no caso específico, colocam em risco suas vidas, tanto com a polícia, quanto com traficantes locais. Independente do “estrangeiro” e ser um jornalista, o mundo da zona por se configurar como um

território marcado pelo comércio sexual, drogas, bebidas, “malandragens” é um espaço onde as pessoas são sempre desconfiadas com estranhos, pois estes podem ter intenções escusas. Durante a ditadura militar essa sensação se amplia, pois estranhos podem ser policiais disfarçados. Novamente o Panóptico com sua eterna vigilância se faz presente.

A primeira notícia sobre essa zona se refere à morte de Pérola Negra, travesti de 28 anos, assassinada pela polícia, eternizada na canção Pérola Negra, composta pelo seu ex-namorado Luiz Melodia (segundo o Lampião da Esquina). A segunda história é sobre Dona Rosinha que se denominava “cafetina de viado” e explicava o porquê de alugar vagas apenas para as travestis:

Quando eu fazia vida, meus melhores amigos sempre foram os travestis, os viados. Então, desde que peguei casa eu continuei com eles. Com uma mão se lava a outra, né? Eu alugo vaga pra quantos aparecerem, a gente enfia em qualquer canto, bota na sala, bota no quarto... Se eu pudesse arrumava uma casa grande, com dez quartos, e só botava viado. Eu não dou sorte com mulher (p.6).

Uma das moradoras da casa de Dona Rosinha, Sandra, uma carioca de 22 anos, falou de seu trabalho no *trottoir* e narrou sua experiência como travesti dentro de uma cadeia.

Na Delegacia eles escrotizam com a gente, batem, xingam, fazem dormir no chão puro... Minha comida parecia uma lavagem de porcos e ainda fui obrigada a comer com a mão. Me mandaram limpar a delegacia todinha e depois me botaram numa cela com mais de 20 marginais, me obrigaram a dar pra todo mundo, homens que nem tomavam banho. Caso eu não fizesse o que eles queriam acabava me dando porrada. Hoje em dia não adianta mais a gente se cortar com gilete, para poder fugir, que eles processam a gente com um 129, tentativa de homicídio contra a própria vida (p. 06).

A experiência de Sandra é muito parecida com a recente história de Verônica Bolina, mulher transexual que teve o rosto desfigurado por policiais na cadeia. Segundo Berenice Bento: “O corpo de Verônica Bolina é um arquivo [...] história do drama das pessoas negras, pobres e trans no Brasil. As marcas de raça, gênero e classe social não deixam dúvida que o projeto político dos representantes do Estado era sua eliminação [...] (2015, p. 30)”.

Alguns estudos apontam para as opressões sofridas por homossexuais e travestis no interior do sistema prisional. Um fator relevante a se pensar, é a manutenção do binarismo de gênero por meio da manutenção dos papéis “considerados” femininos pela sociedade. Segundo Guilherme Gomes Ferreira,

Na prisão, as travestis representam a sujeição do feminino por meio de práticas consideradas subalternas. Elas e os homossexuais têm papel importante na manutenção de um sistema binário que se fundamenta, entre outras coisas, na consideração de que o lugar do masculino é o do mando, e o do feminino, o de ser mandado. São as travestis, por exemplo, as responsáveis por lidas

consideradas por eles femininas: cuidam da limpeza geral da galeria e das roupas dos seus companheiros; elas próprias precisam pensar em métodos de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs); são elas que, de modo geral, se responsabilizam pela manutenção da fidelidade do relacionamento (enquanto que os homens mostram-se mais desresponsabilizados a esse respeito, como se a “infidelidade” deles fosse, na maioria das vezes, “culpa” de algum comportamento delas); e são elas as responsáveis pela organização, distribuição e manutenção do alimento. Os homens, em linhas gerais, são considerados “assistentes”, ajudando na cozinha e no recebimento das refeições (FERREIRA, 2014, p. 107).⁶⁴

3.2 Transexuais ou travestis? Pergunte a elas!

A edição nº 35 de abril de 1981 “*Homem/mulher: pra virar basta operar?*” traz abordagem sobre transexualidade e a cirurgia de redesignação sexual. A reportagem foi as ruas e entrevistou travestis que fazem prostituição nas avenidas e perguntou se eles fariam a operação de transexualismo. Segue algumas das respostas dadas por elas:

NAIR: Só está me faltando dinheiro para ir à Europa e fazer a operação. Agora, se pintar por aqui, vou esperar. Mas não acredito muito./ **NEUZA:** Nunca, nem morta! Quero que a terra coma esta minha coisinha gostosa que até filho já fez./ **SHILLY:** Cortar minha caceta? Never! Não quero ficar maluca!/
PAULA: Da licença, filhinho, tenho que atender um cliente agora. Depois eu respondo./ **ROGÉRIA:** O transexualismo até que é uma boa. As pessoas costumam errar quando pensam no transexual. Ele na realidade é uma pessoa que não tem prazer nenhum sexual. A operação, a mutilação, enfim o que for, é uma boa porque se as pessoas que não têm prazer com o órgão sexual masculino, é preferível botar um feminino e não sentir prazer da mesma maneira. Para os verdadeiras transexuais seria muito bom uma operação desta./ **MARLENE CASANOVA:** Eu acho que é uma loucura. Não concordo com o transexualismo. Antes de qualquer coisa, é um problema de cabeça. Na minha opinião é uma aberração. Eu nunca faria isto na minha vida. Nem que chegasse um bonito industrial, ao mesmo tempo milionário, e quisesse pagar tudo para que eu fizesse esta operação; minha resposta seria não (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1981, p. 5).

A resposta de Neuza – “Nunca, nem morta! Quero que a terra coma esta minha coisinha gostosa que até filho já fez” – problematiza a relação obrigatória entre sexo biológico, identidade e orientação sexual. Ou seja, se nasceu com um pênis, vai se identificar como homem e vai sentir desejo apenas por mulheres. A fala de Neuza demonstra uma trajetória possível na vida das pessoas que experimentam o trânsito identitário de gênero. O que aproxima Neuza da travestilidade e não à transexualidade é a questão de se identificar com seu pênis, porque fica claro a não necessidade de se livrar do detalhe masculino, motivo de infelicidade na maioria

64 FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. *Temporalis*, v. 1, n. 27, p. 99-117, 2014. O seguinte artigo está Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/7359/5846>. Acesso em: 24/06/2016.

das transexuais. No entanto, é preciso problematizar que nem todos ou todas transexuais desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual, como afirma Leandro Colling:

Muitas pessoas transexuais se contentam em apenas retirar ou colocar mamas, tomar hormônios para ter ou não ter pelos no corpo, mas querem conviver com suas genitálias, ainda que muitas vezes não sintam prazer com elas. Essas pessoas ficam fora dessas políticas porque não atendem às características do que é ser uma ou um “transexual de verdade”, categoria, como bem aponta Bento (2011), criada pelo discurso médico, que ainda considera a transexualidade uma doença. Esse discurso foi assimilado pelo movimento trans em nome do direito de fazer o processo transexualizador através do Sistema Único de Saúde (SUS) (COLLING, 2013, p. 414).

As respostas de Shilly – *“Cortar minha caceta? Never! Não quero ficar maluca!”* – e a de Marlene Casanova – *“Eu acho que é uma loucura. Não concordo com o transexualismo. Antes de qualquer coisa, é um problema de cabeça. Na minha opinião é uma aberração. Eu nunca faria isto na minha vida. Nem que chegasse um bonito industrial, ao mesmo tempo milionário, e quisesse pagar tudo para que eu fizesse esta operação; minha resposta seria não”* – são respostas significativas, pois a cirurgia de redesignação está ligada aos estigmas da loucura e da depressão. Em seu trabalho sobre transexualidade e mudança de sexo, Maria Caldas Teixeira parte da teoria psicanalítica de Lacan sobre a transexualidade para explicar, entre tantas outras problemáticas, a cirurgia de redesignação sexual. Segundo ela,

Do ponto de vista da abordagem psicanalítica, o mais provável é que a castração do órgão precipite o sujeito num quadro delirante, pois a cirurgia de mudança de sexo mutila, de forma legal, o transexual: castra o órgão, não é capaz de redesignar a identificação sexual do transexual como tal, desaloja a paixão de passar ao outro sexo da porção do corpo onde ela se localizava de forma eletiva. Isso não erradica o tormento do gozo, mas promove o aparecimento de um corpo protético que, no final, já não é de homem, tampouco de mulher. Nessas condições, pode surgir a configuração de um ser de aberração, da qual o gozo transexualista se extravia, subordinando o transexual operado ao ostracismo de algo que de nada vale, especialmente porque, no plano das parcerias que esses sujeitos fazem em suas vidas, é muito mais provável que a causa do parceiro esteja fundamentada num gozo perverso disfarçado (2006, p. 71).

Hélio R. S. Silva argumenta sobre o procedimento cirúrgico que:

Não obstante, tais travestis – essas que assumidamente negam qualquer veleidade de fazer a operação e aquelas outras que intuo, sem provas adicionais, que ao dizerem que a faria o dizem porque a possibilidade é remota – lidam de tal maneira com o falo que nelas podemos perceber uma nítida feminização do membro, a tal ponto que as palavras pau, membro, falo, com suas reverberações significativas envolvendo masculinidade, macheza, força, poder, soam estranhas para nomeá-lo. (SILVA, 2007, p. 207)

Esse repúdio à cirurgia pode estar ligado a não aceitação de travestis pela sociedade, e isso interfere em decisões, como a mudança de sexo. De acordo com Silva,

Não aceito, ridicularizado, a travesti sente um incômodo e abre mão do signo do macho por excelência, aureolando-se – pelo sacrifício – ao direito de ser mulher. A dádiva, a renúncia aí contida como que avaliza a densidade do projeto. Qualquer que o toque, doravante, não poderá mais considerá-lo irrisório. O sacrifício purifica o projeto. Ficam claras, desde então, duas grandes perspectivas em relação ao transexualismo. [...] Uma que radicaliza a perspectiva da produção cultural de gênero, tornando a dimensão biológica secundária na decisão. E uma outra que nega a existência de operação por mudança de sexo (2007, p. 208).

A experiência transexual no mundo é marcada por alguns momentos de grande relevância, que vão desde à cirurgias de redesignação sexual até alterações nos documentos de identificação. Segundo Berenice Bento:

A primeira cirurgia de transgenitalização em uma mulher transexual foi realizada em Viena em 1931, no Instituto Hirschfeld de Ciência Sexual. No entanto, o primeiro caso que teve grande repercussão foi o de Christine, em 1952, que viveu até os 26 anos como George Jorgensen Jr. A primeira mulher transexual brasileira que realizou a cirurgia foi Jacqueline, em 1969, em Marrocos. Dois anos depois, o médico Roberto Farina realizou a primeira cirurgia de transgenitalização no Brasil, na cidade de São Paulo. O Conselho Federal de Medicina interpretou esse ato médico de Farina como “lesão corporal”, motivando uma ação judicial. Farina foi absolvido dessa acusação. Em 1998, na cidade de Campinas, realiza-se legalmente a primeira cirurgia no Brasil (BENTO, 2008, p. 214).

A resposta de Paula – “*Dá licença, filhinho, tenho que atender um cliente agora. Depois eu respondo*” – aponta para a cotidianidade de travestis que fazem rua. A garantia da sobrevivência na maioria das vezes, além de submeter travestis e transexuais a situações de vulnerabilidade social, não permite que as mesmas possam planejar ou refletir outras possibilidades para as suas vidas.

A resposta de Rogéria é importante para mostrar o desconhecimento que se tinha na época da cirurgia de redesignação sexual. Um outro ponto bastante interessante em sua fala é quando ela se reporta à “*verdadeiras transexuais*”, isso alerta para a diferenciação entre travestis e transexuais, sobretudo, para o cuidado de se submeter a uma cirurgia tão impactante na vida de uma pessoa.

A questão relacionada ao sentimento de prazer na relação sexual após a CRS é recorrente nos discursos sobre esse procedimento até mesmo nos dias atuais. Desde a realização da primeira cirurgia muitos avanços tem ocorrido na medicina que tem tornado os processos cirúrgicos e sua recuperação mais amenos para as pacientes. No que diz respeito ao prazer, as mudanças também tem ocorrido com o passar do tempo, nesse sentido, muitas pesquisas tem

se debruçado na compreensão dessa incógnita apresentada nos discursos: é possível sentir prazer?

Analídia Rodolpho Petry – cujo artigo busca “compreender as experiências de mulheres transexuais em relação à hormonioterapia e à cirurgia de redesignação sexual que constituem o Processo Transexualizador” – a partir da análise de alguns depoimentos de mulheres transexuais que vivenciaram esses processos, afirma que a subjetividade da construção do prazer vem acompanhada da construção dessa nova mulher – uma referência ao aspecto físico –, ou seja, não se limita apenas ao processo cirúrgico, ultrapassando os limites do corpo. Segundo a autora,

Através das narrativas percebeu-se que as mulheres transexuais ocupam posições de sujeito múltiplas, em constante busca pelo reconhecimento social de sua legitimidade humana. Trata-se de subjugar o corpo não só a performatizar expressões de gênero como vai além, pois cria modos de sentir este corpo, sujeitando-o a perceber sensações conforme socialmente prescrito, não deixando espaços para outras possibilidades de existência. Conclui-se que a discussão que envolve o Processo Transexualizador traz subsídios para a enfermagem acerca das modificações corporais vivenciadas pelas mulheres, que precisam ser implementadas na assistência prestada à esta população. Entende-se que uma limitação do estudo diz respeito aos critérios de inclusão, que dificultaram a localização de outras mulheres transexuais que passaram pela CRS (PETRY, 2015, p 75).⁶⁵

A discussão trazida pelo Lampião da Esquina, está conectada as questões do presente e isso pode ser percebido na fala das travestis/transsexuais propostas nessa matéria. Um ponto interessante na construção dessas falas – se tomarmos como exemplo a matéria do jornal e o artigo da Dra. Analídia – é o quanto as discussões de gênero influenciaram o discurso médico nesses últimos anos, bem como a força/presença do pensamento de Simone de Beauvoir com relação a essa mulher construída por meio de vários caminhos e possibilidades (a CRS é apenas um deles).

É importante sublinhar o preconceito existente na época sobre a cirurgia de redesignação sexual, inclusive pelo próprio Lampião da Esquina. A charge abaixo veiculada nessa reportagem da edição nº 35 de 1980, representa de forma caricata e preconceituosa a cirurgia, como se a operação do corpo fosse algo externo a identidade da pessoa.

⁶⁵ PETRY, Analídia R. *Transgender women and the Gender Reassignment Process: subjection experiences, suffering and pleasure in body adaptation*. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 70-75. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2015.02.50158>. Acessado em: 24 de junho de 2016.

Figura 28 – Reportagem – Edição Nº 35



Fonte: Lampião da Esquina – Jun/1980

A construção/reprodução dessa imagem se apoia na visão binária do gênero e como discurso se ajusta à composição de matriz heterossexual. Segundo Berenice Bento, uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais. A heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos (2006, p. 87).

Assim, quando se cria uma charge como essa, ainda que a intenção “talvez” seja a discussão sobre transexualidade ou/e a denúncia dos problemas enfrentados na utilização dos espaços públicos, o que fica marcado é a insistência de trazer para o corpo masculino os modelos defendidos pela heterossexualidade, àquela que atravessa todo o modelo do binarismo de gênero, para se reconhecer como mulher, no corpo que agora está transformado.

Essa intenção da ridicularização fica mais evidente ao colocar a representação de uma mulher transexual diante de um mictório de banheiro público, em que, para utilizá-lo há a necessidade fazê-lo em pé. A charge reproduz também a ideia de que transexuais e travestis são exclusivamente prostitutas e isso fica bem claro no modelo de roupa utilizado pela mulher. O que se pode concluir na leitura da imagem é que a mesma reproduziu a forma como as transexuais são percebidas no senso comum, reafirmando os estigmas que as marginalizam, como se não houvesse outras possibilidades para elas que não fosse a prostituição.

Ainda que o Lampião da Esquina seja uma voz em defesa das sexualidades consideradas dissidentes, em determinados momentos ele reforça alguns estereótipos e

preconceitos sobre a comunidade LGBT (em representações caricatas, falas preconceituosas e humor ácido). Tal questão pode ser verificada a partir das diversas representações das homossexualidades e identidades de gênero presentes no periódico durante a trajetória sua trajetória.

Por fim, as travestis e transexuais, apesar de terem contra elas todos os esforços da repressão ou contra o rompimento das fronteiras dos binarismos sexuais – esse era o discurso permitido durante o período do regime militar – seguiram resistindo, desafiando as forças do Estado e da cultura. A partir das suas lutas cotidianas pela sobrevivência, enfrentando ambientes violentos, exploração e a intolerância, conseguiram marcar sua forte presença no cenário da ditadura, produzindo vários ícones, sobretudo, nos ativismo e nas artes, e que são reverenciados até os dias atuais, como por exemplo: Rogéria, Claudia Wonder, Nana Voguel, Thelma Lipp e tantas outras.

Outro fator importante, diz respeito ao movimento LGBT, que mesmo com todos os seus problemas como foi relatado durante a pesquisa, inseriram a luta de travestis, transexuais e transgêneros em suas demandas. É preciso ressaltar que os avanços não foram suficientes para retirar desse segmento a pecha da marginalidade, da promiscuidade, prostituição e imoralidade. De forma semelhante ao período estudado, o Brasil atual caminha em direção ao retrocesso, conservadorismo e o aprofundamento da intolerância à comunidade LGBT, e de forma mais acentuada, às travestis.

O *Lampião da Esquina* é uma amostra da possibilidade de se combater o preconceito, enfrentar o ódio e a intolerância, principalmente, em períodos adversos. Suas páginas, até hoje, 37 anos depois da última edição, permitem uma ampla reflexão e estudo sobre homossexualidade e ditadura, e sobre as transformações que precisam ser colocadas em prática nas pesquisas históricas, que durante muito tempo viraram as costas a essas categorias que compõem o universo LGBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquele era o tempo em que as mãos se fechavam/ E nas noites brilhantes as palavras voavam/ E eu via que o céu me nascia dos dedos/ E a Ursa Maior eram ferros acesos/ Marinheiros perdidos em portos distantes/ Em bares escondidos em sonhos gigantes/ E a cidade vazia da cor do asfalto/ E alguém me pedia que cantasse mais alto [...]/Aquele era o tempo em que as sombras se abriam/ Em que homens negavam o que outros erguiam/ Eu bebia da vida em goles pequenos/ Tropeçava no riso abraçava venenos/ De costas voltadas não se vê o futuro/ Nem o rumo da bala nem a falha no muro/ E alguém me gritava com voz de profeta/ Que o caminho se faz entre o alvo e a seta (Pedro Abrunhosa).

Que essas minhas considerações finais soem como reverência ao Lampião da Esquina. Nosso primeiro encontro foi simplesmente sensacional, e posso afirmar que não foi um encontro marcado. Em uma dessas buscas que a gente faz na internet, sem um propósito inicial, nessas tardes de sábado quando não há nada para se fazer, e de repente, o Lampião se acende, e desde então nunca mais tive um sábado livre. Tudo se modificou a partir daquele momento, não só no que diz respeito à pesquisa de uma fonte tão diversa como esta, mas na minha própria vida que tomou rumos inesperados.

A construção de um pré-projeto, que mesmo não sofrendo grandes modificações até a finalização da pesquisa, talvez tenha sido a parte mais complicada, muito mais pela minha inexperiência acadêmica, do que propriamente pelas dificuldades oferecidas pelo jornal. Dificuldades que foram sanadas após o ingresso no mestrado e as intervenções precisas da minha orientadora, que fizeram com que eu encontrasse exatamente aquilo que eu desejava pesquisar, sem esse norte eu teria atirado para todos os lados.

Nesse sentido, quando encontrei o caminho e a forma possível, eu vi minha pesquisa nascer e tornar-se madura. Há um ponto anterior a tudo isso que merece ser lembrado, o momento histórico de agora e o momento histórico do Lampião da Esquina. Essa fonte tornou-se visível nesses dois últimos anos: livros foram lançados, a Comissão Nacional da Verdade dialogou com o jornal, houve documentários produzidos, e tudo isso depois do meu ingresso no mestrado no segundo semestre de 2014. Costumo brincar com essa situação, como se eu tivesse aberto o caminho para que essa fonte fosse tão explorada.

Uma das grandes dificuldades durante a pesquisa foi encontrar bibliografia que tratasse especificamente do Lampião da Esquina e a resistência da comunidade acadêmica, na área de história, em enxergar o tema da homossexualidade durante a ditadura militar sob a ótica de um jornal, como um objeto histórico que seria pertinente ser desenvolvido nos estudos

históricos e não apenas na sociologia, na antropologia. Sobre esse último ponto, me faz recordar que durante a trajetória do Lampião, esse tipo de argumento utilizado com relação à política voltada aos homossexuais, quase sempre foi vista como luta menor e isso parece estar impregnado nas estruturas acadêmicas atuais em certos campos de investigações, o que faz com que pesquisadores tenham que se empenhar em um esforço enorme para abrir espaços para esses temas, na história, por exemplo. Por outro lado, acredito que essas dificuldades tornam esses tipos de trabalhos mais relevantes e necessários.

De modo especial, a despeito da dificuldade bibliográfica e de estar num ambiente de pesquisa no qual não existe disciplinas no mestrado voltadas para o tema das homossexualidades, foi fundamental para minha aprendizagem e uma forma de preencher lacunas deixadas pela estrutura da universidade – pensando o departamento de história – que eu pudesse me matricular em uma disciplina oferecida pela minha orientadora que trabalhou com todos esses conceitos defendidos em minha pesquisa: gênero, representação, teoria Queer, machismo, homofobia em sua pluralidade e feminismo. Mas uma vez, “[...] presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte [...]”.

As leituras teóricas acerca das questões citadas no parágrafo anterior foram fundamentais nessa jornada, além de responder aos objetivos e referenciais teóricos do projeto de pesquisa defendido. Vale ressaltar a importância da banca de defesa de projeto composta pelo professor Itamar Freitas e pelo professor Sullivan Charles, que além de fazer uma leitura apurada do projeto e do primeiro capítulo, identificou possíveis caminhos a serem seguidos. Esse momento da pesquisa foi fundamental para que mudanças fossem feitas na forma de conduzir a pesquisa, potencializando as leituras e análises do meu objeto de pesquisa.

A Teoria Queer permitiu que muitas questões sobre as relações de gênero fossem desconstruídas e problematizadas. Compreender o pensamento de Judith Butler exige um esforço teórico imenso, que pode ser facilitado pelos trabalhos de Guacira Lopes Louro, Paul B. Preciado e Berenice Bento, utilizados durante minhas leituras.

O tema da “homossexualidades e ditadura” me possibilitou pesquisar de forma plural, desde o Arquivo Nacional em Brasília, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e nos livros acadêmicos. É muito interessante como Lampião da Esquina possibilitou diálogos com diversas fontes do período colonial como os estudos de Luiz Mott e Ronaldo Vainfas e sobre os homossexuais na ditadura militar como os trabalhos de James Green e Renan Quinalha, que além de ser inspiradores, disponibilizam informações fundamentais sobre a história da homossexualidade no Brasil e Direitos Humanos.

Algo que me chamou muito a atenção durante essa pesquisa foi o quanto o *Lampião da Esquina* é atual, sobretudo, na forma de problematizar as questões da homossexualidade, seus direitos e demandas. Isso reforça a coragem de seus editores, que ao tratar de temas tabus, por diversas vezes tiveram que enfrentar perseguições e violências da ditadura e da própria sociedade. Se o *Lampião* surgisse nos dias atuais, os desgastes com certeza seriam enormes.

Essa ousadia presente em cada página que li e interpretei nesses dois últimos anos de pesquisa fez com que eu me reinventa-se, ressignificando olhares e conceitos, sobretudo, com relação às questões políticas, ou seja, estudando/pesquisando para compreender o *Lampião*, acabei por compreender a importância de pesquisadores homossexuais no desenvolvimento de pesquisas sobre homossexuais.

O trabalho com *Lampião* exigiu diversos tipos de leitura do periódico. A primeira delas foi uma leitura inicial para compreender quais os assuntos eram tratados pelo jornal. Uma segunda etapa consistiu em separar/escolher uma temática que fosse o fio condutor para minha narrativa, no caso selecionei a violência. Uma terceira etapa foi classificar as ocorrências de violências nas categorias: gay, lésbica, travesti e transexual.

Todos os números do *Lampião da Esquina* desde seu surgimento em 1978 até seu final em 1981 foram digitalizados pelo Grupo Dignidade (ótima qualidade/legibilidade) e estão disponíveis para consulta e *download*. Nos últimos tempos esse jornal tem despertado interesse por parte de pesquisadores/pesquisadoras em várias áreas do conhecimento. Cercado por inúmeras possibilidades de leitura, essa fonte ainda representa um grande potencial para a construção de vários estudos e pesquisas sobre a imprensa homossexual, sobre a história da população LGBT e seu protagonismo. Vale lembrar que essas questões ainda são muito silenciadas nas investigações acadêmicas, sobretudo na história.

O ofício do historiador também é um ofício de resistência quando pensado em seu papel de problematização/transformação da realidade para a criação de uma sociedade mais justa e de respeito aos Direitos Humanos. Esse caráter ético não deve ser submisso às questões morais conservadoras como é concebido pela sociedade, portanto, é preciso que a História, como disciplina, avance e aprenda com os considerados subalternos, ao invés de reproduzir a velha ladainha que reforça a desigualdade de classe, raça, gênero, corpo e tantos outros modelos.

O título da minha pesquisa *O Lampião da Esquina: Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)* tem um valor pessoal e político, representa a espinha dorsal do trabalho. Nele encontro a valorização do *Lampião* como fonte em sua plenitude; as categorias

estudadas; o tempo; lugar e toda a fúria que tomou conta dessa parte da história durante o período da ditadura militar.

Chegar ao fim dessa pesquisa e deparar com o resultado esperado sem dúvida é uma experiência gratificante. As teorias escolhidas para executar as análises permitiram que eu pudesse extrair do *Lampião* informações de grande importância para o entendimento do universo LGBT no período da ditadura militar no Brasil (1964-1981), desde o protagonismo presente nas lutas cotidianas pela sobrevivência, até as subjetividades e particularidades das lutas políticas na construção do movimento homossexual.

Construir o diálogo teórico entre os diversos trabalhos produzidos acerca homossexualidade e/ou ditadura possibilitou compreender a forma na qual as lutas foram travadas durante esse período, desde as movimentações estratégicas das categorias que formam a comunidade LGBT, até o seu contraponto, o Estado e a sociedade civil. A forma como o *Lampião* articulou suas matérias, facilitou o uso das referências e das teorias selecionadas para esse trabalho e embora a categoria “violência” tenha sido a categoria norteadora para essa pesquisa, dentro de um período em que as homossexualidades e as identidades de gênero foram vítimas das perseguições implacáveis do estado, o que sobressaiu no trabalho foi a força do universo LGBT, o seu poder de transformação dos espaços, a sua resistência diante da força policial, entre tantas outras situações.

Um ponto que me chamou muito a atenção é a harmonia entre o *Lampião* e as diversas teorias que foram usadas para se discutir gênero, principalmente, o pensamento defendido pelas feministas, que por inúmeras vezes foram acionadas na leitura do periódico. A linguagem utilizada pelo jornal é muito próxima do pensamento atual, é como se ele estivesse um tempo à frente do seu período de existência, talvez seja esse o fator facilitador encontrado pela pesquisa. Da mesma forma que a linguagem se mostrou atual, as demandas da comunidade LGBT foram bem trabalhadas pelo jornal, nesse sentido, infelizmente, foi possível constatar que os avanços no que diz respeito às políticas públicas foram muito discretos, destaco aqui: lei contra homofobia, políticas voltadas às travestis e transexuais, descriminalização do aborto etc.

No que diz respeito ao jornal, praticamente todas as demandas necessárias às homossexualidades foram colocadas em pauta durante a sua existência, e isso fez com que a pesquisa se abrisse para diversos temas, mesmo dentro do recorte estabelecido. Da mesma forma, isso fez com que o *Lampião da Esquina* também se expusesse e enfrentasse diretamente o Estado, mesmo assim, não deixou de cobrar e criticar todas as instituições públicas que durante o período, se colocaram contra os homossexuais.

O perfil adotado pelo Lampião o torna diferente de todos os jornais do período, imprensa oficial e alternativa, e isso facilitou muito diálogo com outras fontes, inclusive como comparativo discursivo e informações complementares para análise das matérias. Esse é um fator fundamental porque permitiu que eu transitasse dentro e fora do jornal sem me desvincular daquilo que era trabalhado, inclusive em qualquer período da história.

Como dito anteriormente, o Lampião da Esquina é realmente um “jornal maravilha”, entrou na minha vida pelos meus olhos e não consigo mais ver o mundo como antes. Cada página lida nesses últimos anos, cada questão observada e cada diálogo, me deram a certeza de que a História necessita de muitos outros formatos, diferentes dos normativos e isso implica em trazer cada vez mais as categorias que cruzam o universo LGBT para ordem do dia.

Mas não basta ousar como pesquisadores/as, se não ousarmos em nossas salas de aula na educação básica desse país, se não nos encorajarmos contra os golpes que atentam contra as liberdades e, principalmente, se não formos a própria resistência na luta contra as leis que ousam amordaçar nossos desejos, nossas ações e nossos discursos. A experiência do Lampião da Esquina é um exemplo desse tipo de inquietação que precisa tomar conta do nosso trabalho, precisa cruzar o caminho do nosso currículo, como forma de resistência à essa estrutura machista, racista, homofóbica (em sua plenitude), classista e propagadora de diversos outros preconceitos.

REFERÊNCIAS (fontes e bibliografia)

Fonte:

Catecismo da Igreja Católica.

http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html

Diário de Pernambuco.

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

ENCAMINHAMENTO C. Nº 015/119/ARJ/80

INFORMAÇÃO C. Nº 047/310/ARJ/79

INFORMAÇÃO C. Nº 099/119/ARJ/79

INFORMAÇÃO C. Nº 099/119/ARJ/79

INFORMAÇÃO C. Nº 228/DSI/MA/78

INFORMAÇÃO C. Nº 24/78/DSI/MJ

INFORMAÇÃO C. Nº 490/78/DSI/MJ

INFORMAÇÃO C. Nº 895/78/DSI/MJ

INFORME C. Nº 0002/08/AMA/84

INFORME C. Nº 011/83-SI/SR/DPF/AM

INFORME C. Nº 1003/300/ABH/80

INFORME C. Nº 1083/300/ABH/80

INFORME C. Nº 141/19/AC/78/SNI

INFORME C. Nº 1417/116/ASP/1981

INFORME C. Nº 33/31/AMA/83

INFORME C. Nº 3641/119/ASP/SNI/78

Jornal do Brasil.

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Lampião da Esquina.

<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

ORDEM DE BUSCA C. Nº 0001/08/AMA/83

PEDIDO DE BUSCA C. Nº 018/82/SI/SR/DPF/PR

PROCESSO C. Nº 100/853-S/78/DSI/MJ

Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

<http://www.cnv.gov.br/>

Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142010000300009&script=sci_arttext

Bibliografia de Referência

ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Revista Gênero*, v. 9, n. 1, 2012.

ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina. *Fazendo Gênero*, v. 9, 2010.

BARROS, Sullivan Charles. *Saberes Subalternos e os Direitos Humanos: por uma teoria crítica dos direitos humanos*. *Argumentos (Unimontes)*, v. 8, p. 131-150, 2013.

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas volume 1 - Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre a literatura e história da cultura* Paulo: Brasiliense, 2002.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. *As tecnologias que fazem os gêneros*. In: VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. 2010.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. *Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil*. *Revista Cult*, São Paulo, n. 202, p. 30-33, junho, 2015.

BORRALHA, S.; PASCOAL, P. *Gays, Lésbicas e Saúde Mental: Uma revisão sistemática da literatura*. *Omnia*, nº 2. 2015, p. 43-51.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRITES, Jurema; PICANÇO, Felícia. *O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas*. Revista Latino-americana de estudos do trabalho, ano, v. 19, p. 131-158, 2014.

BUTLER, Judith. Gênero, trajetórias e perspectivas. In: *Cadernos Pagu*. Trajetórias do gênero, masculinidades. Nº 11. Campinas: Pagu, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Cristina. Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ, v. 2004, p. 40, 1964.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2006.

CASSAL, Luan Carpes Barros. Homofobia e cidade: um ensaio sobre lâmpadas, segurança e medo." *Revista Polis e Psique*. 2013.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CONCEIÇÃO, Antônio C. L. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – RBSE*, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009.

CONDE, Michelle Franco. *O Movimento Homossexual Brasileiro: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Estudos feministas*. v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

Decreto-Lei Nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acessado em: 14 de julho de 2015.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? O movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos de 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALEIROS, V. P. *O fetiche da mercadoria na exploração sexual*. In: Libório, R. M. C.; Sousa, S. M. G. *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004. p. 51-72.

FARGE, Arlette. *Lugares para história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERNANDES, Millôr. *Imprensa Alternativa & Literatura - os Anos de Resistência*. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular, Rio de Janeiro: Rio Arte, 1987.

FERNANDEZ, Osvaldo. *Homossexuais, Cidadania e Direitos Humanos no Brasil. Direitos Humanos: percepções da opinião pública – análises de pesquisa nacional. BRASIL. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República. 115-130, 2010.*

FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. *Temporalis*, v. 1, n. 27, p. 99-117, 2014.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p.133.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FRY, Peter, MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense; Abril Cultural, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GANDELMAN, Luciana. *Gênero e ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas*. In: ABREU, Martha; SOIET, Raquel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GARCIA, Gabriela Mesquita; SCHULTZ, Leonardo. *O Lampião da Esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970*. *Revista de Estudos da Comunicação*, v.15, n.36, 2014

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

GREEN, James Naylor. Mais amor e mais tesão: A construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Campinas, n. 15, 2000.

GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James Naylor; POLITO, Ronald. *Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos, EduFScar, 2014.

GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. GREEN, James Naylor. *Apesar de você oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, Brasil*, v. 26, n. 1, p. 61-73, junho de 2014.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E; SOUSA, Tereza E. de. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro (RJ): Ed. UERJ; 2001.

JUNIOR, Almerindo Cardoso Simões. *E havia um lampião na esquina: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980)*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006.

JÚNIOR. Alcidesio de Oliveira – *De monstros a anormais: a construção da endocrinologia criminal no Brasil, 1930 a 1950*. 460 p. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scrita, 1991.

LANCE, Daniel. *Além do desejo: literatura, sexualidades e ética*. São Paulo: É Realizações, 2015.

LIMA, Maria Isabel de Castro. *Cassandra, Rios de lágrimas: uma leitura crítica dos inter(ditos)*. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: Florianópolis, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes, 1997.

MACIEL, Lício, NASCIMENTO, José Conegundes do (Orgs.). *ORVIL: tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *VIOLÊNCIA*. Revista JurES, v. 4, n. 7, 2013.
- MISKOLCI, Richard. *Reflexões sobre normalidade e desvio social*. Estudos de Sociologia, v. 7, n. 13, 2007.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MOTT, Luiz, CERQUEIRA, Marcelo. *Matei porque odeio gay*. Ed. Grupo Gay da Bahia, 2003.
- MOTT, Luiz. *Homossexualidade: mitos e verdades*. Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo: EDUC, 1993.
- OKITA, Hiro. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. São Paulo: Sundermann, 2015.
- OLIVEIRA, Rosa Maria. *Fronteiras Invisíveis: Gêneros, Questões identitárias e Relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil*. Revista Bagoas, n. 4, p. 160-172, 2009.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002.
- PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- PETRY, Analídia R. *Transgender women and the Gender Reassignment Process: subjection experiences, suffering and pleasure in body adaptation*. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 70-75, 2015.
- POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento e silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo, MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraposto, 2012.
- REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. Universidade de São Paulo - São Paulo, 2011.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

REVISTA HUMANIDADES. *Duzentos anos de imprensa no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2008.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2012.

ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. *Sodomia e gênero no tribunal da inquisição: amantes hétero e homoeróticos entre a masculinidade e a feminilidade na América portuguesa – Séculos XVI e XVII*. XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS. 2014.

RODRIGUES, Jorge Caê. *Impressões de Identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2010.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, James. *A dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, Joan W. *A invisibilidade da experiência*. In.: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. nº 0 (1981). São Paulo: EDUC, 1981.

SILVA, Hélio R. S. *Travestis: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TEIXEIRA, Marina Caldas. *Mudar de sexo: uma prerrogativa transexualista*. *Psicologia em Revista*, v. 12, n. 19, p. 66-79, 2006.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VEIGA, D. S. Invertendo o jogo: a crucificação de Jesus como arma para desqualificar a divindade do imperador segundo o evangelho de João. *Revista Jesus Histórico*, v. 12, 2014.

VIEIRA, Paulo Jorge. *Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais: Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias*. *Ex aequo*, n. 24, p. 45-59, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes 2012.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University, 1990.